

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO (CCE)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LISIANY DANTAS LOPES TEIXEIRA

**OS IMPACTOS DOS PROGRAMAS BOLSA FAMÍLIA E PRONATEC NO
ALCANCE DA AUTONOMIA DE MULHERES DO BAIRRO SANTO ANTÔNIO EM
TERESINA**

TERESINA

2016

LISIANY DANTAS LOPES TEIXEIRA

**OS IMPACTOS DOS PROGRAMAS BOLSA FAMÍLIA E PRONATEC NO
ALCANCE DA AUTONOMIA DE MULHERES DO BAIRRO SANTO ANTÔNIO EM
TERESINA**

Dissertação de Mestrado apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí.

Linha de pesquisa: Educação, Movimentos Sociais e Políticas Públicas.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Maria do Carmo Alves do Bomfim.

TERESINA

2016

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação
Serviço de Processamento Técnico

T266i Teixeira, Lisiany Dantas Lopes
Os Impactos dos Programas Bolsa Família e Pronatec no
alcance da autonomia de mulheres do Bairro Santo Antônio
em Teresina / Lisiany Dantas Lopes Teixeira. – 2016.
157 f. : il.

Cópia de computador (printout).
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade
Federal do Piauí, Teresina, 2016.
Orientação: Prof^º. Dr^ª. Maria do Carmo Alves do
Bomfim.

1. Programas Sociais. 2. Mulher – Autonomia.
3. Pronatec. 4. Bolsa Família. I. Título.

CDD: 361.61

LISIANY DANTAS LOPES TEIXEIRA

**OS IMPACTOS DOS PROGRAMAS BOLSA FAMÍLIA E PRONATEC
NO ALCANCE DA AUTONOMIA DE MULHERES DO BAIRRO SANTO ANTÔNIO
EM TERESINA**

Aprovado em 12/07/2016

BANCA EXAMINADORA

Maria do Carmo Alves do Bomfim

Prof^a Dr^a Maria do Carmo Alves do Bomfim
Orientadora
(UFPI/CCE)

Maria Dalva Macedo Ferreira

Prof^a Dr^a Maria Dalva Macedo Ferreira
Examinadora Externa
(UFPI/CCE)

Maria da Glória Soares Barbosa Lima

Prof^a Dr^a Maria da Glória Soares Barbosa Lima
Examinadora Interna
(UFPI/CCE)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Francisco e Edna, meu esposo Marcos e aos meus amados filhos Maria Clara e Rhuan Marcos, por trazerem luz e alegria à minha vida, contribuindo para que eu alcançasse a realização deste sonho.

Por suportarem as ausências e aflições do início ao fim desta escrita e também por tolerarem as chatices, estando sempre ao meu lado ao longo dessa caminhada! Dedico o meu amor e a minha sincera gratidão a vocês, sempre eternos em meu coração!!!

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação eu dedico a algumas pessoas especiais, pelo apoio inestimável, sem as quais não seria possível a sua elaboração. Sabendo da impossibilidade de mencionar todos aqueles que edificaram esse sonho comigo, quero imensamente ressaltar algumas pessoas:

À professora Dr^a Maria do Carmo Alves do Bomfim, minha orientadora, pelo suporte e incentivo, ao me conduzir, compartilhando seus saberes ao longo desta trajetória. Pessoa inesquecível, admirável e respeitosa, com a qual eu pude construir um elo profundo; sua fonte de sabedoria e humildade é inesgotável.

Minha gratidão à equipe do NAI KM 07 e a cada mulher integrante do nosso estudo empírico, por tudo que me ensinaram que vai muito além da elaboração desta dissertação, mas também pela confiança e disponibilidade ao trilharem junto comigo os caminhos dessa grande aventura, farto de histórias de luta, encanto, perseverança e dedicação revelados ao longo dos encontros sempre prazerosos do trabalho de campo, ou simplesmente gratular pelas conversas e sorrisos espontâneos, que abreviavam as minhas angústias disfarçadas nos momentos de aflição. Tais ensinamentos guiaram este projeto para novos rumos a serem tomados, possibilitando, a cada experiência vivenciada, a oportunidade do alcance de um enriquecimento pessoal.

Aos meus pais, Francisco e Edna, que me deram a vida e incondicionalmente não hesitaram em empreender todos os esforços e desafios para assegurarem a minha formação, ensinando-me valores que são imprescindíveis à humanidade e também me orientando a lutar e nunca desistir;

Ao Marquim, meu companheiro de vida e amor eterno, que também percorreu cada momento desta caminhada compartilhando ideias, paixões e cumplicidade, estando presente e solidário à realização deste sonho, e seguramente, em outros que ainda vamos construir juntos.

À Maria Clara, menina-mulher empoderada, pelo forte apoio e por ser minha fonte de inspiração e resistência. Ao pensar em desistir, e pensei muitas vezes, lembrava em quantas horas ela se dedicava aos livros por dia! Foi o que me estimulou a seguir! Por diversas vezes, de madrugada estávamos de costas uma pra outra. Eu numa escrivanhinha e ela na outra, cada uma lutando para conquistar seus objetivos.

Ao Rhuan meu reino, sempre alegre e de bem com a vida, menino rico de inteligência e sabedoria, coração bondoso, despachado, respostas na ponta da língua, que ao testemunhar os momentos de angústia dizia: “fia sai desse mestrado e vem brincar comigo, ou, ensina minha

tarefa”. Lembro-me o quanto foi desafiador ouvir estas falas, dada à dificuldade de conciliar as distintas responsabilidades enquanto mulher.

Desse modo, Maria Clara e Rhuan me ensinaram que a maternidade não é um evento essencialmente biológico, mas uma opção prazerosa e gratificante. Foram eles os meus brilhantes professores, responsáveis pela minha aprovação nos exames de proficiência em espanhol na UESPI e na UFPI.

Aos meus irmãos, Lia Mara e Liel, pelo amor e vínculo eterno, pessoas da mais alta importância que a vida me presenteou. Aos meus amados sobrinhos Carlos Eduardo, Francisco Ciro e Liel Segundo, crianças muito queridas que sempre converso sobre a importância e a magia da educação, revelando que por meio dela a vida nos ensina um mundo diferente, onde se é possível reinventar desejos, interesses e oportunidades.

À minha avó Maurila e tia Irismar, pelo apoio e acolhimento em suas casas para que eu pudesse prosseguir com os meus estudos.

À Emília, Rafaela e Regina, pessoas especiais, que de forma doce e simples assumiram em casa meus compromissos domésticos, tornando possível a minha dedicação plena a este projeto de vida.

À Assistência Social, Política Pública na qual busquei inspiração na procura pelo tema, problema e objeto de estudo, articulado à Educação. Meus agradecimentos especiais aos amigos da SEMTCAS e do CRAS SUL IV, pelo companheirismo e pelas muitas vezes que tiveram que assumir minhas atribuições na dinâmica do trabalho, compreendendo minha ausência. Obrigada por colaborarem comigo, compartilhando seus conhecimentos, direcionando e redirecionando este trabalho de pesquisa ao pensarmos conjuntamente nas mais diversificadas estratégias possíveis de serem utilizadas em prol da superação das dificuldades e aflições enfrentadas no decorrer desta escrita.

À minha amiga, tão amada, Emanoela Maciel, pelo apoio dispensado e presença firme que se iniciou ainda na seleção do Mestrado e se expandiu por toda a extensão desse curso, que com sua forma poética de escrever foi delineando junto comigo o passa-a-passo deste trabalho de pesquisa, ao partilhar seus saberes.

Às Anas da minha vida, em ordem alfabética para não causar ciúmes: Ana Amélia, Ana Cláudia e Ana Valéria. O que elas têm em comum? Uma amizade que iniciou na esfera profissional, mas se ampliou de uma maneira tão forte, que hoje posso dizer que não saberia viver sem a presença delas.

Às estimáveis Ana Maria e Natália, que me auxiliaram ao longo desse processo, tornando a caminhada menos árdua.

E para concluir, não poderia deixar de mencionar os amigos da 23ª turma do Mestrado em Educação da UFPI, em especial aos queridos Lucivando e Luzirene, pessoas que hoje integram meu núcleo familiar.

Celebremos!!!

“O respeito mútuo e a ação democrática visam a potencialização e o desenvolvimento do respeito às diferenças culturais entre todos os sujeitos envolvidos, que provocam mudanças em si mesmos e no contexto onde estão inseridos [...] nesse sentido a prática pedagógica deverá ser como um ato político implicando em criar possibilidades para a produção/construção do conhecimento sobre o mundo que nos cerca e no qual devemos intervir para transformá-lo”

(BOMFIM; GONÇALVES, 2013, p. 143-144).

RESUMO

O estudo da temática educação-gênero e suas contribuições na sociedade contemporânea ocupa lugar de destaque cada vez mais abrangente na vida política, histórica e social brasileira e piauiense, exigindo articulação mais profunda com os Direitos Humanos. Esta construção origina-se na história de lutas e avanços do movimento feminista na contemporaneidade, organizado em busca da visibilidade das mulheres e da igualdade de oportunidades entre o “ser feminino” e o “ser masculino”, ao revelar resistências às desigualdades sexuais aprendidas historicamente com a ação do patriarcado. A autonomia feminina vem servindo de ferramenta analítica para rupturas nesse processo de opressão, desrespeito, preconceito, inferioridade e exclusão no exercício do poder em instâncias decisórias, fragmentando o bem estar humano. O território do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS - Sul III, abrange a unidade do Núcleo de Atenção Intergeracional KM 07, base dessa investigação, localizado no bairro Santo Antônio, zona sul de Teresina, cujas protagonistas são mulheres beneficiárias do Programa Bolsa-Família (PBF) e egressas do Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC. Problema de pesquisa: a inclusão de mulheres do Bairro Santo Antônio nos Programas Bolsa Família e PRONATEC na área de abrangência do CRAS Sul III de Teresina apresenta-se como possibilidades de autonomia? Objeto de estudo: as possibilidades de autonomia de mulheres do Bairro Santo Antônio, a partir de sua inclusão no Programa Bolsa Família e no PRONATEC. Questões motivadoras: Qual o perfil das mulheres participantes desta pesquisa no contexto do bairro Santo Antônio? Quais os motivos que as levaram a procurar inclusão nos Programas: BF e PRONATEC? Da participação de mulheres nestes Programas, que significados resultaram para o alcance da autonomia em suas vidas? Objetivo geral: analisar indícios de autonomia da mulher assistida pelos Programas supracitados. Objetivos específicos: caracterizar o perfil das mulheres entrevistadas; compreender as motivações que as impulsionam a ingressar nos Programas Bolsa Família e PRONATEC; identificar indícios de autonomia das mulheres pesquisadas. Teóricos orientadores: Abreu (2011), Barbier (2004), Bardin (1977), Bomfim e Gonçalves (2011), Bortoni-Ricardo (2008), Bourdieu(2003), Franco (2007), Freire(1996), Hooks (2013), Louro (1997), Meneghel (2005), Moreira (2012), Richardson (1999), Saffioti (1987), Santos (2010; 2013). Metodologia: pesquisa qualitativa autobiográfica, utilizando a entrevista narrativa semi-estruturada e as rodas de conversa. Resultados alcançados com a participação nos Programas pesquisados: a renda das beneficiárias do PBF complementa o ganho de membros de suas respectivas famílias, a fim de garantir condições mínimas de sobrevivência; a admissão nos cursos do PRONATEC significa o alcance da realização de sonhos: “Voltar à escola!” “Aprender novos conhecimentos!” Aprimorar o currículo e melhorar a autoestima! Este conjunto de possibilidades representa uma oportunidade gratuita para a qualificação profissional das interlocutoras, no enfrentamento à luta competitiva de inserção ao mercado de trabalho.

Palavras-chave: Mulheres. Bolsa Família. PRONATEC. Indícios de Autonomia.

ABSTRACT

The study of education-gender thematic and its contributions in contemporary society occupies a prominent place increasingly widespread in political, historical and social life of Piauí and Brazil, requiring deeper connection with the Human Rights. This construction originates in the history of struggles and advances of the feminist movement in the contemporary world, organized in search of visibility for women and equal opportunities between "female being" and "male being" by revealing resistance to gender inequalities historically learned with the action of the patriarchy. The women's autonomy has been serving as an analytical tool for breakages in this process of oppression, disrespect, prejudice, inferiority and exclusion in the exercise of power in decision-making bodies, disrupting human welfare. The territory of the Social Assistance Reference Center - CRAS – South III includes the welfare unit of the Intergenerational Care Center KM 07, the basis of this investigation, located in the neighborhood of Santo Antônio, south zone of Teresina, whose protagonists are women beneficiaries of the Bolsa Família Program (PBF) and graduates of the National Program of Technical Education and Employment - PRONATEC. Research issues: is the inclusion of women of Santo Antônio district in Bolsa Família and PRONATEC in the coverage area of the CRAS South III in Teresina presented as a possibility of autonomy? Object of study: the possibility of autonomy of women of Santo Antônio district coming from their inclusion in the Bolsa Família Program and PRONATEC. Motivating questions: What is the profile of women participating in this research in the context of the Santo Antônio neighborhood? What are the reasons that led them to seek inclusion in the Programs: BF and PRONATEC? From the participation of women in these programs, which meanings resulted in achieving autonomy in their lives? Overall objective: to analyze evidence of autonomy of women assisted by the aforementioned Programs. Specific objectives: to set the profile of the women interviewed; understand the motivations that drove them to join the Bolsa Família and PRONATEC Programs; to identify evidence of autonomy of the surveyed women. Theoretical guiding: Abreu (2011), Barbier (2004), Bardin (1977), Bomfim and Gonçalves (2011), Bortoni-Ricardo (2008), Bourdieu (2003), Franco (2007), Freire (1996), Hooks (2013), Louro (1997), Meneghel (2005), Moreira (2012) Richardson (1999), Saffioti (1987), Santos (2010; 2013). Methodology: qualitative and autobiographical research, using semi-structured narrative interview and conversation circles. Results achieved from the participation in the surveyed Programs: the income of the PBF beneficiaries complements the gain of the members of their families in order to ensure minimum conditions of survival; the admission to PRONATEC courses means the achievement of dreams such as: "Going back to school!" "Acquiring new knowledge!" "Improving the curriculum and self-esteem!" This set of possibilities represents a free opportunity for the professional qualification of the interviewees before they face the competitive fight for integration into the labor market.

Keywords: Women. Bolsa Família. PRONATEC. Evidence of autonomy.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 -	Bairro Santo Antônio.....	31
Quadro 1 -	Unidades de saúde.....	34
Quadro 2 -	Unidades de Assistência Social.....	34
Quadro 3 -	Estabelecimento de Ensino.....	35
Quadro 4 -	Segurança Pública.....	35
Quadro 5 -	Descrição das atividades de análises dos dados	43
Quadro 6 -	Categorias e subcategorias de análises das narrativas.....	44
Quadro 7 -	Pesquisa produzida no site do MDS, com referência para o mês de agosto de 2015.....	68
Quadro 8 -	Variáveis do Programa Bolsa Família	91
Gráfico 1 -	Número de pessoas que participaram dos cursos do PRONATEC no Piauí no período compreendido entre 2012 e 2014.....	78
Gráfico 2 -	Famílias beneficiárias do PBF.....	86

RELAÇÃO DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BBC	British Broadcasting Corporation
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BSM	Brasil Sem Miséria
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CCE	Centro de Ciências da Educação
CCHL	Centro de Ciências Humanas e Letras
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos;
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IFPI	Instituto Federal do Piauí
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC	Ministério da Educação
NAI	Núcleo de Atenção Intergeracional
NAICA	Núcleo de Atenção Intergeracional da Criança e do Adolescente
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PTR	Programa de Transferência de Renda
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
SASC	Secretaria da Assistência Social e Cidadania
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEMCAD	Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente
SEMTCAS	Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPI	Universidade Federal do Piauí

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	15
1	TRAJETOS ENTRECruzADOS NA PESQUISA.....	24
1.1	A Narrativa Autobiográfica como Método de Pesquisa.....	26
1.2	Técnicas e Instrumentos para Produção dos Dados.....	27
1.2.1	A entrevista narrativa semi-estruturada.....	27
1.2.2	As rodas de conversa.....	28
1.2.3	O diário de campo.....	30
1.3	Contexto da Pesquisa.....	31
1.4	Exposição Histórica do Surgimento dos Núcleos de Atenção Intergeracional (NAI'S).....	36
1.5	O Processo de Busca do Perfil das Entrevistadas.....	37
1.6	O Perfil Pessoal e Familiar das Mulheres Entrevistadas.....	40
1.7	Sistematização e Análise dos Dados.....	41
2	IDENTIDADES E AMBIVALÊNCIAS DA MULHER PIAUIENSE DO BAIRRO SANTO ANTÔNIO, ZONA SUL DE TERESINA.....	45
2.1	Categoria 1: As Subjetividades da Mulher do Bairro Santo Antônio.....	46
2.1.1	Inclusão dos membros da família no Cadastro Único.....	48
2.1.2	Relações de gênero na família.....	52
3	AS MOTIVAÇÕES DA MULHER DO BAIRRO SANTO ANTÔNIO PARA INGRESSAR NOS PROGRAMAS SOCIAIS.....	58
3.1	O surgimento dos Programas de Transferência de Renda.....	63
3.2	Categoria 2: Inserção nos Programas Sociais.....	65
3.2.1	O Programa Bolsa Família.....	65
3.2.1.1	Desemprego.....	69
3.2.2	O PRONATEC.....	76

3.2.2.1	Busca de qualificação.....	79
4	INDÍCIOS DE AUTONOMIA FEMININA NOS PROGRAMAS SOCIAIS BOLSA FAMÍLIA E PRONATEC NO BAIRRO SANTO ANTÔNIO.....	85
4.1	Categoria 3: Melhoria na Qualidade de Vida	88
4.1.1	Rompimento das relações de subordinação pelo PBF.....	89
4.1.2	Retorno educacional pelo PRONATEC, vida e moradia urbana.....	94
5	REFLEXÕES FINAIS.....	99
	REFERÊNCIAS.....	104
	APÊNDICES.....	116
	APÊNDICE A- Carta de Encaminhamento ao Comitê de Ética em Pesquisa.....	117
	APÊNDICE B - Autorização Institucional.....	118
	APÊNDICE C - Declarações das Pesquisadoras.....	119
	APÊNDICE D - Instrumentos de Coleta de Dados.....	120
	APÊNDICE E - Termo de Confidencialidade.....	121
	APÊNDICE F - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	122
	APÊNDICE G- Cronograma de execução da pesquisa.....	124
	APÊNDICE H – 1ª Roda de Conversa – Ponto de partida/mobilização.....	125
	APÊNDICE I – Dinâmica da 1ª Roda de Conversa: a teia.....	126
	APÊNDICE J- Avaliação da 1ª Roda de Conversa.....	128
	APÊNDICE K – 2ª Roda de Conversa– Elucidação.....	130
	APÊNDICE L – Dinâmica da 2ª Roda de Conversa: a troca de um segredo.....	131
	APÊNDICE M - Avaliação da 2ª Roda de Conversa.....	132
	APÊNDICE N - 3º Roda de Conversa–Ponto de	

chegada/encerramento.....	133
APÊNDICE O - Avaliação da 3º Roda de Conversa.....	134
APÊNDICE P - Roteiro de Entrevista Narrativa Semi-Estruturada.....	135
APÊNDICE Q - Diário de Campo.....	138
APÊNDICE R - Fotos da Pesquisa Empírica.....	144
APÊNDICE S - Contexto da Pesquisa.....	146
APÊNDICE T - Dados Pessoais.....	147
APÊNDICE U - Dados Familiares.....	148
ANEXOS.....	149
ANEXO A- Parecer Consubstanciado do CEP.....	150
ANEXO B - Instituições mapeadas que compõem a rede de atendimento à mulher vítima de violência em Teresina.....	152
ANEXO C - Telefones e endereços das instituições mapeadas.....	155

INTRODUÇÃO

A edificação de novos campos do conhecimento em distintas áreas de estudo, pode ser rastreada através da produção de trabalhos científicos que influenciam a academia e a sociedade, produzindo redes de informação em todo o mundo. Neste sentido, a construção deste trabalho resultou do interesse e da curiosidade em realizar uma pesquisa que retratasse a posição da mulher na atualidade, especificamente, sobre as suas possibilidades de autonomia no grupo social em que está inserida, destacando sua colaboração enquanto ser humano, a participação na família e a presença efetiva na sociedade, enquanto ser pensante e político.

No decorrer do tempo, ocorreram significativas mudanças quanto à trajetória da mulher na sociedade. Dificuldades e transformações estimularam princípios revolucionários de justiça social, pautados em liberdade, igualdade e harmonia. Em momentos diferentes, variações e reivindicações nas políticas públicas, na área da educação, da assistência social, da saúde, da habitação, dentre outras, impulsionaram a uma análise constante e cada vez mais exigente das mudanças aspiradas pela sociedade.

A velocidade dos acontecimentos e o desejo de transformação da luta feminina pela minoração das disparidades sociais, políticas e econômicas entre pessoas, homens e, sobretudo, mulheres, foram impulsionadas entre os séculos XVII e XVIII, influenciando a mudança de concepção de homem e de mulher, alterando as aparências da sociedade ainda naquela época. Muitas conquistas que asseguram os direitos femininos ainda são recentes, as primeiras ocorreram em nível individual e, posteriormente, se ampliaram para a dimensão coletiva nas mais diversas áreas, por exemplo, na História, nas Ciências da Educação, na Literatura, na Sociologia, na Antropologia.

Ao longo do século XX, o estudo de gênero, enquanto concepção social e histórica atingiu seu ápice na década de 1960, quando uma crescente demanda feminista configurava-se sincronicamente pelo mundo. Destacamos os Estados Unidos, onde ocorreu o “constructo” de forte tradição acerca da história de lutas femininas em prol dos direitos civis e políticos. Esse marco é explicado na medida em que a história das mulheres, naquele país, estava complexamente relacionada à emergência e ao crescimento de distintas expressões feministas.

Acreditamos ser importante citar a história das mulheres americanas, constituída por protagonistas que desempenham papéis relativamente fortes nas demandas e nos movimentos sociais, a exemplo de Bell Hooks¹. Essa dimensão de luta política desenvolveu-se não apenas

¹ Professora e intelectual negra que escreve sobre um novo tipo de educação como prática da liberdade. Publicou diversos livros e artigos científicos em sua trajetória, abordando temas como: raça, classe social, gênero. A obra

no campo social, pois o caso americano, é ilustrador por excelência a maneira como a história das mulheres conflita com a tradição da historiografia do homem branco (HOOKS, 2013).

A tradição americana está vinculada não apenas à emergência do poder feminino e às discussões alvitadas pelos movimentos sociais organizados, mas de modo igual, está associada ao movimento do “politicamente correto”. Assim, a história feminista nasce em grande parte da demanda de natureza política, mantendo, portanto, as relações muito facilmente delineáveis com a manifestação de indícios de autonomia do gênero feminino em diversos contextos históricos e políticos.

Scott (1992) assevera que as conexões com a política devem ser ao mesmo tempo óbvias e complexas. Assim, se num primeiro momento, as feministas reivindicavam uma história própria que interferisse nas suas práticas, na década de 1970, esse campo de estudo se ampliou, explorando mais intensivamente os seus interesses. Desse modo, a agilidade feminina pôs em pauta a discussão de interpelações correlacionadas ao gênero, permitindo-nos rever e pensar, a partir daquela década, sobre o sistema patriarcal vigente.

O “inconformismo” de algumas mulheres estimulou o questionamento da ordem patriarcal, causando modificações e desencadeando alteridade². A construção dessa identidade, associada a diversos fatores sócio históricos possibilitou algumas conquistas, tais como: o direito de adquirir e gerar conhecimento, o aumento da quantidade de mulheres com acesso à educação superior e ao mercado de trabalho; bem como a expansão do uso de anticoncepcionais eficazes e acessíveis à população feminina, de um modo geral.

No contexto brasileiro, tradicionalmente, as mulheres têm sido as provedoras do lar, assumindo a atribuição de cuidadora primordial e dedicando-se integralmente aos membros da família. Dessa forma, os legados vão sendo transmitidos culturalmente para as meninas, implicando numa exclusividade da mulher para o desenvolvimento do papel de cuidadora dos membros da família (NEVES; CABRAL, 2008).

Desde a época da colonização, as mulheres viviam em condições de submissão e o poder do ‘macho’ era o único que prevalecia dentro e fora de casa (SAFFIOTI, 1987). A

de Paulo Freire lhe oportunizou o primeiro contato com a pedagogia crítica, influenciada pelo compromisso com a educação como prática da liberdade, criticando as limitações das salas de aula feministas ao descrever sua capacidade de produção e perpetuação dos sistemas de opressão e dominação. Para Hooks, "a educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender". Na obra *Ensinando a transgredir* ela registra a luta de uma talentosa professora que tenta fazer o entusiasmo pelas ideias e a vontade de aprender em sala de aula (HOOKS, 2013).

² Segundo Hilton Japiassú e Danilo Marcondes (2006) “[...] alteridade”, do ponto de vista lógico, significa a negação estrita da identidade e afirmação da diferença; caráter do que é outro e se opõe ao mesmo: outro se diz dos seres que possuem pluralidade de espécie, de matéria ou de definição de sua substância.

mulher, as filhas e os filhos, todos eram mantidos em uma rígida disciplina. O sentimento da autoridade e o princípio da hierarquia acentuavam as diferenças de idade, ampliando a distância social entre: o menino e a menina, o homem e a mulher, os filhos e as filhas (AZEVEDO, 1976).

Acrescentamos que as questões culturais fortalecem a divisão sexual de papéis no modelo em que, aos homens pertence o domínio público através das decisões, da chefia e do poder; às mulheres, o domínio privado, resumindo-se aos cuidados com a casa, com a educação dos filhos e com as tarefas domésticas. Esse conjunto de posturas promove o fortalecimento de um desequilíbrio na humanidade, ao revigorar a diferença entre as pessoas das mais distintas gerações, reafirmando, conseqüentemente, a subalternidade da mulher em relação ao homem.

Independente da sua composição, a família continua sendo a instituição social básica para a estruturação da sociedade, responsável pelos cuidados, proteção, afeto e educação das crianças e adolescentes, jovens, adultos, idosos (ABREU, 2011). Este autor considera, ainda, que a família é a base organizacional da sociabilidade humana e pode representar novos valores para a vida em sociedade, influenciando relações saudáveis em meio a homens e mulheres.

Atualmente, estamos à frente de novas construções de família condicionadas às transformações contemporâneas que são possuidoras de arranjos diferentes do modelo clássico, mas que devem ser aceitas e compreendidas em suas peculiaridades. Nesse contexto, a autonomia e a emancipação do gênero feminino necessitam estar conectadas ao desenvolvimento indispensável que brota de fontes do protagonismo e da participação das mulheres nos procedimentos de tomada de decisão.

A Constituição Federal do Brasil declara no artigo 226 que: “[...] a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado” (BRASIL, 1988, p.126). Por isto, em certas situações, as políticas de governo direcionadas à família se apresentam como elementos reguladores de transformações aspiradas pela sociedade brasileira, o que leva Leon (2000) a reconhecer que muitas das estratégias de resistência que as mulheres inventam e constroem no seu dia-a-dia significam na realidade estratégias de “empoderamento”. Desse modo, as possibilidades de autonomia, aqui discutidas, remetem à transformação de imaginários sociais que vão influenciar no comportamento de homens e mulheres instigando a construção de novos padrões sociais.

No caso brasileiro, de forma mais específica, a competência das políticas sociais necessita avançar para uma dimensão que supere as atribuições da mulher enquanto membro

do grupo familiar, para além da oferta de condições e desenvolvimento de habilidades e atitudes que melhor lhes possibilitem gerir o lar, do ponto de vista da economia doméstica e do planeamento familiar apenas.

Em geral, a família brasileira é representada pela mãe, sujeito que comumente fica responsável por proteger os integrantes de um determinado grupo, constituindo-se na pessoa responsável pelas primeiras aprendizagens, ensinamentos e relações de sociabilidade. Dessa forma, as Políticas Públicas brasileiras de assistência familiar ofertadas nos Centros de Referências da Assistência Social (CRAS), em parte, direcionam suas ações, prioritariamente, às mulheres que vivem em situações de precariedade, que vão desde a falta de condições econômicas, de acesso à educação e ao emprego até as péssimas condições de moradia ou de habitação.

Considerando tais carências, verificamos que no Brasil há certa diversidade em relação aos programas que transferem renda para os mais pobres, uma vez que seus objetivos estão, dentre outras necessidades, voltados para prevenir riscos e a vulnerabilidade social. Com a intenção de aprofundar o conhecimento sobre essa questão, definimos como foco do nosso trabalho o Programa Bolsa Família (PBF), regulamentado pela Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004, cuja gestão envolve a União, os Estados e no caso do PRONATEC este se restringe aos municípios.

O interesse em realizar um trabalho conjugado justifica-se pela necessidade de melhor compreender as peculiaridades dos programas em discussão, tendo em vista que ao primeiro compete a obrigatoriedade de garantir aos pobres e aos extremamente pobres uma transferência monetária de combate à subalimentação e ao pauperismo, favorecendo a promoção das famílias em maior insuficiência de renda do país³; ao segundo comporta as possibilidades de qualificação, ampliação da aprendizagem dos usuários.

O governo federal, mensalmente, concede benefícios monetários àqueles mais necessitados, sendo prioridade os grupos que se encontram na classificação extrema da pobreza, tarefa que fica a cargo dos Estados. Aos municípios a competência é no sentido de direcionar os recursos, de comunicar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) se os indivíduos ou grupos familiares atendidos encontram-se desempenhando suficientemente os compromissos estabelecidos para continuarem recebendo os proventos relativos ao PBF.

³ Segundo Freitas (2008), a grande maioria dos países europeus inclui em seus Programas de Transferência de Renda um auxílio moradia que cobre os gastos com aluguel.

Para participação nos programas supramencionados é preciso observar determinados critérios: para tanto, os usuários deveram estar inscritos no Cadastro Único⁴ (CadÚnico) para Programas Sociais e ter renda per capita no valor máximo de até R\$ 154,00 (cento e cinquenta e quatro reais), com este perfil de renda a pessoa é considerada pobre. Aqueles cuja renda per capita da família é de até R\$ 77,00 (setenta e sete reais) estão inseridos no perfil inferior ao alinhamento da pobreza. Ressaltamos que esses valores sofreram reajustes em maio de 2016, conforme mostramos no Quadro 8.

Além do perfil socioeconômico que descrevemos, diante dos critérios de participação presentes, é indispensável ainda para as famílias beneficiadas executar ou cumprir com certas condicionalidades que se encontram rigorosamente associadas à articulação sincrônica das políticas públicas ligadas à saúde, à educação e à moradia, associadas à execução de um plano, cuja geração de emprego e renda esteja voltada à consolidação do horizonte inter setorial das políticas públicas de alcance social.

Dentre as condições supracitadas, é fundamental considerar também o cumprimento de uma exigência básica, que é a revisão do benefício a cada dois anos, momento em que ocorre a atualização dos cadastros. Esta medida justifica-se com o objetivo de manter no programa apenas aqueles ou aquelas que obedeçam aos critérios de renda, estabelecidos na caracterização do desenho socioeconômico dos atendidos. Aos menores de sete anos, é necessário efetivar a tabela ou cartão de vacinação; para gestantes, exige-se o cumprimento de consultas mensais do pré-natal. Esses motivos fazem com que suas vidas sejam acompanhadas pelas equipes técnicas dos CRAS.

As Políticas Públicas brasileiras que visam apoiar, sobretudo, as famílias mais pobres indicam estratégias que envolvam a educação profissional e tecnológica, levando assim à implantação de cursos voltados para as pessoas com baixa escolaridade. Uma dessas iniciativas é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), criado pela Lei nº 12.513/ 2011 (BRASIL, 2012), no governo da Presidenta Dilma Rousseff.

O PRONATEC apresenta-se como estímulo ao Plano Brasil Sem Miséria (BSM), sua coordenadoria está vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), dispondo simultaneamente de programas que visam ao incremento da formação técnica e de ações profissionais para os indivíduos fragilizados socialmente, que estejam

⁴ O Cadastro Único dos programas sociais do Governo Federal foi criado pelo Decreto n. 3.877, de 24 de julho de 2001, tornando-se obrigatório em setembro de 2001. Desde aquele período já passou por várias modificações, buscando cada vez mais seu aperfeiçoamento e efetivo uso por parte dos três níveis de governo na condução de programas sociais. É um instrumento de coleta de dados junto a famílias com renda *per capita* familiar mensal de até meio salário mínimo, destinado à avaliação e planejamento das ações sociais de todos os níveis de governo. (SILVA, 2008).

inscritos ou em processo de inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. No que se refere ao oferecimento dos cursos de Formação Inicial e Continuada, via PRONATEC, articula-se com os artifícios públicos de governo tais como, educação, saúde, habitação, em gerenciamento conjunto pelas administrações federal, municipal e estadual.

Registram-se entre as formalidades para participar do programa, ter idade mínima de 16 anos, com prioridade aos cadastrados em circunstância extrema de pobreza, beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada. Dessa forma, as políticas de prevenção buscam tornar as mulheres mais independentes, incrementando sua autoestima e aumentando seus recursos (HYMAM, 2000). É consenso que na maior parte das ocorrências as vulnerabilidades sofridas pelas mulheres encontram-se proporcionalmente catalogadas à pobreza e à má divisão de renda brasileira e, como agravante, apontamos, ainda, as decisões unilaterais decorrentes da sociedade patriarcal que afetam a família.

Visando atender às famílias, excepcionalmente àquelas em que seus membros possuem baixa escolaridade, os CRAS junto com o Ministério da Educação (MEC) encaminham esses sujeitos às instituições especializadas, por exemplo, SENAI, SENAC, IFPI, ofertantes gratuitos dos mais variáveis cursos de Formação Inicial e Continuada.

Os Centros de Referência da Assistência Social são unidades sócio assistenciais conectadas à Política Nacional de Assistência Social e ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (SAIF) que, como um todo, atendem regularmente às pessoas com deficiência, crianças, adolescentes e mulheres nos municípios que congregam serviços de atenção comunitária. Esses centros são equipamentos sociais implantados em áreas supostamente de grandes “vulnerabilidades” e “risco pessoal e social” com o propósito de assistir a todos aqueles que demandam de especial atenção.

O serviço do SAIF investe em Programa de Inclusão Produtiva e em projetos de redução da pobreza; promove o atendimento nos centros de convivência para idosos; trabalha com grupos, serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes, dentre outros (MOREIRA et al, 2012).

A política de Assistência Social tem a família como uma referência primordial, colocando-a como questão central no atendimento. Dada a grande necessidade de ampliar o atendimento em Teresina, capital do Estado do Piauí, foram implantados 19 (dezenove) Centros de Referência, assim distribuídos: 07 (sete) foram inaugurados em 2004; no ano de 2011 mais 10 (dez) unidades e em 2015 mais duas.

Diante do histórico da implantação dos CRAS em Teresina, fizemos a escolha do objeto deste estudo: as possibilidades de autonomia de mulheres do Bairro Santo Antônio,

zona sul de Teresina, a partir de sua inclusão no Programa Bolsa Família (PBF) e no Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Em seguida, definimos o problema de pesquisa: a inclusão de mulheres do Bairro Santo Antônio no Programa Bolsa Família e no PRONATEC, na área de abrangência do CRAS Sul III de Teresina, apresenta-se como possibilidades de autonomia para elas?

A partir desse questionamento, definimos o objetivo geral desta pesquisa: analisar as possibilidades de autonomia da mulher assistida pelos Programas Bolsa Família e PRONATEC na área de abrangência do CRAS Sul III de Teresina. E os seguintes objetivos específicos: caracterizar o perfil das mulheres no contexto histórico, político e social do Bairro Santo Antônio de Teresina; compreender as motivações que as impulsionaram a ingressar nos Programas Bolsa Família e PRONATEC; identificar indícios de autonomia das mulheres pesquisadas ao participarem desses Programas.

O interesse em investigar esse tema surgiu de inquietações vivenciadas por famílias que frequentam os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) de Teresina-PI, porta de acesso aos programas circunscritos. Os programas em discussão tem gerado grande procura pela oferta dos cursos, em virtude da situação de fragilidade, de vulnerabilidade e de exclusão social às quais diversas famílias estão submetidas. Ademais, podemos destacar, como dado relevante, a restrita condição de acesso ao emprego que observamos nas famílias atendidas.

Esta pesquisa caracteriza-se como uma investigação de natureza qualitativa que, consoante Bortoni-Ricardo (2008), procura entender, interpretar fenômenos sociais inseridos em um dado contexto. Portanto, essa abordagem se aplica de forma adequada, por ser caracterizada como propósito de compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos sujeitos (RICHARDSON, 1999; MELUCCI, 1997).

Ressaltamos que o estudo ora mencionado possui uma riqueza de complexidade na abordagem da pesquisa sócio educacional de modo a compreender as relações sociais, as crenças, os valores e os hábitos do cotidiano do contexto educacional (MINAYO, 1994). Trata-se de um desenho orientado pelo método autobiográfico, utilizando as Histórias de Vida como técnica de pesquisa, porque acreditamos que se adequam às intenções aspiradas.

Pelo exposto, consideramos pertinente entre a variedade de técnicas de pesquisa, optarmos pelas seguintes: entrevista narrativa semiestruturada, rodas de conversa e diário de campo. A saber, incluem ao repertório dessas informações, como complemento, as fontes bibliográficas e documentais que também constituíram estratégias metodológicas dispostas por nós. Do mesmo modo, foram analisadas as fichas cadastrais das integrantes, além de

consultas frequentes à internet, em busca de informações e de dados estatísticos que pudessem fomentar o trabalho, a exemplo do site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As análises realizadas nos permitiram constatar um pequeno salto qualitativo na oferta do PBF, a partir do ponto de vista de autores que discutem o assunto e também com base nos resultados alcançados na empiria. Tal realidade evidenciou-se na medida em que

O campo de pesquisa fica localizado no território do CRAS Sul III de Teresina, na unidade de Assistência Social NAI KM 7, local onde as famílias são atendidas. Para atender esse objeto deste estudo, traçamos inicialmente uma amostra representativa construída por 07 (sete) mulheres que cumprissem os seguintes critérios: ser beneficiária do programa Bolsa-Família, ser egressa do PRONATEC, ter baixo nível instrucional e ser acompanhada pelas equipes dos CRAS. Uma das mulheres desistiu logo no início da pesquisa, ficando no total 06 (seis) participantes.

Assim, organizamos esta dissertação de forma dialética e contextualizada. Pontuamos, inicialmente, nesta introdução, o objeto de estudo, o problema de pesquisa, os objetivos norteadores, a justificativa do estudo e o nosso vínculo com a temática proposta. Além disso, apresentamos em cada um dos quatro (4) capítulos a sistematização do estudo. A análise dos dados e a articulação contínua entre o desenho empírico e o marco teórico utilizado ocorreram ao longo de todo o texto; ao final, manifestamos as reflexões finais que consideramos relevantes para o estudo.

No capítulo I, *Trajetos Entrecruzados na Pesquisa*, descrevemos detalhadamente a predileção metodológica adotada para o progresso do estudo, apresentando as técnicas e os instrumentos utilizados para a produção dos dados. Relatamos informações sobre o contexto da pesquisa, sobre o perfil pessoal e familiar das interlocutoras, como também explicitamos o modo como seguimos para orientar a sistematização e o detalhamento de cada uma das três etapas da análise de conteúdo: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados (BARDIN, 2011).

O segundo capítulo versa sobre *Identidades e Ambivalências da Mulher Piauiense do Bairro Santo Antônio, Zona Sul de Teresina*, em que apresentamos por meio das análises, as subjetividades das interlocutoras, analisando o perfil de cada mulher, a inclusão dos membros de suas famílias no CadÚnico, associadas às relações de gênero. Sob o mesmo ponto de vista, fizemos a discussão analítica acerca de questões vinculadas à situação de exclusão social e pobreza em que vivem as mulheres de nosso estudo, embasada na compreensão dos eventos

frequentes, interpretando o conteúdo das mensagens, inferindo interpretações e os significados alcançados.

As Motivações da Mulher do Bairro Santo Antônio para Ingressar nos Programas Sociais constituem o terceiro capítulo, no qual continuamos a tecer, de forma mais detalhada, as considerações analíticas dos dados evidenciados pelas mulheres do referido bairro, fazendo uma compreensão pormenorizada das motivações que as impulsionaram a procurar inclusão no Programa Bolsa Família e no PRONATEC, simultaneamente; contextualizamos de forma descritiva aspectos importantes e mais detalhados de seus cotidianos quanto às desigualdades decorrentes da situação de pobreza e de vulnerabilidades em que estão inseridas.

No capítulo IV, intitulado *Indícios de Autonomia Feminina nos Programas Sociais Bolsa Família e PRONATEC, no Bairro Santo Antônio*, tratamos da repercussão existente entre os Programas Sociais em questão e a melhoria da qualidade de vida das mulheres pesquisadas, como também discorreremos sobre as análises dos conteúdos das mensagens por elas produzidas. Em síntese, revelamos aspectos da vida pessoal, da trajetória da vida profissional das mulheres pesquisadas, dados respaldados pelos saberes construídos durante a vivência da pesquisa, articulados às possibilidades de autonomia, sistematizando as respostas condicionadas às categorias teóricas e empíricas.

Nas Reflexões Finais, discorreremos considerações sobre nosso próprio percurso na pesquisa, apontando pensamentos e aprendizagens impetradas nesta experiência. Assim, nessa seção, resgatamos o objeto do estudo, tecendo reflexões sobre os achados da pesquisa, vinculando-os aos objetivos previstos. A originalidade do estudo e sua pertinência acadêmica nos possibilitaram o alcance de algumas constatações, que foram, dentre outras, compreender que o estudo de gênero representou uma intensa correspondência com a construção dos direitos sociais, um dos desdobramentos deste trabalho, e que deve, em sua constituição, continuar sendo explorado em espaço investigativo, a fim de contribuir para o enfrentamento dos esquemas convencionais vigentes, objetivando modificá-los.

Em tese, os debates sobre a discussão de gênero na sociedade a partir de uma perspectiva sócio histórica, remonta à adoção de medidas contemporâneas que favoreçam a conscientização sobre os problemas reais vivenciados, corroborando, também, sua relevância acadêmica e social para a abertura de novas pesquisas nesta área, além da promoção de oportunidades para que outros gêneros também se instituem como protagonistas de suas próprias histórias, contribuindo para um desenvolvimento social pleno, útil e mais equânime.

1 TRAJETOS ENTRECruzADOS NA PESQUISA

A metodologia funciona como uma bússola na atividade do pesquisador. Entendida como disciplina que estuda os métodos, se relaciona com a epistemologia ou a filosofia da ciência. Seu objetivo consiste em analisar as características dos vários métodos disponíveis, avaliando suas capacidades, potencialidades, limitações ou distorções, de forma a criticar os pressupostos ou as implicações de sua utilização. Lida com a avaliação das técnicas de pesquisa, controlando detalhadamente cada técnica empregada e com a geração ou experimentação de novos métodos. (THIOLLENT, 2001, p. 31).

Neste capítulo, é nosso desafio apresentar ao leitor, a realidade das mulheres partícipes de nossa pesquisa dentro de uma perspectiva histórica, política e social, explicitando a descrição do percurso metodológico adotado nesta investigação. Assim, configuramos várias dimensões relativas à sua natureza, ao contexto sócio histórico e político de Teresina e aos passos adotados para sua produção. Em seguida, fizemos a sistematização e a análise de dados quanto ao perfil pessoal e familiar das flores raras, bem como listamos as técnicas de instrumentos usados para a coleta dos dados: entrevista narrativa semiestruturada, rodas de conversa e diário de campo.

Deste modo, considerando que toda pesquisa nas suas várias fases, implica uma articulação entre o arcabouço teórico utilizado e os dados da empiria, neste capítulo, apresentamos os trajetos entrecruzados deste estudo, fundamentados em subsídios construídos por Barbier (2004), Bardin (2011), Bortoni-Ricardo (2008), Bussey (1990), Melucci (1997), Minayo (1994), Passeggi, Abrahão e Delory-Momberger (2012), Pineau (2012) Richardson (1999), dentre outros; além dos dados angariados por intermédio dos instrumentos e técnicas supramencionadas, tendo como partícipes, mulheres vinculadas ao Programa Bolsa Família e egressas do PRONATEC, que residem no bairro Santo Antônio, situado no Km 7, zona sul de Teresina-PI.

De acordo com Bussey (1990), a pesquisa supõe a investigação metódica, com critérios julgados a partir da crítica e da autocrítica, tendo como objetivo contribuir para o avanço do conhecimento, requerendo ainda técnicas adequadas com vistas a alcançar as necessidades do processo examinado para que este responda tanto às exigências do rigor científico quanto àquelas do contexto onde se realizou a pesquisa empírica.

Com essas perspectivas, fizemos a opção de realizar um estudo de natureza qualitativa, do tipo autobiográfico. Esse tipo de investigação tem sido bastante valorizado na área de educação nos últimos anos. Podemos dizer que “[...] ela se preocupa, nas ciências sociais,

com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (MINAYO, 1994, p. 21-22).

A pesquisa despertou em nós a curiosidade pela busca em perceber e entender a configuração das partícipes no contexto onde se inserem, indicando a riqueza da sua complexidade. Assim, seu propósito principal é analisar as possibilidades de autonomia da mulher assistida pelos Programas Bolsa Família e PRONATEC na área de abrangência do CRAS Sul III de Teresina.

De acordo com Bortoni-Ricardo (2008), a pesquisa qualitativa procura compreender, interpretar fenômenos sociais inseridos em um contexto. Portanto, reforçando o que foi dito anteriormente, essa abordagem se aplica adequadamente às intenções desta pesquisa, por ser caracterizada como tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e das características situacionais apresentadas pelas mulheres colaboradoras deste estudo (RICHARDSON, 1999).

Ainda, em consonância com Richardson (1999), Minayo (1994) afiança que a pesquisa qualitativa no âmbito da pesquisa sócio educacional favorece as relações sociais, as crenças, os valores e os hábitos do cotidiano dentro de uma conjuntura pedagógica. Nesse sentido, reafirmamos o quanto é diverso o seu uso, pois a estrutura metodológica em questão dá lugar a uma grande diversidade de propostas de investigação nos distintos campos de atuação social.

O uso da linguagem, seja ele escrito ou oral, posto em prática pelas constituintes do estudo e pela investigadora traz à extensão figuras, imagens e histórias cruciais ao longo de um percurso investigativo. Desse modo, nesta pesquisa construímos diferentes *status* de realidade a partir de diferentes encontros com as histórias de vida das interlocutoras. Assim, a citação de Allende subsidia-nos refletirmos sobre o registro de memórias:

A minha vida faz-se ao contá-la e a minha memória fixa-se com a escrita; o que não ponho em palavras no papel, o tempo apaga-o. (...) A escrita é uma longa introspecção, é uma viagem até as cavernas mais obscuras da consciência, uma lenta meditação. Escrevo às apalpadelas no silêncio e pelo caminho descubro partículas de verdades, pequenos cristais que cabem na palma da mão e justificam a minha passagem por este mundo (ALLEND, 2005. p. 327-345, apud GALVÃO, 2005, p. 327, grifo nosso).

Nessa perspectiva percebemos que esta pesquisa reflete parte da nossa vida pessoal e profissional por evidenciar a necessidade que sentimos em começar a registrar as experiências adquiridas. Os terrenos moventes da linguagem possibilitam ao narrador apropriar-se da

palavra para falar de si, assentando a emergência da luta pela vida como uma prática social e cotidiana. Ao mesmo tempo, cria possibilidades de o sujeito tomar consciência de si próprio e de suas experiências através de narrativas que podem ser escritas ou faladas.

1.1 A Narrativa Autobiográfica como Método de Pesquisa

A narrativa autobiográfica, método utilizado nesta pesquisa, nos auxiliou na tomada de decisões. Seu uso possibilitou direcionar o itinerário a ser seguido e deu voz àquelas mulheres que estavam em silêncio através de uma dinâmica dos processos de criatividade. Sob o ponto de vista de Poirier, Valladon e Raybaut (1999, p. 98), “[...] a liberdade de expressão age como um estímulo capaz de desencadear a narrativa, pondo o narrador numa situação favorável à evolução espontânea do seu passado”.

Conforme Pineau (2012, p.139), “A aventura (auto) biográfica aponta para fazer a sua história, exprimir-se, socializar-se e avaliar-se formalmente”. Com base nas opiniões dos autores, compreendemos que as narrativas possibilitam orientar a construção da vida do sujeito por ele próprio, porque considera a importância das marcas da sua historicidade que vão além da imediatez do tempo cronológico. Apesar de respeitá-lo, ainda se encarrega de aprofundar a análise do passado à luz do presente, para que se alcance um possível projeto para o futuro.

Coube, desse modo, retomar Poirier, Valladon e Raybaut (1999, p. 99):

As histórias de vida constituem somente um meio entre outros, mas sem dúvida o melhor de apanhar o sentido das práticas individuais. No entanto, não é ainda esta a sua característica principal. Esta decorre do facto de podermos observar, através das histórias de vida, o que nenhuma outra técnica nos permite atingir: as próprias práticas, os seus encadeamentos, as suas contradições, o seu movimento.

Assim, elucidar as práticas e as contradições vivenciadas pelas mulheres do bairro Santo Antônio, especialmente aquelas envolvidas neste trabalho, permitiu compreender os caminhos percorridos neste estudo. A narração admite ao ouvinte refletir sobre o fato narrado sem fazer-lhe imposições ou cobranças, uma vez que no contexto em que se vive atualmente, encontramos obstáculos para rememorar o passado, uma prática que realizada através da contação de histórias cultua ou enfraquece a arte de narrar, se for obstruída.

Utilizar as narrativas neste trabalho retrata a tendência urgente de considerar o indivíduo como ator e autor de suas vivências, experienciadas nos processos de autoconhecimento e de formação social, cultural e histórica, ao dizer quem são, o que fazem,

enfim, explicitando seus projetos de vida. Nesse contexto, reafirmamos a importância da adoção da narrativa autobiográfica como método de pesquisa para a compreensão do objeto de estudo adotado.

1.2 Técnicas e Instrumentos para Produção dos Dados

A produção de dados é um momento singular em que o pesquisador se aproxima da realidade em que vivem as partícipes. Desse modo, optamos por técnicas que as oportunizassem falar sobre si, de modo a promover uma reflexão sobre o estudo de gênero, e os papéis sociais construídos para o homem e para a mulher, sobre a influência desses padrões na vida das pessoas, em sua totalidade.

Assim, fizemos um planejamento sistemático, definimos as técnicas a serem utilizadas, que constituem os instrumentos para coletar os dados, informações necessárias para uma melhor compreensão da realidade em foco; pontuamos nossa flexibilidade no universo pesquisado, acolhendo a entrada de informações previstas e não previstas ao estudo.

Como veremos detalhadamente na sessão a seguir, a capacidade de falar de si, evidenciada durante a construção das entrevistas narrativas semiestruturadas e das rodas de conversa, foi pensada de modo a priorizar uma reflexão capaz de abrir espaços para que as entrevistadas se colocassem na condição de inserção social, enquanto indivíduos que integram a sociedade, assumindo nesse contexto a tarefa de se reinventar a cada dia, mesmo diante das situações mais inesperadas, como citou Bell Hooks (2013). A autora acredita que a perspectiva de inclusão está diretamente relacionada com a liberdade de agir, de transgredir, de poder tomar o destino de cada um em suas próprias mãos, em suas próprias vidas.

1.2.1 A entrevista narrativa semiestruturada

Como forma de dar continuidade ao processo investigativo, realizamos a entrevista narrativa semiestruturada para caracterizar o perfil pessoal e familiar das mulheres, objetivando relacionar a repercussão existente entre o programa Bolsa Família, os cursos do PRONATEC e a melhoria da qualidade de vida das interlocutoras. De acordo com Richardson (1999, p. 207), seu uso se justifica na perspectiva de que esta propiciará “[...] a interação e o diálogo entre entrevistador e entrevistado, além de permitir o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas”.

A entrevista narrativa semiestruturada é uma das formas de produzir os dados, colocadas em um espectro conceitual maior, influencia mutuamente o momento da coleta das informações. Destarte, para nós, pode ser concebida como um processo de comunicação social, verbal e não verbal, que sucede face a face, a meio-termo entre um(uma) pesquisador(a) que tem uma meta previamente definida, e o(a) entrevistado(a) que, supostamente, possui a notícia que possibilita estudar o fenômeno em pauta, cuja interferência acontece, precipuamente, por meio da linguagem.

Dividimos o roteiro em três partes. A primeira continha perguntas relacionadas à identificação e ao perfil das entrevistadas. A segunda tratava das motivações para participar do Programa Bolsa Família, assim como dos valores monetários recebidos pelas participantes desta pesquisa, articulado à melhoria da qualidade de vida a partir do uso do dinheiro. A terceira parte contemplava as motivações para participação no PRONATEC, os tipos de cursos escolhidos, o destino da bolsa-incentivo recebida pela participação nos cursos, bem como o aprendizado proporcionado, associados aos benefícios e aos limites encontrados ao longo desse percurso educacional.

Além das técnicas descritas e de forma a complementá-las, recorreremos às rodas de conversa para conhecer a história de vida de cada mulher, bem como sua trajetória, pois entendemos que o processo de rememoração, associado ao trabalho de pesquisa, favorece a reflexão das pessoas à medida que suas falas vão dizendo como funcionam seus sistemas de valores e representações socioculturais, conduzindo-as a uma melhor compreensão do mundo.

1.2.2 As rodas de conversa

A roda de conversa se configurou num momento ímpar, em que buscamos examinar os aspectos mais profundos da avaliação dos programas sociais na perspectiva da construção de indícios da autonomia das mulheres entrevistadas, levando em conta o enfoque dos distintos sujeitos implicados no estudo empírico, incorporando a subjetividade de suas experiências mescladas ao âmbito social. Segundo Figueiredo e Queiroz (2012), as rodas de conversa, enquanto prática dialógica, permitem o pensar compartilhado.

Com esta perspectiva, o procedimento adotado se justifica tendo em vista que, “[...] ao tempo em que as pessoas falam suas histórias, buscam compreendê-las por meio do exercício do pensar compartilhado, o qual viabiliza o sentido dos acontecimentos” (FIGUEIREDO; QUEIROZ, 2012, p. 38). As rodas de conversas constituem espaços para ressignificar saberes, no qual o diálogo exige reflexão sobre as práticas do cotidiano, na rememoração das

experiências, na construção de atitudes, na reelaboração de conhecimentos simbólicos do contexto social e histórico.

De forma complementar a discussão, Brito e Santana (2014) explicam que essa técnica promove um (re)encontro de pessoas, de narrativas e de vivências; quando bem sucedida, o interlocutor é despertado, suggestionado e estimulado a conversar, para divulgar e tomar uma posição sobre determinada temática, materializando a sua forma de ver, sentir, pensar e agir que lhe são próprias e personalizadas, funcionando como matéria-prima, podendo ser analítica em relação aos fatos vivenciados, sobre os quais é preciso analisar, interpretar e refletir criticamente.

Dado ao exercício reflexivo e potencializador, realizamos três (03) rodas de conversa, através de roteiros antecipadamente elaborados, esclarecendo a temática da discussão na direção desejada, ouvindo atentamente cada ponto de vista e assegurando uma participação igualitária para todas as pessoas (ROCHE, 2000).

A partir da escuta dos relatos no presente trabalho, fomos capazes de conhecer os jeitos de viver e o engajamento político das múltiplas vozes das sujeitas implicadas. Além disso, consideramos também importante o momento da avaliação de cada roda de conversa, em que colocamos à disposição das interlocutoras avaliações oral e escrita, deixando-as à vontade quanto à sua aplicabilidade, pois entendemos ser esta uma ferramenta que, quando bem empregada, pode revelar a complexidade da ação em tela, gerando mais subsídios de aferição de conhecimentos para a atividade seguinte, porque requer profundas reflexões e compreensões sobre as concepções e paradigmas vigentes.

Na primeira roda, as seis participantes, inicialmente, estavam tímidas, porém no decorrer da dinâmica, “A Teia”, as mulheres aos poucos ficaram mais à vontade, tornando-se assim mais participativas. Exibimos o vídeo “Mulheres e Direitos”, seguido de discussão, abordando as peculiaridades da história narrada, articulando as histórias de vida das mulheres participantes. Dessa forma, o objetivo do encontro foi alcançado, uma vez que, de forma recíproca, todas conheceram a pesquisa, suas particularidades. Além disso, o grupo pesquisado pôde se conhecer melhor quanto aos seus sonhos e expectativas. Ao final dessa etapa, percebemos que houve interação das mulheres abordadas com a pesquisa.

Na segunda roda, todas as interlocutoras manifestaram-se mais abertas à participação, embora tenham demonstrado, no início, certa dificuldade em escrever no papel o que foi pedido na dinâmica: “A troca de um segredo”. Percebemos que ao ressaltar o sigilo e a excelente oportunidade de troca de experiências as participantes foram, gradativamente, se expressando com mais facilidade. Consideramos esse encontro muito rico e positivo, pois foi

possível escutar e debater de forma séria e responsável as angústias e as inquietudes das participantes, as quais revelaram através de narrativas escritas, individuais e da socialização coletiva, suas experiências e conhecimentos sobre as histórias de vida pessoal e dos anseios do grupo.

Na terceira roda de conversa, fizemos o acolhimento das seis participantes, apresentando os slides sobre a pesquisa, visando esclarecer possíveis dúvidas do grupo. Houve novas discussões para fomentar reflexões sobre a evolução do papel da mulher na sociedade contemporânea. Aconteceu um momento de apreciação por parte delas, em que foram colocados de forma franca, os aprendizados adquiridos ao longo da pesquisa, além da exposição das mudanças que essa experiência trouxe para si e para o outro, promovendo a reconstrução de suas ações e dos modos de ser, nas dimensões individuais e coletivas. Ao final, foram feitos os agradecimentos e o encerramento foi marcado pela sensação de satisfação e aprendizado.

1.2.3 O diário de campo

O diário de campo, que é para nós um apropriado dispositivo utilizado em processos de investigação, foi escolhido com o objetivo de registrar/catalogar os elementos recolhidos e susceptíveis de serem interpretados. Esse instrumento constituiu, ao longo deste trabalho, representativo suporte para realizarmos a investigação. Barbier (2004, p.133) a esse respeito, refere-se ao exercício do diário de campo, dizendo que este “[...] serve como instrumento metodológico específico, porque fala da itinerância de um sujeito (indivíduo, grupo ou comunidade) mais do que de uma trajetória banalizada”. Nele podemos registrar sentimentos, entusiasmos, pensamentos, desejos, sonhos, paixões, enfim, as impressões da investigadora e também do grupo pesquisado.

Essa ferramenta foi bastante utilizada nesta produção, porque permite captar a delicadeza daquilo que vimos e observamos, possibilitando-nos “reflexões” que surgiram em face da observação dos fenômenos (TRIVIÑOS, 1987). Assim, sua aplicação implica visível contribuição para o momento da sistematização das experiências ocorridas durante o trabalho de campo, colocando em relevo as informações que mereceram maior destaque.

É importante registrar que, de acordo com a aplicabilidade das técnicas descritas, algumas perguntas ou temas foram acrescentados ou mais desenvolvidos no momento do estudo empírico, de modo a valorizar o interesse, garantir a participação e a integração de todas as pessoas implicadas, respeitando abertamente o surgimento de ideias novas e a

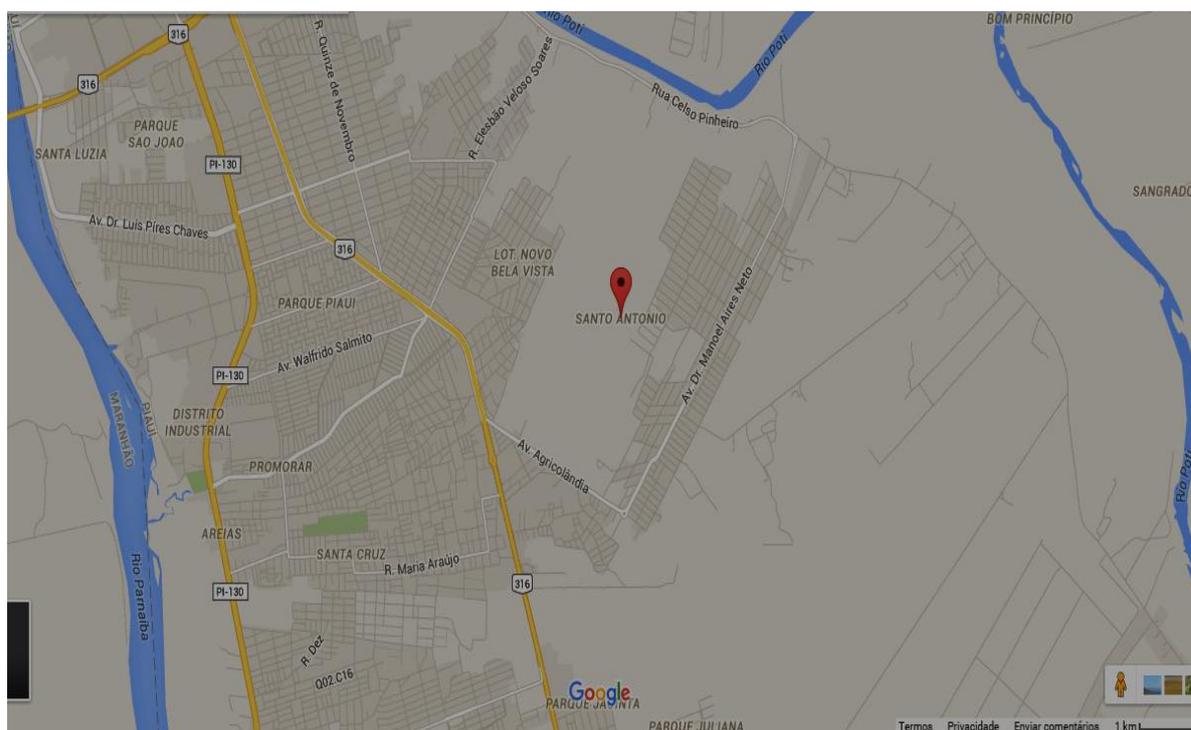
introdução de informações relevantes, embora nem sempre previstas nas discussões planejadas. Os relatos foram anotados e quase todos gravados mediante a permissão das participantes, de modo a facilitar a análise.

1.3 Contexto da Pesquisa

A demarcação do campo de observação empírica é um lugar representativo, pois é nele que construímos as amostras (uma representação dos indivíduos ou universo da pesquisa) realizamos a consulta e a observação do assunto que escolhemos para investigar.

A pesquisa de campo foi realizada no Núcleo de Atenção Intergeracional (NAI) KM 7, unidade de assistência social vinculada ao CRAS Sul III, localizada à rua Rita de Cássia, S/N, hoje denominado bairro⁵ Santo Antônio, região periférica de Teresina, exposta na página seguinte.

Figura 1 – Bairro Santo Antônio



Fonte: Google Mapas (2015).

⁵ Para o IBGE, bairros são subdivisões intraurbanas, legalmente estabelecidas pelo órgão municipal competente. São estruturas criadas a partir do interesse das prefeituras (NASCIMNETO, 2015).

Santo Antônio foi o nome do loteamento que deu origem ao bairro onde realizamos nosso estudo, ainda hoje tendo a mesma denominação. Está localizado na região do KM-7, zona sul de Teresina, com área medindo 3,11 km² e densidade demográfica de 70,4 hab/hectare. Ao norte limita-se com os bairros Promorar e Lourival Parente; ao sul Angelim, Parque Jacinta e Parque Juliana; a leste Parque Sul e São Lourenço; e a oeste Santa Cruz e Promorar. Atualmente, há diversas vilas⁶, favelas⁶ e loteamentos⁶ instalados nos seus arredores, tais como: Vila Boa Vista, Vila Lucy Soares, Parque Pioneiro I, II e III, Vila Planalto Santo Antônio, Parque São Jorge, Vila Parque Promorar, Vila Cosme e Damião, Vila Caic, Parque Dagmar Mazza, Vila Miguel Arraes, Vila Planalto Santa Fé I e II, Vila São Francisco I, II e III e Loteamento Batista Paz.

Historicamente, a cidade de Teresina sofreu um forte impacto no seu processo de urbanização. Nas décadas de 1960 e 1970, houve um acelerado crescimento da população, instigado, sobretudo, pelo movimento migratório do campo para a cidade. Após um levantamento realizado pela Prefeitura Municipal dessa capital foi constatado que 43,20% de seus habitantes, em 1980, não eram naturalizados teresinenses. Muitos moradores vinham tanto do interior do Piauí, quanto dos Estados do Maranhão e Ceará; esse movimento concatenou-se com a urbanização da pobreza.

Em 1990, dez anos depois do início da migração, foi possível constatar que mais da metade da população teresinense vinha de outras áreas do estado do Piauí. Junto com os migrantes veio o aprofundamento dos problemas da cidade, decorrentes de um processo de urbanização que não foi planejado, gerando, como consequência, o agravamento socioeconômico e espacial dos sujeitos do universo urbano da capital.

Resultante do inchaço populacional em Teresina, Lima (2003, p. 40) assegura que:

O crescimento rápido e desordenado da população trouxe como consequência, maiores problemas sociais que desaguarão nos anos 80, período em que Teresina contava apenas com 53 bairros em seu perímetro urbano (Decreto nº 240, de 02.05.1980) e já enfrentava os pobres naquela época, baixos níveis de qualidade de

⁶ O IBGE denomina aglomerado subnormal por todo o País, favela, vila, palafita, comunidade, grota, entre outros. São conjuntos de unidades habitacionais, localizadas em áreas urbanas, de ocupação ilegal de terra, no período atual ou recente, e apresenta pelo menos uma das seguintes características: padrão urbanístico assimétrico das vias de circulação, carência de serviços públicos essenciais, como rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública (NASCIMENTO, 2015). Loteamento é a divisão de uma grande área de terra em lotes menores destinados à edificação. O responsável é o loteador, que pode ser tanto uma pessoa física, como uma empresa privada, um órgão público ou uma cooperativa. Qualquer que seja o loteador, as vendas dos terrenos só poderão ocorrer após a aprovação de um projeto na prefeitura (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2015).

vida da população, tornando plausível a convivência humana em uma dada realidade tão contrastante e desigual.

Em 1996, o Censo das Vilas e Favelas (Teresina. Prefeitura Municipal. SEMTAS, 1996), tinha revelado que a Zona Sul se constituiu a única área com expansão significativa no processo de ocupação periférico, crescendo 23,08% (39 favelas, em 1993, para 48 em 1996), no entorno dos conjuntos habitacionais, sendo as maiores concentrações nos bairros Santa Cruz e Santo Antônio, em volta dos Conjuntos Bela Vista e Promorar. Enquanto isso, a Zona Norte exibiu um ínfimo crescimento de apenas 3 novas áreas (17,65%). A Zona Sudeste manteve posição inalterada e a Leste que mostrou evolução no começo da mesma década, teve uma redução do total de favelas e vilas; tal fato está relacionado à remoção das famílias que residiam em áreas de risco para outras regiões.

Em análise semelhante, Matos (1995) explica que as favelas da zona sul de Teresina surgiram, principalmente, no entorno dos conjuntos habitacionais já existentes, essa realidade contribuiu para a expansão da região. Detalhando ainda melhor esse aspecto, retomamos a análise de Lima (2003, p.123) ao registrar que “[...] a Zona Sul abriga o segundo bairro com maior concentração de núcleos favelados da cidade, o Santo Antônio, sendo rodeado por 33% do número de favelas da região e 10,73% compõem o total de assentamentos⁷”.

Conforme sistematização do documento “Perfis dos Bairros”, organizado pela Prefeitura Municipal de Teresina (2015), os dados estatísticos apresentados fazem referência ao Censo Demográfico, realizado no ano de 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), costumeiramente realizado a cada dez (10) anos.

Há registros através dos dados oficiais que, em 1991, a população do bairro Santo Antônio possuía cerca de 6.275 habitantes; em 2010 esse número atingiu 21.879 moradores, representando o percentual de 2,85% da cidade de Teresina, ocupando a 5ª posição entre os bairros mais populosos. Os dados do IBGE revelam que a incidência de mulheres residindo no bairro totaliza 52% da população, enquanto aos moradores do sexo masculino escreve o percentual de 48%.

No que se refere à habitação, no ano de 2000 eram 3.339 residências; já em 2010 houve um crescimento considerável atingindo 6.088 domicílios, distribuídos em casas,

⁷ Segundo o IBGE, assentamentos são unidades de produção agrícola, implantadas por meio de políticas governamentais de reforma agrária, visando ao reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra. Os projetos de assentamentos envolvem a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária (NASCIMENTO, 2015).

apartamentos e cortiços. A maioria dos habitantes mora em casa própria, 84%; residem em imóveis alugados, 9%; moram em domicílios cedidos, 5%; e em outras formas de habitação registra-se 2%. Destas famílias residentes no mesmo bairro, 100% dispõem de energia elétrica e 99% estão conectadas à rede de águas e esgotos; a coleta de lixo abrange 92% dos moradores, infelizmente 8% da população ainda não tem acesso a esse serviço. Em relação ao esgotamento sanitário, para os domicílios ocupados, os dados revelaram que 66% possui fossa rudimentar, 29% fossa séptica, 1% possui rede de esgoto e 4% não possui banheiro.

Lima (2003) novamente contribui com essa discussão ao assentar que, instalar-se e dispor de um lugar para se fixar é condição precípua para o ser humano “melhorar de vida”, uma vez que a moradia institui ponto de partida para a construção de projetos que dão sentido à vida. Segundo a autora, a moradia independente representa em si um espaço onde as famílias encontram seu ancoradouro e constroem suas subjetividades, pois a vida na periferia não deve ser vista como um mundo à parte, mas seguramente como um mundo legítimo, decorrente das incongruências da estrutura urbana.

O universo da periferia necessita do olhar exponencial dos lentos e ineficientes órgãos públicos visto que é nesses espaços onde os pobres constroem suas singularidades, por meio de suas práticas cotidianas e de seus momentos de lazer, permeando valores, tradições e reproduções simbólicas.

Vejamos como estão disponibilizadas as ofertas dos serviços de saúde, educação, assistência social e segurança, na região do Bairro Santo Antônio:

Quadro 1- Unidades de saúde

Estadual	Não possui
Municipal	Unidade de Saúde da Família Km 7
	Unidade de Saúde da Família Santo Antônio
	Unidade de Saúde da Família Dagmar Mazza
Privada	Não possui

Fonte: Perfis dos Bairros, Prefeitura Municipal de Teresina (2015).

Quadro 2 - Unidades de Assistência Social

Núcleo de Atenção Intergeracional Km 7
Núcleo de Atenção Intergeracional Cidadania

Fonte: Perfis dos Bairros, Prefeitura Municipal de Teresina (2015).

Quadro 3 - Estabelecimento de Ensino

Rede de Ensino	Estabelecimento de Ensino	Nível	Nº de Alunos
Estadual	U. E. Jornalista Joao Emilio Falcão	Fundamental e Médio	446
Estadual	U. E. Professor Jose Camilo da Silveira Filho	Fundamental e Médio	497
Municipal	CMEI Enilson Carvalho	Infantil	79
Municipal	CMEI Vila Tiradentes	Infantil	87
Municipal	CMEI Santo Antônio	Infantil	104
Municipal	CMEI Vila Tiradentes	Infantil	83
Municipal	E. M. Irma Dulce	-	-
Municipal	E. M. Fundamental Lysandro Tito de Oliveira	-	-
Municipal	E. M. Professor Valdemar Sande	-	-
Privado	Educandário o Aprendiz	-	-

Fonte: Perfis dos Bairros, Prefeitura Municipal de Teresina (2015)⁸.

O percentual de alfabetização/gênero da população acima de 10 anos, revelou que 52% das mulheres são alfabetizadas, em relação a 48% dos homens.

Quadro 4 - Segurança Pública

Delegacia	4º Distrito Policial
-----------	----------------------

Fonte: Perfis dos Bairros, Prefeitura Municipal de Teresina (2015).

Não há na comunidade, espaços de interesse turístico. Alguns locais de lazer foram encontrados na área esportiva, sendo: dois campos de futebol na região, o da Vila Paraiso e o do Santo Antônio; um parque ambiental, o Boa Vista; três praças, a Praça da Vila Dagmar Mazza, a Praça Elenilda da Silva Leão e a Praça da Solidariedade; ademais toda a grande região mencionada conta unicamente com o 4º distrito policial, para atender as ocorrências de toda essa grande área. Há também um Centro de Produção e uma Horta Comunitária.

⁸ No documento pesquisado não aparecem os dados referentes a quatro instituições, como pode ser visto no Quadro 3.

Quanto à empregabilidade dos moradores, a pesquisa realizada revelou que 16% trabalham na indústria, 5% na construção civil, 53% no comércio e 26% em serviços.

No que se refere ao rendimento salarial, por mês, das famílias dos bairros de Teresina, os dados de 2010 revelaram que a área urbana da capital possuía uma média equivalente a R\$ 1.200,00. Entre os 110 bairros que compunham a capital, na época, o bairro de nosso estudo apresentou uma posição de inferioridade em relação aos demais, ocupando no ranking, a 94ª posição, com uma renda salarial correspondente a R\$ 836,00. Isso revela as carências e necessidades sofridas pela população residente naquela área, considerando que 42% dos moradores não dispõem de rendimentos, 36% recebem até um salário mínimo, 15% ganham entre um e dois salários mínimos, 6% de dois a cinco e apenas 1% ganham entre cinco e dez salários mínimos.

Dizemos, desse modo, que a economia local desse bairro conflita com a realidade de toda a grande Teresina, inclusive com a realidade nacional, na qual os números referentes ao eixo trabalho-renda exprimem, nas suas variantes implicações, a diminuição dos postos de trabalho, o aumento do desemprego, assim como o desenvolvimento do mercado informal. Todo esse conjunto concorre seguramente para restringir as chances de melhoria do padrão de renda das famílias brasileiras, colocando em cena conflitos, dilemas e lutas compartilhados no âmbito das práticas sociais do universo urbano.

1.4 Exposição Histórica do Surgimento dos Núcleos de Atenção Intergeracional (NAI'S)

O Núcleo de Atenção Intergeracional (NAI), hoje assim denominado, teve sua fundação em abril de 1988. Naquela época era chamado de Núcleo de Apoio ao Menor. A gestão municipal era conduzida pelo prefeito Wall Ferraz e o núcleo era subordinado à Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente (SEMCAD). Seu objetivo era desenvolver atividades socioeducativas com vistas ao alcance do protagonismo juvenil. Em janeiro de 1993, ainda na gestão do mesmo prefeito, as ações desses núcleos foram redirecionadas, os quais passaram a ser chamados de Núcleo de Atenção Intergeracional da Criança e do Adolescente (NAICA).

Sua fundamentação legal era e ainda é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que orienta o incremento de ações de natureza social e educacional com foco na orientação e no apoio sócio familiar. Lembramos que foi no NAICA do bairro Monte Castelo, onde realizamos o primeiro estágio curricular, enquanto estudante do Curso de Pedagogia da

Universidade Estadual do Piauí (UESPI), no ano de 2001. Coincidentemente, esta pesquisadora trabalha atualmente nesse mesmo espaço.

Tempos depois, em 2004, na administração do prefeito Sílvio Mendes, a Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, agente responsável pelo gerenciamento dos CRAS, passou a se imputar também pela preservação e pela performance dessas unidades de serviços sócio assistenciais, que naquele momento recebia uma nova denominação, Núcleo de Atenção Intergeracional (NAI) e que seriam unidades diretamente subordinadas aos CRAS, por meio da Política Nacional de Assistência Social que ampliou ainda mais o objetivo do atendimento aos seus usuários e famílias. Os NAI's passaram a trabalhar com todos os segmentos da família, além de crianças e adolescentes, mulheres, com os grupos de idosos, pessoas com deficiência, desenvolvendo cursos profissionalizantes, realizando trabalhos na área de recreação, esportes, cultura, artes, lazer, e mesmo de suplementação alimentar, dentre outros.

Espaços dessa natureza devem ser concebidos como importantes utensílios de integração social, uma vez que por meio deles muitas pessoas têm acesso aos programas, serviços e benefícios sócio assistenciais, oferecidos pela PNAS. A partir da divulgação e da realização de ações socioeducativas, os usuários participam das ações desenvolvidas, cooperando para o enfrentamento da pobreza e da redução das desigualdades.

O eixo das ações apresentadas assegura, dentre as políticas básicas de Assistência Social, a proteção igualitária de um atendimento que seja integrado e que possa melhorar o desenvolvimento particular e comunitário das crianças, adolescentes e jovens, enfim, de todos aqueles que constituem o segmento das famílias que procuram atendimento nos NAI's.

1.5 O Processo de Busca do Perfil das Entrevistadas

Após a anuência da coordenadora da unidade, realizamos o primeiro encontro, ainda em dezembro de 2014, quando nos apresentamos em um momento inicial para explicitarmos a pesquisa, os objetivos, a metodologia e os compromissos mútuos. Foi a ocasião em que estabelecemos o primeiro contato e criamos os primeiros laços afetivos e sociais com o grupo. Conversamos bastante, discutimos sobre a dinâmica para os próximos encontros, construímos conjuntamente nosso cronograma de execução da pesquisa, planejando a seleção do melhor espaço para a realização das entrevistas, datas e horários para o grupo.

Em abril de 2015, oportunidade em que de fato iniciamos o trabalho de campo, percebemos que algumas mulheres haviam desistido e que seria necessário buscar novas

partícipes. Então, construímos um novo cronograma de pesquisa. Dentre os motivos que possam justificar esse afastamento, ressaltamos a possibilidade de insatisfação por parte de seus companheiros quanto à permanência na pesquisa. Pensamos que o tema em estudo pode ter influenciado tal reação; houve também uma interlocutora que proferiu “*ter muito serviço em casa para fazer e que não teria disponibilidade para os encontros*” pré-agendados semanalmente. Tudo isto nos conduziu à busca de novas estratégias e, de forma conjunta com os funcionários do NAI, direcionamos novas formas de mobilização na própria comunidade até conseguirmos encontrar outras mulheres disponíveis para o estudo.

Em maio do mesmo ano, estávamos lá, começando tudo de novo. Reiniciamos as apresentações, os objetivos da pesquisa e suas particularidades. Tratamos sobre os instrumentos a serem utilizados para a produção dos dados, considerando como relevante a disponibilidade de tempo das atrizes sociais envolvidas, refazendo os ajustes por ocasião dos imprevistos surgidos anteriormente. Elaboramos cuidadosamente um novo cronograma de pesquisa, conforme apresentamos no Apêndice G, detalhando o período exato da realização das entrevistas, das rodas de conversa e das visitas institucionais. De nossa parte, era constante reafirmar junto ao grupo, o acordo estabelecido para a efetivação do trabalho, inclusive de manter o anonimato de suas identidades, resguardando as participantes, expressando respeito e ética às suas singularidades.

Assim, utilizamos pseudônimos para identificarmos as mulheres, escolhendo nomes de flores raras⁹ para fazer referência a cada uma das participantes. Os nomes das flores raras levaram dias para serem escolhidos, porque era empenho nosso encontrar referências a cada uma das mulheres envolvidas na pesquisa, o que denota a importância e o nosso respeito às participantes implicadas na construção deste trabalho acadêmico. São elas conhecedoras de uma realidade e possuem elaborações próprias que a pesquisa necessita alcançar, ao narrarem de forma verdadeira e generosa suas histórias, matéria-prima desta produção. Ao serem indagadas começam também a construir interpretações relevantes para a prática científica.

No encontro posterior, apareceu apenas uma mulher, resultando na pesquisadora frustração, chegando mesmo a chorar. Entretanto, este motivo não levou à desistência, ao contrário, provocou a conscientização de como o desafio estava traçado e o quanto era fundamental nos reerguer, transformando essa situação num estímulo para continuar lutando.

⁹ Apresentamos cada uma das flores, com seus respectivos significados. São elas: **Acácia** que significa elegância; **Anêmona** que significa Persistência; **Coroa Imperial** que traduz o poder; **Dália Vermelha** que quer dizer Olhos Abrasadores; **Girassol** que significa Dignidade; **Glicínia** que é a própria Ternura.

No momento em que realizamos a próxima etapa da reunião, sentimo-nos mais fortalecida. Conseguimos aplicar o roteiro da entrevista semiestruturada. Em respeito ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado pelas entrevistadas, omitimos quaisquer informações pessoais que permitissem identificá-las, mesmo as partícipes tendo relatado que não havia qualquer problema quanto à divulgação das suas identidades. Devido ao não cumprimento do cronograma inicial construído coletivamente, criamos um novo calendário de encontros, o que resultou em mais sessões, mais visitas ao NAI, além das que já estavam planejadas.

Ressaltamos que na empiria, a organização e a sistematização das categorias de análise foram direcionadas por elementos teórico-empíricos ligados às intencionalidades acadêmicas da pesquisadora. Alguns momentos foram filmados e quase todos gravados para que fossem depois transcritos. Sobre este assunto, Moreira e Caleffe (2006) asseveram que o processo de transcrição apresenta-se como um momento importante para a captação de elementos subjetivos, implícitos tanto na fala, quanto no silêncio e nos momentos de questionamentos. Lançamos mão desta escrita no horizonte de um processo dialético, numa dimensão objetiva, em que se tornasse possível garantir a fidelidade do material transcrito. Por isto, recorremos ao trabalho de uma especialista nesta área. As transcrições preservam o formato oral.

Para traçar o perfil das partícipes coletamos dados referentes aos aspectos pessoais como: nome, idade, número de filhos, estado civil, escolaridade, número de membros da família; e também sobre os dados familiares. Inserimos em nosso roteiro, questionamentos que nos possibilitassem conhecer um pouco de sua intimidade tais como: quem é o chefe da sua família¹⁰, se todos os membros estão incluídos no CadÚnico, se a residência é própria, se a adquiriu via acesso ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), se possui vínculo ou já possuiu com o mercado de trabalho, antes ou após participação nos cursos do PRONATEC, em qual área possui experiência profissional, dados sobre a remuneração recebida e sobre a renda de cada família entrevistada.

¹⁰ O uso da expressão chefe de família neste trabalho é resultado de um questionamento do roteiro de entrevista semiestruturada que utilizamos para coletar os dados empíricos. Nosso intuito com esse questionamento não foi para reforçar as desigualdades oriundas do patriarcalismo, mas verificar em cada família pesquisada quem detém o poder de tomar as atitudes e as decisões de forma preponderante em relação aos demais membros da família. Segundo o minidicionário Ruth Rocha (2005), “chefe” é aquele que dirige, comanda ou governa. Conforme o Boletim Dieese (2004), uma das principais mudanças nas relações de gênero é o expressivo aumento da proporção de domicílios chefiados por mulheres, segundo os dados da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo IBGE. No Brasil, a chefia feminina estava presente em 19,3% dos domicílios, em 1992, e passou a ocorrer em 25,5% dos lares, em 2002 (último ano cujos dados da pesquisa foram divulgados), com um crescimento da ordem de 32,1%, nesses dez anos.

1.6 O Perfil Pessoal e Familiar das Mulheres Entrevistadas

O Perfil da **Acácia**

Acácia tem 28 anos. Possui 3 filhos. É casada. Estudou até o Ensino Médio. Na sua composição familiar são 5 pessoas. O chefe da família é o esposo, “porque é ele que trabalha lá em casa”. Nem todos os membros da família estão inscritos no CadÚnico. Sua residência é própria e não adquiriu através do Programa Minha Casa Minha Vida. Não possui vínculo com o mercado de trabalho atualmente. Trabalhou há 10 anos como vendedora. A renda familiar é de R\$ 778,00.

O Perfil da **Anêmona**

Anêmona tem 56 anos. Possui 3 filhos. É casada. Estudou o Ensino Médio completo. Sua composição familiar é de 5 pessoas. O chefe da família é “meu esposo”. Todos os membros da família estão inscritos no CadÚnico. Sua residência é própria e não adquiriu através do Programa Minha Casa Minha Vida. Não possui vínculo com o mercado de trabalho atualmente e há 14 anos trabalhou como cabeleireira. A renda familiar é de R\$ 778,00.

O Perfil da **Coroa Imperial**

Coroa Imperial tem 37 anos. Possui 2 filhos. É casada. Estudou o Ensino Fundamental. Sua composição familiar é de 4 pessoas. O chefe da família “é o esposo [risos] porque é ele que trabalha”. Nem todos os membros da família estão inscritos no CadÚnico. Sua residência é própria e não a adquiriu através do Programa Minha Casa Minha Vida. Não possui vínculo com o mercado de trabalho atualmente e há 12 anos trabalhou como auxiliar de produção. A renda familiar é de R\$ 778,00.

O Perfil da **Dália Vermelha**

Dália Vermelha tem 34 anos. Não tem filhos. É solteira. Possui o Ensino Médio e ainda continua estudando. Sua composição familiar é de 5 pessoas. A chefe da família “é a minha tia, porque ela é quem se responsabiliza por nós”. Todos os membros da família estão

inscritos no CadÚnico. Possui residência própria e não a adquiriu via Programa Minha Casa Minha Vida. Não possui vínculo com o mercado de trabalho atualmente e nunca trabalhou fora de casa. A renda familiar é de R\$ 500,00.

O Perfil da **Girassol**

Girassol tem 35 anos. Possui 1 filho. É casada. Estudou o Ensino Médio. Sua composição familiar é de 3 pessoas. O chefe da família “é o homem, né, porque é ele quem sustenta a casa”. Nem todos os membros da família estão inscritos no CadÚnico. Não possui residência própria e não conseguiu ainda acessar ao Programa Minha Casa Minha Vida. Nunca possuiu vínculo com o mercado de trabalho formal. Atualmente trabalha em casa com a venda de crochês e “coisinhas”. A renda familiar é de R\$ 1.200,00.

O perfil da **Glicínia**

Glicínia tem 56 anos. Possui 4 filhos. É casada. Estudou o Ensino Fundamental. Sua composição familiar é de 7 pessoas. O chefe da família “é nós dois, né, assim, em conjunto [risos], mas eu acho que ele quer ser mais autoritário um pouco, ele tem mais autoridade, eu acho [risos]”. Todos os membros estão inscritos no CadÚnico. Possui residência própria e não a adquiriu via Programa Minha Casa Minha Vida. Não possui vínculo com o mercado de trabalho atualmente e nunca trabalhou fora de casa. A renda familiar é de R\$ 1.600,00.

Esses dados que emergem dos perfis mencionados, serão retomados e analisados mais detalhadamente no segundo capítulo, na subseção 2.1.

1.7 Sistematização e Análise dos Dados

Nesta fase da pesquisa, buscamos os resultados para as interrogações levantadas, através de uma análise mais profunda dos dados reunidos na pesquisa de campo, por meio da análise de conteúdo. O uso dessa técnica tem despertado interesse de muitos pesquisadores nos últimos anos, e dentre os métodos qualitativos, vem ganhando legitimidade, pois manifesta ampla preocupação com o rigor científico e a profundidade nas análises.

Conforme Freitas, Cunha e Moscarola (1997), podemos dizer que a análise de conteúdo é uma técnica refinada, exigindo do pesquisador muita dedicação, paciência e

tempo, o qual tem de se valer da intuição, imaginação e criatividade, especialmente na definição das categorias de análise, sendo essenciais a disciplina, a perseverança e o rigor.

Ressaltamos que o percurso da análise deste trabalho seguiu as recomendações da obra de Laurence Bardin, bibliografia mais citada pelas pesquisas brasileiras que adotam a análise de conteúdo como técnica de análise de dados. Afirma Bardin (2011, p. 259) que o método da análise de conteúdo beneficia o estudo “[...] das motivações, atitudes, valores, crenças, tendências” dos sujeitos abordados na pesquisa levando em consideração seu prestígio.

Outros autores também influenciaram o processo de ação dialógica dando suporte a essa análise, a exemplo de Legendre (1993, p. 64) ao explicitar que categoria significa “[...] agrupamento de informações similares em função de características comuns”. Essas categorias vão se definindo pouco a pouco, à medida que vão se afinando as leituras pertinentes ao objeto estudado. Orientações de Oliveira (2014) foram igualmente relevantes, asseverando que a palavra categoria está concatenada à classificação, a um agrupamento de elementos sistematizados após a pesquisa de campo, ou durante a análise de conceitos em livros didáticos, textos e documentos.

Ainda sobre este aspecto, Bardin (2011) destaca que a análise de conteúdo consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, com a intenção de inferir conhecimentos relativos que ultrapassem as incertezas e enriqueçam a leitura dos dados coletados.

A leitura repetida, exaustiva de vários dispositivos legais durante esta produção desvelou o aporte necessário para o delineamento do quadro teórico acumulativo que apresentamos. Ressalta-se que o processo de escrita foi permeado por consultas frequentes aos aparatos legais que orientam a análise de gênero com a finalidade de delimitar de forma clara o problema de pesquisa, considerando a sua relação com os objetivos, as hipóteses e o *corpus da investigação*.

Reforçando os elementos anteriores, recorremos a Franco (2007) que trabalha com a técnica da análise de conteúdo, delineando os dados de forma mais ampla e tendo como ponto de partida a mensagem. Além disso, este método de análise em pesquisa, de acordo com Bardin (2011), adota maneiras sistemáticas e concretas para descrever o conteúdo das mensagens.

Assim, considerando tornar possível inferir os conhecimentos relativos às categorias de produção e de recepção das comunicações, foi possível executar e diagnosticar indicadores que demonstrem a elaboração do escopo que se deseja alcançar.

Desse modo, procedendo o movimento analítico, tomamos como base as etapas da análise de conteúdo sistematizadas por Bardin (2011): a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. O processo de análise descrito nesse estudo foi desenvolvido de acordo com o Quadro 5 a seguir.

Quadro 5 - Descrição das atividades de análises dos dados

Etapas (BARDIN, 2011)	Atividades descritas/sugeridas segundo a autora	Ações desenvolvidas no estudo
Pré-Análise	Organiza o material a ser analisado com objetivo de torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais. Classifica os documentos; Realiza as transcrições; Escuta atenta e leitura fluante;	Classificação dos documentos. Organização do material por tipo de instrumento. Transcrições das entrevistas e das rodas de conversa, preservando com fidelidade as falas. Escuta atenta e leitura repetida do material transcrito marcando trechos ou palavras que se destacam por aproximação ou distanciamento das ideias, a fim de estabelecer uma familiarização com o material disponível. Em seguida inicia operações de recorte de texto em unidades comparáveis de categorização. Edição dos elementos considerados mais relevantes para o estudo.
Exploração do Material	Conhece minuciosamente o contexto, faz um estudo aprofundado para convergir ou divergir com o material coletado no campo, a partir de uma análise em nível profundo, sob orientação de hipóteses e alusões teóricas.	Aplicação sistemática das decisões tomadas, realizando as operações de codificação, tratando o material e transformando-o em dados brutos, recortando, agregando e enumerando as principais características do texto, a fim de fazer uma distinção entre as palavras plenas e as palavras vazias, para chegar ao alcance dos núcleos de sentido que deram luz à construção de um quadro de referências de sínteses convergentes ou divergentes de ideias. Continuando, realizamos a clarificação do corpus, momento em que foi possível elaborar os perfis biográficos, denominando as entrevistadas a partir dos codinomes escolhidos.
Tratamento dos Resultados	Ocorre o tratamento dos resultados, inferência e interpretações inferenciais; é o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica, codificação e categorização das interpretações.	Os materiais coletados alcançam uma maior intensidade de significados, através de reflexões embasadas nos materiais empíricos. Propomos inferências e adiantamos interpretações a propósito dos objetivos dispostos em torno de novas dimensões teóricas, consolidando as categorias de análises e articulando as falas das interlocutoras com o referencial teórico adotado.

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

A análise e a interpretação dos dados ocorreram a partir dos estudos da revisão bibliográfica, segundo as diretrizes norteadoras e os objetivos deste trabalho. Assim, com base em uma maior compreensão, organização e tratamento dos dados, sistematizamos 3 (três) categorias emergidas das narrativas. Cada categoria deu origem a duas subcategorias para melhor detalhar a análise, disposta a seguir, no Quadro 6:

Quadro 6 - Categorias e subcategorias de análises das narrativas

CATEGORIA 1	CATEGORIA 2	CATEGORIA 3
As Subjetividades da Mulher do Bairro Santo Antônio	Inserção nos Programas Sociais	Melhoria na Qualidade de Vida
a) Inclusão dos membros da família no Cadastro Único	a) No PBF: Desemprego	a) Rompimento das relações de subordinação via PBF
b) Relações de gênero na família	b) No PRONATEC: Busca de Qualificação	b) Retorno educacional pelo PRONATEC, vida e moradia urbana

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Uma vez definidas as categorias e as subcategorias, passamos às análises dos dados, à luz de autores que discutem a temática visando tecer reflexões em torno das narrativas das interlocutoras, analisando os “ditos” e os “não ditos” relevantes para a compreensão do objeto de estudo. Desse modo, a análise encontra-se descrita no decorrer dos capítulos subsequentes.

2 IDENTIDADES E AMBIVALÊNCIAS DA MULHER PIAUIENSE DO BAIRRO SANTO ANTÔNIO, ZONA SUL DE TERESINA

O perigo imenso das invenções totalitárias, de tornar seres humanos supérfluos, é de que, numa era de um rápido aumento populacional de crescimento permanente dos sem-chão e sem-lar, em todo lugar e constantemente massas de seres humanos, em categorias utilitárias, se tornam de fato “supérfluos” (ARENDE, 2003, p. 942).

Apresentamos, neste capítulo, as motivações que levaram as mulheres participantes desse estudo, a buscarem inclusão no CadÚnico associadas às relações de gênero, ao mesmo tempo articulamos questões como a exclusão social e pobreza vivenciada por elas, através da compreensão dos eventos frequentes, da interpretação do conteúdo das mensagens e dos significados das proposições alcançadas com esse debate.

Diante do entendimento de que a cidade é um espaço onde se materializam as práticas sociais e as representações de seus diversos sujeitos em interação, onde se cria e recria a imagem das pessoas, o padrão de vida das mulheres entrevistadas se expressa incessantemente, pela busca de sobrevivência, resultando das condições de desemprego vivenciadas no seio da família, traduzindo a situação de pobreza enraizada na teia urbana. Neste sentido, afirma Lobo (1994), a vida urbana é uma construção de práticas sociais que acontece tanto nos espaços privados quanto nos espaços públicos, constituindo-se por meio do cotidiano e das formas culturais que cada um vivencia.

Depreendemos, desse modo, que as condições adversas para a vida dos pobres na cidade, é uma realidade reveladora da queda do poder aquisitivo para a maioria das pessoas; concorrem, cada vez mais, para que os pobres se instalem em condições de vida precárias, habitando locais distantes dos núcleos centrais, exacerbando os sinais de degradação. Tais condições não estão dissociadas do quadro geral da sociedade brasileira, onde se reiteram as hierarquias e a negação dos direitos sociais. Enfim, corroem as mínimas condições de sobrevivência na cidade e as possibilidades de acesso aos serviços públicos de qualidade.

Para Lima (2003, p.141):

A maior parte das famílias pobres das favelas e vilas portam experiências marcadas pela incerteza, a flutuação em trabalhos temporários, os longos períodos de ociosidade, entrecortados por pequenos “bicos” e pela sociabilidade restrita ao universo familiar.

Com essa consideração, a autora retrata o distanciamento existente entre as famílias e o mundo externo que dispõem para sobreviverem. Evidencia-se que, individual ou

coletivamente, as dinâmicas de vida desses moradores ocorrem de modo simples, em sua maioria, através de contatos diretos e imediatos no dia-a-dia com os membros da própria família e com seus vizinhos, desvelando uma faceta da condição de ser pobre, ao referenciar os locais e espaços da comunidade como sendo, majoritariamente, a extensão das suas relações sociais e geográficas.

Neste capítulo, tratamos da análise de dados referente à primeira categoria analítica, que aborda as subjetividades da mulher do bairro Santo Antônio.

2.1 Categoria 1: As Subjetividades da Mulher do Bairro Santo Antônio

A palavra subjetividade é um substantivo feminino, que tem origem na junção de duas palavras do antigo latim: *subicere* (colocar sob) e *jacere* (jogar, atirar), produzindo *subjectivus*, que tinha o significado de jogar algo embaixo de alguma coisa (SIGNIFICADOS, 2016, p. 1).

A partir da análise da subjetividade das pessoas torna-se possível apreender certos aspectos da realidade social, entrecruzando, ao mesmo tempo, suas histórias, acontecimentos sociais, seu sentido e seu impacto sobre os indivíduos, dando sentido às práticas tanto individuais, quanto grupais, seja explicitamente ou não.

Construída a partir das experiências de vida social e cultural, a subjetividade faz com que cada pessoa seja única, constituindo-se à medida que se relaciona com o mundo ao seu redor e ao vivenciar pensamentos, sonhos, emoções, fantasias, ideias, práticas, sempre em movimento, modificando-se à medida que vai experimentando novos conceitos, crenças e valores, como reforçamos:

A Subjetividade pode ser entendida como a intimidade da pessoa, sua opinião ao que é dito, o modo como suas impressões estão relacionadas com o mundo social, que é decorrente das marcas singulares dos anseios, valores e crenças partilhados pelos indivíduos. Além disso, pode variar de acordo com os conceitos que cada um possui, surgindo a partir de uma visão própria de cada ser, advinda das próprias experiências de vida, misturando emoções, pensamentos e sentimentos (SIGNIFICADOS, 2016, p. 1).

Assim, com base na história de cada mulher, anunciada no primeiro capítulo, na seção 1.6 em que fizemos a apresentação do perfil pessoal e familiar de cada interlocutora, é que realizaremos o procedimento analítico das entrevistadas, na perspectiva de compreender o modo simples como vivenciam suas singularidades, seus modelos de família, anseios, medos, expectativas, etc.

As mulheres pesquisadas se incluem na faixa etária compreendida entre 28 e 56 anos. Destas, apenas uma está no estrato mais jovem, 28 anos; entre 34 e 37 anos estão três participantes; e duas entrevistadas, coincidentemente, possuem 56 anos. As interlocutoras possuem inscrição no Programa Bolsa Família e são egressas do Pronatec, condição exigida para participar da pesquisa. A maior parte dos arranjos familiares (5 casos) conserva o modelo da família conjugal, das quais cinco (5) entrevistadas declararam viver em famílias consideradas nucleares (cônjuges e filhos) e apenas uma (1), é solteira, membro de uma família extensa (mãe, filho e sobrinha). O número de filhos variou entre 1 e 3. Em relação à escolaridade, quatro cursaram o ensino médio e duas, apenas o ensino fundamental. O número de membros das famílias das interlocutoras varia de 03 a 07 pessoas em cada domicílio.

Apenas uma das participantes não possui casa própria, as demais já lograram a realização desse sonho, todavia, nenhuma delas conquistou moradia através do acesso ao Programa Minha Casa Minha Vida. Seus depoimentos revelaram as marcas da pobreza ao expressar as condições de moradia em terrenos estreitos, casas construídas abaixo do nível da rua, de alvenaria e sem reboco. Todas as entrevistadas comunicaram estar desempregadas no momento da entrevista, não possuindo vínculo com o mercado de trabalho formal.

Exclusivamente Girassol ressaltou que em sua casa, trabalha informalmente *com a venda de seus “crochês” e “coisinhas”*, como denominou a venda de panos de pratos, bijuterias, fivelas de cabelo e depósitos de plásticos, a fim de complementar o orçamento da família. A fala dessa entrevistada apresenta uma interlocução com as palavras de Lima (2003), ao ponderar que a vida econômica dos pobres se materializa através de experiências adquiridas, na maioria das vezes, no próprio lugar onde moram por meio de trabalhos informais, alcunhado pela autora de “bicos”, dos quais tiram a sua sustentabilidade e a de suas famílias.

Ressaltamos ainda que, na construção do perfil apresentado na subseção 1.6 apenas uma (1) participante é estudante e todas as demais são donas de casa. Do total de entrevistadas, três já exerceram atividades profissionais nas áreas de cabeleireira, vendedora e auxiliar de produção, num período compreendido entre 10 e 14 anos atrás. No tocante ao rendimento familiar proferido, verificamos durante as entrevistas que a variação financeira entre as partes registrou sobreviverem com renda familiar salarial equivalente a R\$ 500 e R\$ 1.600 reais.

2.1.1 Inclusão dos membros da família no Cadastro Único

O Cadastro Único (CadÚnico) registra um conjunto de informações importantes sobre as famílias brasileiras circunscritas em situação de pobreza e extrema pobreza. Tais informações são utilizadas pelo Governo Federal, Estados e Municípios e servem para fomentar a implementação de políticas públicas capazes de promover a melhoria de vida dessas famílias. Nele devem ser cadastradas as famílias de baixa renda, cujo ganho financeiro alcance até meio salário mínimo por pessoa; ou aquelas que recebem até 3 salários mínimos de renda mensal familiar total.

Os dados registrados nesse cadastro são de grande valia para a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), pois é com base nas informações declaradas pelas famílias atendidas que é construída sua fonte de dados. As informações prestadas são auto declaratórias e auxiliam na elaboração de um diagnóstico social, que revalida o cadastro dos atendidos nos prazos pré-estabelecidos e também colaboram para sistematizar os informes mais relevantes de cada núcleo familiar.

Dentre as entrevistadas, três delas admitiram não incluir todos os membros da família no CadÚnico para Programas Sociais, como ilustramos a partir da apresentação das respostas das partícipes quando aplicávamos o roteiro de entrevista realizada. Vejamos:

Só era eu e minha filha naquele tempo que eu me inscrevi, minha filha tinha uns quatro meses, eu estava separada do meu esposo, a gente era só junto naquele tempo, eu me casei depois. Ainda hoje não incluí ele no cadastro desde aquela época. Agora estamos eu e meus três filhos no cadastro (ACÁCIA, 28, 2015).

Botei eu e os dois meninos, porque meu esposo tava viajando na época e aí tinha que levar os dados dele, ele trabalha viajando, é motorista de carro particular, carro pequeno, leva o patrão pra viajar para os interiores todo dia (COROA IMPERIAL, 37, 2015).

Olha eu não coloquei meu esposo não, porque geralmente ele trabalha (GIRASSOL, 35, 2015).

Conforme mencionado, o CadÚnico é auto declaratório, isto significa que no ato do seu preenchimento pelos cadastradores do programa, os usuários entrevistados declaram livremente as informações. As mulheres acima mencionadas relataram que, quando entrevistadas pelos recenseadores deste cadastro não informaram a inclusão de todos os membros da família, ação motivada pelo medo de terem seus benefícios reduzidos ou até mesmo cancelados.

Seu preenchimento funciona como porta de entrada para vários serviços sócios assistenciais, dentre eles, o PBF, que representa grande valia em suas vidas, porque contribui para garantir a aquisição de itens de consumo, fundamentais para a sobrevivência e a sociabilidade das respectivas famílias atendidas.

Segundo Silva (2008), por meio do Cadastro Único é possível fazer o cruzamento de dados com outros bancos de informações como a Relação Anual de Informações Sociais-RAIS do Ministério do Trabalho; o Seguro Desemprego; Imposto de Renda e o Número de Identificação do Trabalhador (NIT), utilizado na Previdência Social, entre outros. A atualização periódica das informações nele declaradas evita o fornecimento de informações distorcidas quanto à focalização na comunidade atendida, auxiliando na redução de dualidades e na inserção de informações indevidas de famílias participantes no Programa.

Ainda pondera essa mesma autora que os Programas de Transferência de Renda são considerados, no contexto da Política Nacional de Assistência Social, com base em dois elementos essenciais de sua configuração: o primeiro é que são destinados ao público-alvo da Política Nacional de Assistência Social; e o segundo é que sua concessão não depende de contribuição prévia, isto é, eles representam a garantia de uma renda mínima de subsistência, independente de a pessoa ter emprego ou não, sendo esta destinada para quem precisar.

Em vista disso, os dados cadastrais devem estar atualizados de modo a não interferir no recebimento do benefício concedido via programa Bolsa Família, pois para o público atendido perder este benefício, por exemplo, implica em aumentar ainda mais as necessidades das famílias atendidas.

No caso de algumas das entrevistadas, a renda mensal recebida pelas famílias provém do trabalho assalariado de seus esposos, que já vivem com privações em relação ao lazer, pouca ou nenhuma oportunidade para garantir minimamente o sustento da família. Nesse sentido, perder o benefício do PBF, representa o agravamento da violação do direito básico de se alimentar.

As mulheres entrevistadas complementaram ainda que *sine labore* fica muito difícil mudar a realidade vivenciada, já que o trabalho é tido como a promoção de um sonho (e para muitos um sonho inalcançável) encarado como um direito de se integrar na vida social, ao consumo e ter um futuro menos difícil.

As palavras “trabalho e emprego” para muitas pessoas parecem ter o mesmo significado, mas de fato, não tem. O trabalho desempenha a capacidade transformadora do sujeito, está pautado em projetos, metas, objetivos e sonhos dos indivíduos, trata-se de um caminho para a realização, ou seja, vai além da necessidade financeira. É mais antigo que o

emprego e existe desde que o homem começou a transformar a natureza e o ambiente ao seu redor. O emprego é algo recente na história da humanidade, seu conceito surgiu por volta da Revolução Industrial, configura-se como uma atividade alienada em que o profissional atua por mera necessidade financeira, basicamente como forma de adquirir renda, o que o torna distante de algum tipo de apreciação.

Em outros períodos da História, o trabalho era realizado de maneira diferente, como a escravidão e a servidão. Na Grécia, o trabalho era feito pelos escravos, já na Idade Média, os servos trabalhavam para um determinado senhor feudal. Nesse caso, eles apenas trabalhavam, mas não tinham um emprego. O emprego só se propaga com o capitalismo, quando o trabalhador passa a vender sua força de trabalho (física ou mental) em troca de um salário.

Para Marx e Engels (2004) a divisão do trabalho determinou as relações dos indivíduos entre si com referência a material, instrumento e produto do trabalho. Quando se instalou uma separação entre trabalho manual e trabalho intelectual passou a haver efetiva divisão do trabalho. Desse modo, enquanto execução e reflexão andaram indissociadas nesse processo, o indivíduo pôde, de algum modo, realizar-se enquanto desenvolvia sua ocupação.

Foi só com o trabalho industrial, no modo de produção especificamente capitalista, que se deu de fato a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. Para os autores mencionados, mesmo na manufatura ou modo de produção pré-capitalista, ainda havia a possibilidade de algum trabalho diferenciado, pois o trabalhador era explorado, mas não despojado do seu saber. O capital se apropria do trabalho, mas a alienação é apenas do corpo.

Já no modo de produção especificamente capitalista (trabalho industrial), o processo de trabalho é desmontado pelo capital que o remonta à sua própria lógica. A alienação passa a ser total. O trabalhador da manufatura torna-se propriedade do capital (FRIGOTTO, 1984).

As forças intelectuais da produção desenvolvem-se apenas num aspecto, em função dos operários serem classificados e distribuídos segundo suas aptidões específicas. Já se nota a cisão entre o trabalhador e as forças intelectuais do processo material de produção, que são apropriadas pelo capital.

Diante disso, conhecer a tênue diferença entre trabalho e emprego nos faz refletir sobre qual dos dois estamos exercendo na vida, ao verificar se esse ofício está contribuindo para enobrecer ou empobrecer nossa existência. A aposentadoria acontece somente por volta dos 65 anos e um expediente de trabalho tem duração de oito horas diárias, então não é exagero dizer que passamos grande parte do tempo trabalhando e que essa atividade ocupa ponto central de nossa vida.

Passar grande parte do tempo em um emprego significa enfrentar uma rotina árdua, podendo ter a vida transformada em monótona e entediante. Desse modo, a insatisfação com a vida profissional fica evidente e pode afetar a própria existência, gerando angústias, vontade de abandonar tudo, de ir morar em outro lugar, enfim de buscar outras possibilidades diferentes para viver.

Assim, após essa breve clarificação sobre os conceitos de trabalho e emprego, retomamos o momento da entrevista com as interlocutoras, no qual buscamos com clareza, explicitar que nossa inserção no contexto pesquisado não estava relacionada à prefeitura ou ao governo do estado, embora trabalhadora do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e que os dados a nós confiados não representariam às participantes qualquer risco de suspensão ou perda do benefício sócio assistencial a elas concedido.

Sobre a conjuntura da exclusão social e pobreza, da falta do trabalho e emprego em que estão implicadas as interlocutoras, apresentamos em capítulo posterior desta dissertação argumentações mais aprofundadas, com base no estudo detalhado das mensagens evidenciadas pelas categorias empíricas. Entendemos que a opinião de Kuenzer (2005) é bastante enriquecedora quando se discute questões como esta, pois é condição *sine qua non* para construirmos sociedades fundadas nos valores e princípios da igualdade, da solidariedade e da generosidade humana, oferecer às pessoas processos educacionais capazes de possibilitar uma leitura crítica da realidade, que muitas vezes é embrutecedora e mutiladora da vida e que são oriundas da própria sociedade capitalista.

A construção das atuais relações de gênero expressa a importância de se pensar num processo educacional mais justo que favoreça a implantação de relações humanizadas e respeitadas, aprovando a participação política das mulheres, favorecendo, dessa forma, o seu crescimento como ser pensante, estimulando o melhoramento da autoestima e da qualidade de vida, ampliando conseqüentemente suas visões de mundo.

Neste sentido, é viável compreender o quanto vêm crescendo as possibilidades humanas e políticas para as mulheres, viabilizadas por novas formas de pensar, que apontem para a construção de relações sociais diferentes, a fim de que, gradativamente se autoconstruam como cidadãs, superando a condição de exploradas. Dessa forma, julgamos importante também compreender que a pobreza, as fragilidades porque passam e o sentimento de impotência resultantes do patriarcado, não sejam admitidos como características naturais e específicas de quem vive em situação de pobreza. Ao contrário, explica Ferretti (2005) que este aspecto concatena para estimular reflexões que se coloquem de frente aos verdadeiros

motivos da questão social, tais como os resultados conflituosos das relações de gênero e suas analogias entre o capital e o trabalho.

Mais detidamente, Telles (1994a) define as fronteiras entre os que se inserem e os que não são incluídos nos postulados do contrato social e das clássicas questões da justiça e igualdade anunciadas com o advento da democracia que, no caso brasileiro, ainda é um ideal pouco alcançado.

Nossa frágil democracia tem forjado uma cultura autoritária em que os direitos sociais têm sido pouco reconhecidos e, nesse sentido, a pobreza tem um caráter de formação sócio histórica, marcada por uma tradição de construção de direitos sociais prioritariamente a partir da ótica do Estado, tornando-se por isso instrumento de privilégio dos setores dominantes e de discriminação dos mais pobres, ficando estes desassistidos.

A voz da sociedade oprimida necessita insistir conjuntamente frente às responsabilidades do Estado chamando atenção para o devido enfrentamento dos problemas que afetam a humanidade, para a necessidade de assistir a população através da criação de estratégias que apontem para o fortalecimento da política de educação e emprego, em que poderá ser possível a mudança de vida daqueles que ocupam posições abaixo de todos os índices de qualidade de vida, que é a parcela menos esclarecida da população, com os cargos menos especializados, os menores ordenados e os mais agravantes índices de ascensão social, enraizados numa forma patrimonialista do exercício do poder.

2.1.2 Relações de gênero na família

As relações atuais de gênero ainda expressam com força os estereótipos que simbolicamente apontam para a subordinação da mulher em relação aos homens e à ocupação preponderante que exercem ao papel de chefe de família. Ainda hoje está muito presente na sociedade o tradicional destino de casar-se, de ter filhos, de formar uma família como uma finalidade única de vida, considerada para a maioria das pessoas símbolo de felicidade e realização para as mulheres.

Carvalho (1997) explica que o casamento foi e ainda é um emaranhado de papéis, diferindo os afazeres do homem do da mulher intrinsecamente numa divisão de trabalho. Com frequência era arranjado, não era iniciado e mantido por opção pelos indivíduos envolvidos, ao contrário, era visto como um estado de natureza, e por esse motivo, deveria ser aceito sem questionamentos ou quaisquer reação de oposição.

Nos países ocidentais, principalmente, o casamento vem mudando de maneira fundamental introduzindo a ideologia do encontro de pessoas que se escolham, que criem laços emocionais entre si, em que atração, sexo e emoção passam a ser colocados acima de interesses meramente econômicos e patriarcais.

Mesmo com essas mudanças alcançadas em pleno século XXI, ainda registra-se a herança preconceituosa e preponderante para o sexo feminino em continuar executando os afazeres domésticos indispensáveis, tanto para a casa (limpeza e organização, cuidados com as roupas, com a preparação da comida) quanto para pequenas atividades ou serviços que contribuam com o bem estar da família.

O Fórum Econômico Mundial esclarece que é necessário fazer entender que a divisão sexual do trabalho não deve assumir ares de algo que é natural, desconstruindo inclusive a ideia de que o mercado é sexualizado, o que serviu para ocultar o trabalho das mulheres durante muito tempo. Bruschini (1985, p. 2) complementa dizendo que, “[...] mais do que o homem, a mulher tem sua participação no trabalho remunerado possibilitada ou constringida, em maior ou menor escala, por vários motivos: idade, estado civil, escolaridade, número de filhos, ciclo de vida familiar, localização rural ou urbana”.

Assim, vejamos as falas das entrevistadas, resultantes da aplicação do roteiro da entrevista narrativa semiestruturada, quando perguntamos sobre a chefia familiar:

O chefe da família “é nós dois, né, assim, em conjunto [risos], mas eu acho que ele quer ser mais autoritário um pouco, ele tem mais autoridade, eu acho [risos]” (GLICÍNIA, 56, 2015).

O chefe da família “é o homem, né, porque é ele quem sustenta a casa” (GIRASSOL, 35, 2015).

A chefe da família “é a minha tia, porque ela é quem se responsabiliza por nós” (DÁLIA VERMELHA, 34, 2015).

Apenas uma das entrevistadas se coloca no papel de chefe de família, mesmo que parcialmente, a Glicínia, ao proferir ser ela e o marido os responsáveis pelas decisões, porém complementa ter o esposo mais autoridade do que ela. Dália Vermelha expressou ser a tia a pessoa que detém o poder na condução familiar, mas vale ressaltar que a figura masculina não está presente nesse núcleo familiar entrevistado. Girassol e todas as outras interlocutoras pesquisadas relataram que o comando ou gerenciamento parental em seus lares advém dos cônjuges.

Sobre a chefia feminina em discussão, a pesquisa de Santos mostrou-nos em dados estatísticos que:

As mulheres representam 51,2 da população brasileira, sendo para 30,6% em 2005 pretas e pardas. São aproximadamente 89 milhões, das quais, 85,4 vivem em áreas urbanas [...]. No que se refere à chefia de família, os dados demonstram que houve grandes mudanças nos últimos 10 anos. A chefia feminina no período aumentou cerca de 35% , passando de 22,9% em 1995 para 54% (SANTOS, 2013, p. 54).

Ainda segundo esta autora, o número de mulheres chefes de família aumentou de 2,1% na faixa de 40 a 49 anos, enquanto entre as mulheres idosas houve uma redução de 2,3 pontos percentuais (SANTOS, 2013). Com a liberdade conquistada, eventualmente, as mulheres ganharam a possibilidade de poder lutar de forma mais legítima; tantas outras conquistas foram acontecendo gradativamente se incorporando à rotina da sociedade brasileira, entre elas, podemos destacar as decisões unilaterais que ainda hoje afetam as famílias, entretanto tais questões até o momento ainda não foram suficientes para promover a reorganização dos papéis sociais tão almejados.

É comum observarmos que aqueles que ficam fora do mercado de trabalho, principalmente as mulheres, filhos e filhas jovens, reconhecem quase que exclusivamente o homem como o provedor da família, cuja autoridade e capacidade de autonomia estão vinculadas à pessoa que ganha o dinheiro. Isso mostra como o dinheiro e as relações de poder revelam perspectivas feministas desiguais em relação ao estudo de gênero.

Nesse sentido, complementa Bruschini (1985) que o nível de desenvolvimento da sociedade é um fator que influencia as questões levantadas, porque somente o ingresso da mulher no mundo produtivo não garante a sua libertação. Esse movimento deve balizar as condições de transformação, possibilitando a tomada de consciência que emerge de um lugar subalterno para uma verdadeira mudança.

A mudança defendida pela autora faz muito sentido na medida em que vamos constatando que mesmo com a crescente incorporação das mulheres ao trabalho de mercado, até agora não resultou, ainda, no abandono do trabalho familiar, ao contrário, elas continuam sim realizando essa atividade doméstica, fundamentalmente, tida como inatividade econômica, herdada das inequidades deixadas pela sociedade patriarcal capitalista.

A seguir, veremos na narratividade registrada por uma das interlocutoras do bairro Santo Antônio como os cuidados com a família continuam voltados, de forma preponderante, para as mulheres:

[...] Eu já fiz tanto curso e pagava a menina pra ficar com os meus filhos enquanto eu ia pra aula. Ela ficou até um pedaço do último curso, aí eu não encontrei mais ninguém para me ajudar. Sinto que ter participado me aperfeiçoou mais, mas mesmo assim eu não posso trabalhar porque tenho uma criança especial em casa, ela tem paralisia cerebral e hidrocefalia e não tenho como ficar longe dela, porque precisa de cuidados. E tem mais, eu arrumei um emprego numa empresa, mas eu fui investigar pra ver se eu podia trabalhar e o INSS disse que não podia, porque minha filha recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC) desde os oito meses de idade. Mas, eu ainda tentei trabalhar!! Minha filha podia ter o benefício dela cortado. Meu esposo começou a trabalhar agora (ACÁCIA, 28, 2015).

As experiências das mulheres no dia-a-dia exigem de si a necessidade de fazer escolhas, ou ainda a fazer negociações contínuas em diferentes âmbitos sociais, porque em alguns casos há aquelas que optaram por trabalhar exclusivamente dentro de casa, cuidando da família, como é o caso da Acácia. Em outras situações, mulheres assumem responsabilidades ou papéis duplos, servindo de forma articulada à família e ao mercado de trabalho (na medida em que realizam trabalho assalariado, responsabilizando-se também pela manutenção das despesas), tendo o desafio de passar de um trabalho a outro, aprender em sua rotina a conciliar as tensões geradas pela obrigação e por toda a sobrecarga em que está implicada.

Essa questão exige habilidade para lidar com formas variadas de resistência, tomada de decisão, escolhas e adaptações, que as obrigam a se integrarem prioritariamente ao trabalho de mercado e administrar o restante do tempo que sobra para os cuidados com o lar, com a família, para o descanso, para o lazer.

Para Robert Kurz (2003, p. 21), “[...] o capitalismo é uma ameaça à humanidade, porque só considera como trabalho básico o que produz lucro em um nível de rentabilidade”. As necessidades consideradas não rentáveis ou inválidas de viver do ponto de vista capitalista são relegadas ao trabalho não remunerado das mulheres como os cuidados com as pessoas e os trabalhos domésticos por exemplo.

O trabalho invisível das mulheres pode ser analisado como um recurso inesgotável, essencialmente àquelas que vivem, exclusivamente, do trabalho doméstico não remunerado, um tipo de trabalho que é ainda destinado às mulheres, como relatou a entrevistada ao mencionar que teve que escolher cuidar da filha ao ingressar no mercado de trabalho formal, embora tenha tido a oportunidade de arrumar um emprego. Questões como esta continuam ocorrendo porque o modelo de sociedade em que vivemos está envolto por um processo histórico e cultural que nega às mulheres possibilidades de valorização social.

Nesse contexto, Bruschini (1985, p. 5) afirma que “[...] o trabalho feminino, tanto na zona rural como na urbana, passou a ser entendido como parte integrante e indispensável das

estratégias familiares e de sobrevivência”. A complexidade das relações de gênero revela que o tempo de trabalho das mulheres, assim como o uso do seu tempo de vida ocorre de maneira bastante diferenciada do tempo dos homens. Porém, relatos como o de Acácia evidenciam a estratificação da sociedade porque, à medida que a mulher vive exclusivamente no ambiente doméstico, crescem as impossibilidades de adquirir renda, um dos fatores que dificulta o alcance da autonomia tão sonhada.

Outro aspecto que consideramos importante mencionar é que fazer a opção para que a filha receba o BPC, ao invés de se integrar ao mundo do trabalho formal, é correr riscos porque segundo Góis et al. (2008), este benefício social é de caráter temporário, voltado para pessoas com deficiência (PCDs) que comprovem total incapacidade para o trabalho e para a vida independente, os usuários têm direito ao recebimento de um salário mínimo mensal, mas a sua adesão necessita de comprovação de renda familiar *per capita* inferior a um quarto do salário mínimo e a concessão do benefício deverá ser revisada a cada dois anos, mediante a atualização do CadÚnico.

A opção feita por Acácia contribuiu para que a entrevistada se distanciasse cada vez mais da possibilidade de ter seus direitos sociais garantidos, a exemplo de receber o salário no final do mês, ter direito ao décimo terceiro salário (uma vez que o BPC não possibilita esse direito), ter o registro em carteira, receber Fundo de Garantia do Trabalhador (FGTS), enfim, pensamos que o trabalho fora de casa aproxima as mulheres dos processos políticos, econômicos e sociais, enquanto pessoas que buscam autonomia, desejos, necessidades e propostas próprias constituintes de expressivo avanço nas lutas pela igualdade e pelo exercício de direitos.

Pelo exposto, consideramos importante destacar, a complexidade que reside nas relações de gênero, porque à medida que mulheres de classes sociais mais altas saem de casa para trabalhar, terminam transferindo para outras mulheres pobres (com pouca instrução) os serviços domésticos, como as responsabilidades com o lar e os cuidados com os filhos, expandindo predominantemente (em cadeia) para o gênero feminino a possibilidade do engajamento laboral dos serviços domésticos (LIMA, 2003).

Assim, entendemos necessário mencionar de nossa parte que o ato de cuidar das pessoas é de grande valor para o bem-estar humano, mas as particularidades de tais cuidados não devem ficar voltadas quase que exclusivamente para as mulheres apenas. A rigor, constatações majoritariamente encontradas, reafirmam que as mulheres são responsabilizadas não apenas pelos filhos, mas também pelos demais membros da família nas mais distintas situações, seja por motivo de idade, de saúde (principalmente), como também pela grande

parte dos homens adultos da casa, representando a estabilidade física e emocional dos componentes do lar.

Sob o mesmo ponto de vista, destacamos que o zelo e o cuidado com as pessoas, deve ser compreendido como uma tarefa inerente à humanidade, porque em determinada etapa da vida todos nós necessitaremos de cuidados que devem ser provenientes de pessoas e não de sexo.

3 AS MOTIVAÇÕES DA MULHER DO BAIRRO SANTO ANTÔNIO PARA INGRESSAR NOS PROGRAMAS SOCIAIS

A desigualdade humana não depende de nossa competência de executar qualquer coisa, mas de nascermos como seres singulares, capazes de iniciar algo novo, da possibilidade de agir e nos revelarmos como pessoas. De modo contrário, “o agir que permanece no anonimato, o ato para o qual não podemos nomear um agente, é sem sentido e cai no esquecimento” (ARENDR, 196, p. 17, grifo nosso).

Neste capítulo, tecemos de forma mais detalhada algumas considerações acerca das mulheres do bairro Santo Antônio, fazendo uma compreensão pormenorizada das motivações que as impulsionaram a procurar inclusão no Programa Bolsa Família e no PRONATEC simultaneamente; salientamos aspectos importantes e mais detalhados de seus cotidianos quanto às desigualdades decorrentes da situação de pobreza e vulnerabilidades, tudo isto embasado na compreensão dos eventos frequentes, interpretando o conteúdo das mensagens, inferindo interpretações e significados das informações alcançadas.

Para nós, o estudo de gênero tem uma forte conotação com a supremacia feminina, em razão de que ao discorrer sobre esta questão faz-se necessário seu entendimento a partir de uma análise social e histórica para fazer evoluir, fortalecer e, ao mesmo tempo, conduzir a sociedade para outro nível de reflexão, que seja permeada pela superação da ótica do preconceito e do sexismo contra a mulher, produzido a partir das relações de poder, ao tornar possível sua participação de modo igualitário na vida social, política e sexual, pois, a priori, para a socióloga Almira Rodrigues (2003, p. 2) “[...] sem participação política das mulheres não existe democracia”, a base que sustenta todo o movimento feminista.

Neste aspecto, um dado oficial do Conselho Nacional de Justiça revela-nos uma estimativa preocupante:

No Brasil somente 10% das mulheres estão à frente dos cargos públicos, embora o cargo máximo da República seja ocupado por uma mulher a participação feminina brasileira nas esferas do poder ainda é baixa. Um ranking que avalia a penetração política por gêneros em 146 países, preparado pela União Interparlamentar, mostrou que o Brasil ocupa o modesto 110º lugar, atrás de nações como Togo, Eslovênia e Serra Leoa. Conquanto representem 51,7% dos eleitores brasileiros, a participação das mulheres na Câmara dos Deputados é de 9%, apenas, número semelhante aos 10% registrados no Senado. São Paulo, por exemplo, a maior cidade do País, possui os mesmos 9% de vereadoras na Câmara Municipal. No Poder Executivo, a situação não é diferente: das 26 capitais, somente duas têm mulheres como prefeitas. A tímida representação feminina no Poder Legislativo se mantém inalterada mesmo depois da aprovação da Lei Eleitoral 9.100, promulgada em 1995, segundo a qual 20% dos postos deveriam ser ocupados pelas mulheres. Em 1997 foi alterada para o mínimo de 30% (BRASIL, 2012, p.1).

A composição partidária brasileira explicitada é um dos fatores que reflete as marcas do patriarcalismo na sociedade, e enquanto não houver uma mudança localizada nas representações femininas, nas condições de autonomia das mulheres, no ingresso ao mercado de trabalho, a emancipação feminina nas relações familiares continuará gravemente prejudicadas.

Sobre o poder das mulheres, Santos (2010) assegura que tratar de questões como esta nos faz pensar nas dimensões individuais do ser humano, sujeito de direitos, que precisa estar consciente sobre a própria opressão e as discriminações de gênero vivenciadas; enquanto isto, numa perspectiva coletiva, faz-se necessário ter a capacidade de um nível macro de organização, em que o debate de propostas envolva vários setores da sociedade, a partir da organização de ideias e o debate de ideias e da apresentação de demandas ao Estado (LEÓN, 1997).

Mesmo assim, ainda é tímido o resultado das lutas travadas em prol da igualdade de gênero, pois o primeiro Plano de Políticas para Mulheres no Brasil foi votado em 2004 (SANTOS, 2010), indicando o quanto é recente essa conquista, contudo valiosa, porque seus efeitos já podem ser sentidos pela transformação política da sociedade que propõe mudanças, afervorando a constituição de novos seres humanos, para os quais seja possível a luta pelo alcance de níveis mais elevados de conscientização e a reconstrução de um mundo em que o senso de justiça entre os gêneros seja prática comum.

Nessa perspectiva, asseveram Schiavo e Moreira (2005) que o processo de reflexão e de tomada de consciência adequada, é uma condição necessariamente a ser construída, pois leva o indivíduo a raciocinar sobre as relações atuais, possibilitando-lhe compreender a formulação das mudanças desejadas. Estas modificações devem somar-se às atitudes diferenciadas, capazes de eliminar barreiras, desassistindo-se de antigas posturas meramente reativas ou receptivas, para estimular o impulso de pessoas, grupos ou instituições, visando o favorecimento de ações políticas que desencadeiem novos objetivos e metas.

É imprescindível compreendermos que ao falar sobre sexo estamos nos reportando apenas aos aspectos biológicos, que vão se desenvolvendo similarmente ao ciclo da vida entre o macho e a fêmea; de dessemelhanças entre os corpos que são permeados por aspectos físicos. Contrária à educação sexista, a erudição de gênero é utilizada para evocar que, na medida em que se trabalha com mulheres, fundamentalmente, faz-se um estudo sobre os homens, estando o estudo de um, implicando ou provocando o estudo do outro, concomitantemente.

Desse modo, estando o universo diferenciado apenas pelos aspectos biológicos, emerge a possibilidade de aspirar a um mundo que seja entrecruzado em suas construções e práticas sociais, corroborando, dessa forma, para a constituição de sociedades perspectivadas por dimensões políticas e transformadoras, cuja ênfase pode sim englobar o sexo, mas não é de modo direto determinado por ele, nem pela sexualidade.

As hostilidades discriminatórias são frutos de convenções pré-estabelecidas que se estendam por toda a expansão da história da humanidade, na qual desembocam diversas formas de preconceitos, que nem de longe são naturais. Acerca desta questão, Louro (1997) argumenta que as justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas, mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de admissão dos recursos da sociedade, nas formas de representação.

Assim, entendemos que melhorar as relações na sociedade é pensar a partir de projeções que nivelem a distribuição do poder, ao meio, entre homens e mulheres, reordenando as estruturas sociais, através da partilha do equilíbrio em favor dos que têm menos recursos, propiciando uma relação singular com a equidade, que é exatamente o contrário da sexualidade, da desigualdade, pois a biologia, essencialmente, não predetermina comportamentos, uma vez que somos todos iguais.

Por acreditar na possibilidade da igualdade é que, conseqüentemente, vimos expressar as lutas e circunstâncias transfiguradas pelas participantes do nosso estudo factual empírico, revelando que mesmo diante de muitas adversidades, esse grupo demonstra perseverança frente às oposições do cotidiano.

Suas pretensões voltam-se para a aquisição de uma renda familiar que respeite os anseios e as necessidades de suas famílias, caminhando para a busca do exercício de rupturas de submissão herdadas do patriarcado, advindas da colonização brasileira, na medida em que pequenos gestos vão se modificando, como a partilha da divisão de tarefas domésticas junto a outros familiares, que infelizmente, ainda, continua a ser quase exclusiva de responsabilidade feminina, tendo em vista que grande parte dos homens se recusa a dividir esse trabalho, expressando a afirmação de preconceitos que colocam homens e mulheres num calabouço de estereótipos e de identidades forçados.

De modo a integrar este pensamento, Sen (2001) certifica que oferecer às mulheres educação e emprego (de maneira a fortalecer sua autonomia) seria o primeiro passo para aumentar seu poder de voz dentro e fora da família e permitir sua inclusão em um debate que as excluía. Neste sentido, a forma como atuam os Centros de Referência possui uma colaboração primordial, pois estão previstos entre as suas competências, serviços que visam

prevenir situações de risco e vulnerabilidade social, além da produção da autonomia junto aos atores sociais, estimulando o protagonismo das famílias, através da participação nos cursos profissionalizantes.

Para provocar impactos do ponto de vista social faz-se necessário reordenar os valores atribuídos ao homem na sociedade ao longo das transformações históricas, possibilitando aos indivíduos a interiorização de outros conceitos linguísticos que faça a discussão de gênero, pautada na desnaturalização dos papéis assumidos por homens e mulheres, que são oriundos de uma estrutura social violenta, as quais revelam questões patriarcais e machistas, como base para a manutenção do preconceito.

Sobre essas desigualdades, Bourdieu (2003) assegura que as diferenças existentes entre homens e mulheres ocorreram por meio da cultura no decorrer da história da humanidade, sendo passada de gerações a gerações uma visão de que o sexo masculino é o sexo dominante e o feminino é o dominado. Julgamos urgente e necessário, na verdade, criar mecanismos que priorizem igualmente a participação e a conscientização de todas as gerações, porquanto sem uma nova compreensão da realidade que seja carregada de intenções e significados diferenciados desses constructos sociais tradicionais, as relações vivenciadas na sociedade continuarão limitadas, abrochadas por princípios e convicções hierarquizados, justificando-se a submissão da mulher e a conformidade de uma posição que lhe foi concedida.

Para ilustrar nossa discussão, tomamos como exemplo de forma relevante, o próprio elucidário acadêmico deste texto em que vamos discorrendo sobre a cultura de gênero, associada às possibilidades de autonomia da mulher assistida pelos programas sociais em questão. Ao escrevermos esta dissertação identificamos, sucessivamente, de maneira geral e dominante, a presença frequente de características universalizantes masculinas como forma de se referir à humanidade, e esta fragilidade não é apenas evidenciada em nossa escrita enquanto pesquisadora, mas também nos autores que consultamos para subsidiar esta produção.

Assim, dizemos que, toda vez que utilizamos a expressão “homem”, para fazer referência aos humanos, estamos reforçando a conotação de sua sobreposição em relação à mulher. O entendimento do processo de mudança nos conduz à abertura para discussões que possibilitem a desconstrução de ideias preconcebidas, porque, mesmo sem antes conhecer os fatos, disseminamos preconceitos, espalhando na sociedade posições de exclusão e discriminação para com os outros, e vamos mais além, humilhando aqueles com os quais não nos identificamos, ou não gostaríamos de nos identificar por algum motivo.

As estruturas socialmente montadas e constituídas ao longo da história da humanidade podem sim se deslocar, mas somente se formos capazes de perceber e internalizar que a medida que valores equivocados vão sendo repassados para as gerações seguintes como corretos e naturais. Entendemos ser este o grande problema que a naturalização estabelece, porque padrões são decorrentes de valores e a vida na sua amplitude é muito maior do que padrões, do que valores, estes, infelizmente, servem para sufocar ou mesmo matar outras perspectivas de existência que fogem deles, naturalizando a falta de autonomia, a submissão e a incapacidade, decorrentes do falso discurso que marca a essência da origem feminina, ao atestar a conservação de estereótipos.

Nesse sentido, o ano de 2006 destacou-se pela grande relevância da Conferência Regional das Américas, cujo tema era: Avanços e Desafios no Plano de Ação contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, ocasião oportuna que promoveu um diálogo entre os representantes do governo e da sociedade civil, arrolando o combate a toda e qualquer formato de distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na raça, cor, ascendência, origem étnica ou nacional (RIBEIRO, 2006). Acreditamos que se o conceito de gênero é de fato um conceito histórico, então, faz parte da história a sua reconstrução, a começar pelo rompimento dos obstáculos que vimos ressaltando até agora, relacionando-os à restrição aos direitos, à plena liberdade de viver e ao respeito pela igualdade, desconsiderando qualquer verdade única que ambicione se acentuar como universal.

Elevar a escolaridade das pessoas, de forma séria e responsável através de uma educação de qualidade seria uma das estratégias de inclusão que o Estado poderia encontrar para a melhoria da oferta de qualificação profissional. Nesse cenário, é imprescindível que haja a preparação de novos atores na política de qualificação, apontando para um Brasil que respeite a diversidade e possibilite a construção da dignidade de setores sistematicamente excluídos pelos processos de decisão, fortalecendo a transversalidade das políticas, ao invés de oferecer amparo às pessoas das camadas populares, através dos PTR's, cidadãos e cidadãs que lutam incansável e desigualmente para enfrentar a pobreza, predominante para o gênero feminino, decorrentes de aspectos como a baixa escolaridade e reduzidas oportunidades de acesso ao mercado de trabalho.

Mediante o exposto, discutiremos sobre o Programa Bolsa Família, e acerca do PRONATEC, abordaremos na sequência. Para tanto, vamos fazer, logo de início, uma síntese do resgate histórico-político do sistema de proteção social brasileiro, vinculado à Assistência

Social, a fim de que possamos melhor compreender o referencial que associa o surgimento desses programas ao enfrentamento da pobreza no Brasil.

3.1 O Surgimento dos Programas de Transferência de Renda

As diversas experiências internacionais dos Programas de Transferência de Renda surgiram nos países desenvolvidos no século XX, momento em que Estado de Bem-Estar Social ganha concretude e consolidação. Os primeiros experimentos surgiram nos países nórdicos da Europa, os pioneiros na introdução dos PTR. Adotados há mais de seis décadas pelo Reino Unido em 1948, seguido pela Finlândia em 1956 e Suécia em 1957. Os países baixos introduziram esse tipo de proteção social na década de 1960, precisamente em 1963 e a Bélgica em 1974. Na Alemanha, uma lei federal de auxílio social criou o programa denominado Sozialhilfe, introduzido em 1961.

Em 2005, a Alemanha mudou essa nomenclatura para Arbeitslosengeld II, programa que vêm contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes e sua orientação ocorre sob a ótica dos direitos, ou seja, não existem condicionalidades, as pessoas podem recorrer ao auxílio enquanto não encontram um trabalho que julgarem digno. Cerca de um terço da população alemã se favoreceu desse apoio financeiro em algum período da vida, o valor monetário transferido pelo programa garante o direito à alimentação adequada, moradia, vestuário e demais custos necessários à sobrevivência física de um indivíduo e sua família (ZIMMERMANN; SILVA, 2009).

Saliente-se que na atual conjuntura, em nenhum desses países, discute-se de forma ativa sobre a possibilidade de extinção desses programas. Ao contrário, são tidos como fundamentais no que diz respeito à proteção social dos indivíduos fragilizados, expostos aos mais variados riscos sociais, mas na prática, os programas de renda mínima não circunscrevem um terreno de consensos e sim de polêmicas, dilemas e desafios. Segundo Fonseca (2001), eles se distinguem nas condições de acesso, na fórmula do cálculo do valor do benefício, nas contrapartidas exigidas, etc.

No caso brasileiro foi a partir de 1930, que o Estado passou a reconhecer o assunto da instabilidade social como aparato político, do qual a atuação pública deveria aflorar na defrontação dos conflitos sociais, passando as situações de vulnerabilidades a serem vistas sob o enfoque do compromisso público. Esse período foi marcado por significativas transformações decorrentes do crescimento dos centros urbanos, articuladas ao lento processamento da industrialização, que ocasionou com a expansão da classe operária.

Este conjunto concorreu para a expansão da mendicância em milhares de famílias originárias da classe trabalhadora, as quais vinham para as cidades com grandes expectativas de garantir o emprego. Para agravar a situação, o Ministério do Trabalho reconhecia apenas determinadas ocupações, privilegiando uma parcela da população unicamente, ao mesmo tempo isso favorecia a desigualdade e a exclusão àquele segmento populacional que, sem nenhuma garantia do alcance de suas expectativas pela conquista do emprego formalizado, era levado às frustrações e inconsistências nas relações de trabalho.

Aos que conseguiram emprego era comum receber um salário incapaz de arcar com a manutenção de suas necessidades e ainda havia aqueles que estavam integralmente desligados do mercado de trabalho, ao ponto de estarem vivenciando a negação de qualquer direito e vínculo trabalhista legal, perfil esse em que se enquadrava a maioria dos operários.

A inabilidade do Estado em responder, através de uma contra partida econômica, as esperanças da sofrida classe trabalhadora, ocasionou o movimento reivindicatório por proteção no trabalho, como afirmou Carvalho e Lima (2009). Essas reivindicações, segundo Santos (1979) traduziram-se em reclamações nas áreas trabalhistas, sindical e previdenciária, como forma de responder aos desejos da acumulação e da equidade.

Como forma de tentar resolver essa problemática, emerge o debate sobre a implantação dos PTR's, que iniciou no Brasil na década de 80, motivado por esse contexto descrito de imensas transformações na área econômica e pela problematização do mundo do trabalho, associada às condições de aumento da pobreza, um período marcado pela ampliação considerável das estatísticas do desemprego nas sociedades capitalistas.

O ano de 1995 marca a introdução dos Programas de Transferência de Renda no Brasil, que funcionam como planos estratégicos que o Estado encontrou para atuar no enfrentamento aos obstáculos vividos pela população, em decorrência da grave situação da empregabilidade na qual se enquadram certos grupos da sociedade afastados do processo de produção. A implantação de experiências do tipo Renda Mínima Familiar no âmbito municipal ocorreu em Campinas, Ribeirão Preto, Santos e São Paulo; e os primeiros experimentos do Programa Bolsa Escola se iniciaram em Brasília (DF).

Em meados de 1996, inicia-se o desenvolvimento de programas, cuja abrangência deixa de ser apenas municipal e passa a adquirir amplitude nacional, partindo da implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC). O ano de 1999 impulsionou o início e a expansão de experiências criadas em vários Estados, porém, foi somente em 2003, com a proposta de união desses programas, que surgiu o Programa Bolsa Família que, conforme Silva (2008) representa um marco na

expressão atual do processo de desenvolvimento dos PTR's, estando sua lógica voltada para o acesso a uma renda mínima, que impactaria na condição de vulnerabilidade das famílias pobres e extremamente pobres, gerando autonomia.

No item seguinte, tratamos da análise de dados da segunda categoria empírica, que aborda os motivos da inserção das mulheres desse estudo nos Programas Sociais: o Bolsa Família e o PRONATEC.

3.2 Categoria 2: Inserção nos Programas Sociais

Como mencionamos anteriormente, os Programas Sociais representam para a população de baixa renda a possibilidade de receber um benefício monetário, assim como a expectativa da qualificação profissional, porque no contexto de desemprego no qual grande parte das pessoas está inserida, estes programas aparecem nas formas assistencialistas de caridade e de solidariedade.

São considerados como meio de inserção social, pois mesmo insuficientes para retirá-las da condição de pobreza, por não serem capazes de romper ou reverter com o padrão excludente e regressivo vigente assistencialista (em decorrência de não incorporar esse segmento ao trabalho assalariado), acreditamos que oportuniza aos seus usuários algum acesso, mesmo que seja de forma precária, como veremos a seguir através das narrativas das interlocutoras.

3.2.1 O Programa Bolsa Família

O PBF é o único programa de transferência de renda da Assistência Social, seu foco está voltado para prevenir os riscos e as vulnerabilidades sociais garantindo aos pobres e aos extremamente pobres uma transferência monetária de combate à subalimentação e ao pauperismo.

Asseguram Carvalho e Lima (2009) que a precariedade das condições de vida de milhares de famílias brasileiras é uma realidade que se deve, especialmente, à falta de cobertura e eficiência do sistema de proteção social brasileiro, que apesar do desenho institucional com tendências gerais, foi marcado no campo social, historicamente, por um padrão excludente, caminhando para a evolução e o aprofundamento das desigualdades sociais e da pobreza.

As autoras acrescentam, ainda, que essa experiência, ao invés de gerar políticas universais e igualitárias, vem sendo marcada por programas assistenciais, de efeitos igualmente perversos contra a maior parte da população brasileira, provocando uma dualidade civil em que garante aos trabalhadores formais proteção social, e aos excluídos desse processo, a proteção oferecida através da oferta de medidas assistencialistas e filantrópicas.

Desse modo, Freitas (2008) adverte que os pobres da América Latina representavam 35,1% do total da população, o que correspondia, em 2007, a 190 milhões de pessoas. Pouco mais de um terço deles, 69 milhões de indivíduos, estava abaixo da linha de extrema pobreza, sendo considerados indigentes. Isto nos remete a pensar na expansão dos Programas de Transferência de Renda,¹¹ nesta e em outras regiões, ocorrida ao longo da última década, como estratégias desenvolvidas pelos governos para reduzir a pobreza, mediante transferência de renda mínima que é condicionada regularmente à assiduidade dos filhos menores à escola, como também, ao acompanhamento médico de crianças e mulheres gestantes.

O PBF estruturou as condicionalidades como contrapartidas sociais aos serviços básicos, devem ser executadas pelo núcleo familiar atendido, atrelando-as ao recebimento mensal do provento monetário, com o objetivo de atestar o comprometimento e as incumbências dos grupos familiares favorecidos. “Caso as famílias não cumpram com a agenda de compromissos sociais, serão penalizadas” (DIAS; SILVA, 2009, p.66). As condicionalidades funcionam como a representação do exercício de deveres e direitos, para que as famílias possam ter maiores possibilidades de autonomia e, assim, alcançar uma inclusão social sustentável (Portaria GM/MDS n.551, de 9 de novembro de 2005). Neste sentido, destacamos as seguintes condicionalidades pela mesma portaria em seu art. 2º:

Na área da educação, frequência mínima de 85% da carga horária mensal de crianças ou adolescentes de 6 a 15 anos de idade que componham as famílias beneficiárias, matriculadas em estabelecimentos de ensino;
Na área da saúde, o cumprimento da agenda de saúde e nutrição para famílias beneficiárias que tenham em sua composição gestantes, nutrízes e ou crianças menores de 7 anos (SILVA, 2008, p. 46).

As congregações de famílias ao serem incorporadas ao PBF deveram cumprir com os critérios exigidos, a fim de receber acompanhamento, em nível local, pelos municípios, que sistematicamente encaminham as informações para o Ministério do Desenvolvimento Social, do Governo Federal (MDS). Entretanto, apontamos como fator relevante a ampliação das

¹¹ Para Freitas (2008), transferência pública inclui toda renda não salarial recebida do Estado e pode ser basicamente de dois tipos: aquela que é recebida como consequência da participação na força do trabalho (seguridade social: pensão, licença, seguro-desemprego); e aquela que é recebida dentro de um programa de renda mínima.

vagas para a inserção de outras famílias pobres nesses projetos, pois o fato de o ingresso desses grupos estar condicionado à meta ou quota orçamentária de cada município, impossibilita a expansão da cobertura desse serviço, uma vez que deixa de fora um conjunto de pessoas que igualmente carece do provento, além de estar situado nos preceitos de escolha ou elegibilidade estabelecidos.

Verificamos assim, uma barreira à ampliação das metas de atendimento ao público, porque, com o passar do tempo, não será possível constatar grandes mudanças nos efeitos provocados na implementação dos programas; do mesmo modo, assinalamos que o acréscimo no valor monetário transferido aos beneficiários é muito pequeno, incapaz de provocar forte repercussão na vida das pessoas, seja a curto ou à longo prazo. Silva (2008) lembra que uma das maiores dificuldades dos programas municipais está condicionada aos limites procedentes de dificuldades orçamentárias, mantendo-os com metas de atendimento inferior ao volume de famílias carentes que merecem receber o benefício.

Ademais, é fundamental buscarmos entender se as condicionalidades circunscritas são consideradas suficientes para demandar o alcance de valores qualitativos e quantitativos de melhoria dos índices sociais. Pois, ao tempo em que é cobrada da família, através das condicionalidades, a manutenção de seus filhos na escola, por exemplo, não há qualquer garantia de que a educação a eles ofertada será suficiente para ascender aos graus de escolaridade mais avançados, no que diz respeito ao alcance de uma educação que os possibilite a capacidade de pensar criticamente, não apenas de obedecer.

Ao fazermos uma análise comparativa da ampliação do PBF, fundamentamo-nos em dados que, de acordo com Leal e Paraguassú (2006, p.1), certificam que o programa Bolsa Família “[...] começou em outubro de 2003, com 3,6 milhões de famílias inscritas. O total de beneficiários saltou ano a ano: 6,5 milhões em 2004, 8,7 milhões em 2005 e os 11,1 milhões informados em julho de 2006”.

Para comprovar como esse notável crescimento vem se expandindo, apresentamos o Quadro 7, contendo a quantidade de famílias brasileiras, comparada àquelas beneficiárias do PBF; a isto, associamos aos valores investidos pelo governo federal na manutenção das despesas com base na folha de pagamento do mês de agosto de 2015. Os dados foram obtidos mediante pesquisa produzida nos sites do IBGE e do MDS, que publica a conjuntura em todos os estados brasileiros.

Quadro 7- Pesquisa produzida com base nos sites do IBGE/2010 (total de famílias/estado) e do MDS, com referência para o mês de agosto de 2015.

Estado	Total de Famílias/Estado	Famílias do PBF	Valor Total (R\$)	Valor Médio (R\$)
CENTRO OESTE				
Distrito Federal	728.222	84.005	R\$ 12.220.229,00	R\$ 145,47
Mato Grosso	850.255	177.708	R\$ 27.661.140,00	R\$ 155,66
Mato Grosso do Sul	692.841	136.191	R\$ 22.011.624,00	R\$ 161,62
Goiás	1.745.252	325.009	R\$ 48.462.087,00	R\$ 149,11
Centro Oeste	72. 976.683	722.913	R\$ 110.355.080,00	\$ 152,65
NORTE				
Acre	186.918	77.322	R\$ 18.437.500,00	R\$ 238,45
Amazonas	845.131	351.180	R\$ 71.872.808,00	R\$ 204,66
Rondônia	438.002	108.705	R\$ 16.405.698,00	R\$ 150,92
Pará	1.943.035	871.823	R\$ 162.092.297,00	R\$ 185,92
Amapá	168.125	55.845	R\$ 11.147.413,00	R\$ 199,61
Tocantins	372.134	133.479	R\$ 22.882.543,00	R\$ 171,43
Roraima	103.051	47.791	R\$ 8.926.234,00	R\$ 186,78
Norte	3. 618.832	1.646.145	R\$ 311.764.493,00	R\$ 189,39
SUL				
Paraná	3.094.048	395.335	R\$ 56.880.634,00	R\$ 143,88
Santa Catarina	1.877.518	134.034	R\$ 20.345.529,00	R\$ 151,79
Rio Grande do Sul	3.238.566	418.348	R\$ 63.949.495,00	R\$ 152,86
Sul	8. 210.132	947.717	R\$ 141.175.658,00	R\$ 148,96
NORDESTE				
Alagoas	841.117	422.985	R\$ 72.184.433,00	R\$ 170,65
Bahia	3.899.523	1.783.728	R\$ 298.643.490,00	R\$ 167,43
Ceará	2.335.897	1.054.298	R\$ 174.576.527,00	R\$ 165,59
Maranhão	1.699.244	967.970	R\$ 185.584.344,00	R\$ 191,73
Paraíba	1.057.580	512.001	R\$ 91.024.474,00	R\$ 177,78
Pernambuco	2.465.892	1.112.922	R\$ 181.702.565,00	R\$ 163,27
Piauí	853.906	444.583	R\$ 83.456.127,00	R\$ 187,72

Rio Grande do Norte	901.600	350.405	R\$ 57.655.644,00	R\$ 164,54
Sergipe	570.852	271.881	R\$ 42.754.344,00	R\$ 157,25
Nordeste	14. 625.611	6.920.773	R\$ 1.187.581.948,00	R\$ 171,60
SUDESTE				
Espírito Santo	1.027.633	186.676	R\$ 27.656.933,00	R\$ 148,15
Minas Gerais	5.596.218	1.120.592	R\$ 172.688.999,00	R\$ 154,11
Rio de Janeiro	4.740.612	845.599	R\$ 132.635.922,00	R\$ 156,85
São Paulo	12.084.021	1.406.687	R\$ 211.200.956,00	R\$ 150,14
Sudeste	23. 448. 484	3.559.554	R\$ 544.182.810,00	R\$ 152,88
BRASIL	122. 879.742	13.797.102	2.295.059.989	

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

O quadro retrata como anunciamos o crescimento do ingresso da população no PBF. Essa realidade, reafirmamos revela a busca pela garantia de um rendimento fixo, assim como as expectativas das pessoas em minimizar a pobreza e as necessidades as quais vivem submetidas, conforme evidenciam os depoimentos mencionados na subcategoria “desemprego”, apresentada a seguir.

3.2.1.1 Desemprego

O desejo de trabalho já não está sendo possível para milhões de pessoas, nem mesmo às mais preparadas. Estudos desenvolvidos mostram, no ocidente, que a construção social do trabalho não é vista apenas como produção e reprodução dos meios de sustentabilidade da família, vai mais além, pode ser ponderada como uma via para o reconhecimento do valor do ser humano em seu meio social, esperando encontrar no trabalho a autonomia e a liberdade tão desejada.

De acordo com Kuenzer (2005), quase dois terços da força de trabalho do país, entre 25 e 40 anos de idade, não possui escolaridade e precisa de alternativas de qualificação. Complementa, ainda, essa teórica, que é crescente o número de desempregados, daqueles que nunca tiveram emprego e dos deslocados por efeito de mudanças tecnológicas, para os quais a qualificação ou a requalificação tem urgência, desde que articuladas às políticas de trabalho e renda. Os jovens podem ser os mais afetados ou por estarem na condição de desempregados

(mesmo estando em plena idade de produção) ou por nunca terem ingressado no mercado de trabalho.

Desse modo, são relevantes as afirmações de natureza qualitativa reveladas por duas interlocutoras a respeito dos seus vínculos ao mercado de trabalho:

A última vez que trabalhei foi em 2005, faz tanto tempo, eu era vendedora, minha carteira era assinada com um salário, mas a gente recebia naquela época pouco menos do salário mínimo, porque eles pagavam apenas a comissão. E é porque eu vendia bastante, às vezes eu vendia o equivalente a dois salários, mas a empresa nunca pagou o salário junto com a comissão que a gente vendia, era só o que a gente vendia mesmo. Teve um tempo na minha casa que ninguém era empregado, então eu recebi uma carta do NAI Km 7 pra ir fazer o cadastro do PBF, aí eu fui no CRAS. Meu marido está trabalhando, mas eu, não trabalho não. (ACÁCIA, 28, 2015).

Assim, já trabalhei num salão de beleza, mas faz tempo, tá com 14 anos, eu era cabeleireira, quando eu tive os meninos eu deixei de trabalhar. Hoje eu não trabalho, mas trabalhava antes. E meu ganho era dependendo do que eu fazia, assim, por exemplo, tinha trabalho que eu ganhava trinta por cento, quarenta por cento, ou até cinquenta por cento. Naquela época, dava mais ou menos um salário mínimo, alguma coisa assim. Um dia eu fui lá no postinho me consultar aí a enfermeira falou pra eu procurar o CRAS e me inscrever no PBF, porque eu não tenho renda. Eu quero muito trabalhar agora pra diminuir minhas necessidades, pois fico só em casa mesmo (ANÊMONA, 56, 2015).

Os relatos das interlocutoras supramencionadas chamam atenção para a necessidade de melhorar a renda e os seus ingressos no programa foi motivado pela iniciativa de agentes do poder público, nos âmbitos do posto de saúde e do NAI KM 7, unidade de Assistência Social subordinada ao CRAS do município.

Isto denota que as informações sobre os PTR circulam por meio dos órgãos públicos, fortalecendo o diálogo e revigorando a interação entre as políticas governamentais de saúde e assistência social, ao serem divulgadas pelos órgãos públicos e absorvidas pelos interessados em realizar a inscrição no PBF, situando a família como locus fundamental do processo de consolidação de garantias de vida digna de seus usuários.

O desemprego está registrado como um dos mais graves problemas brasileiros, vivenciado por homens e mulheres, tanto em termos de relações sociais de classe como das relações sociais de sexo, seus efeitos são mais maléficos para as mulheres, e ocorrem de forma mais intensa ainda se forem afrodescendentes. O cotidiano das mulheres desempregadas é caracterizado por muito trabalho, o que reafirma o resultado das análises de muitas pesquisas anteriores e atuais, pois, acima de tudo, vivenciam o desemprego às custas de muito trabalho doméstico. Observamos também que a condição de desempregadas está

relacionada diretamente com a ausência do trabalho pago, porque nenhuma entrevistada mencionou a labuta vivida no âmbito doméstico, como forma de trabalho.

Geralmente as mulheres que estão desempregadas e não contribuem com o pagamento das despesas da família não se reconhecem como trabalhadoras, porque fazem uso do seu tempo exclusivamente para a realização do trabalho doméstico. Essa questão expressa o auto preconceito ao trabalho que não é pago, embora seja uma atividade inesgotável, que não tem dia, nem hora, nem valorização.

Por trás de expressões como: *“eu não estou trabalhando, fico só em casa mesmo”* estão implícitos diversos afazeres como lavar e passar roupas, cozinhar, limpar a casa e organizá-la. As tarefas de uma dona de casa não são fáceis. Não obstante, desde 2011, mulheres e homens que não têm renda (e são exclusivamente donas e donos de casa) conquistaram o direito de se aposentar e receber o benefício mensal, sendo critério para isso, ter inscrição no CadÚnico e no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) . Além disso, devem contribuir com a previdência social mensalmente. A conquista por esse direito ocorreu no primeiro governo da Presidenta Dilma Rousseff:

De acordo com a Lei 12.470 criada em 2011, o percentual de recolhimento para a Previdência Social é reduzida, 5% do salário mínimo, o que hoje representa um valor mensal de R\$ 39,40. Mas existem algumas regras a serem seguidas para poder receber o benefício. Conforme o Ministério da Previdência Social, além de não ter nenhuma renda, a soma da renda familiar deve ser de até dois salários mínimos, e a família precisa também estar inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Este benefício não atende somente as mulheres, contempla também homens que se declaram ao INSS como donos de casa e de baixa renda, só que a idade para aposentadoria é de 65 anos, enquanto para a mulher é 60. O prazo de contribuição para ambos é de 15 anos (CANES, 2015, p. 1).

No momento da entrevista, percebemos que as interlocutoras não se compreendiam como trabalhadoras dentro da condição social em que vivem atualmente, pois nenhuma delas afirmou que mesmo estando fora do mercado de trabalho enfrentam uma rotina exaustiva em casa, ao assumirem os afazeres domésticos. Explicando essa questão, Segnini (2003, p.35), assim, se pronuncia:

As construções sociais na sociedade brasileira podem ser expressas através das desigualdades econômicas. Sua face mais perversa, a pobreza, as desigualdades de acesso à escolarização e à qualificação, produzem relações hierárquicas, de poder, sobretudo no conjunto de relações expressas pelo trabalho, bem como por uma de suas expressões, o desemprego.

Esse imaginário é proveniente dos aspectos sociais, culturais e históricos pelos quais perpassam a sociedade, sua ocorrência está vinculada ao fato de que o não trabalho, fora do âmbito doméstico, nega a produtividade, uma vez que não é remunerado, assim, qualquer forma de trabalho que não é remunerado sofre a violência da desvalorização, tendo camuflada a sua importância.

A instabilidade das construções sociais merece destaque aqui, porque o emprego com carteira assinada nem sempre representa a garantia dos direitos de cidadã, pois no caso de Acácia ter o registro em carteira de trabalho significou apenas uma utopia cidadã, porque não desfrutou da aquisição dos direitos sociais básicos aprovados por lei, uma vez que a empresa contratante não repassava o pagamento integral para a funcionária, o que seguramente diminuía o valor salarial conquistado em meio aos esforços empreendidos, ao enfrentar horas exaustivas de trabalho através das vendas que realizava.

Desse modo, no sentido de aprofundar o debate de ideias, recorremos novamente a Segnini (2003), ao justificar que marcas sociais desta natureza são caracterizadas pela condição de pobreza e ausência de direitos nas quais vivem submetidos aqueles ou aquelas que vivenciam um contexto de desemprego. Assim, as pessoas se rendem a qualquer tipo de emprego, ou a quaisquer condições para mantê-lo, suportando as mais agressivas contradições sociais, na esperança de tentar garantir, pelo menos, as condições mais elementares da sobrevivência familiar.

O relato de Anêmona, também evidencia a assimetria e a sobrecarga vivida pelo sexo feminino, ao relevar a opção escolhida para cuidar da família ao invés de continuar desenvolvendo o trabalho remunerado fora de casa. Essa questão confirma a força do estereótipo de que o homem vive para o mundo público, pois para ele é mais fácil integrar-se tranquilamente às diversas atividades profissionais ao longo da vida, em virtude de ser menor a participação masculina no trabalho doméstico do que a da mulher. Além do mais, não apresenta tantos conflitos porque sua rotina não exige um planejamento minucioso entre a excessiva jornada de produção profissional e pessoal.

Assim, registramos as explicações de Mirian Nobre (2002) ao assegurar que o poder público não conseguiu, até agora, romper com a divisão sexual do trabalho e com o lugar de mãe e esposa, naturalizados ao longo dos tempos. Geralmente a maioria das mulheres é quem acaba assumindo as responsabilidades do lar, sendo sua realidade bem diferente em relação ao homem, quando se refere a esse aspecto.

Para a mulher, há exigências constantes de estar articulando o tempo de trabalho com cada etapa da vida, a exemplo das preocupações com o lar, com a família, fazendo a difícil

conciliação entre administrar o tempo que se destina ao trabalho remunerado e o das atividades que, mesmo não sendo pagas, são de extrema importância e dão sustentabilidade à vida.

Nesse sentido, o conjunto de exigências mencionado, gera um misto de tensão significativo também para nós, no decorrer dessa pesquisa, enquanto estudante de pós-graduação, ao vivenciarmos o desafio de articular, concomitantemente, as prioridades referentes aos cuidados com a família, com o trabalho fora de casa, com o trabalho doméstico, e com a escrita desta dissertação que muito nos orgulha e que nos faz crescer, pessoal e profissionalmente.

Aprofundando a discussão, Caracciolo (2005, p.52) faz uma análise real e dolorosa entre a mulher e o acesso à dinâmica do mercado de trabalho, asseverando que:

As mulheres já entram no mercado de trabalho remunerado enfrentando desigualdade, devido à atual divisão do trabalho por gênero, e ainda cabe a elas assumir as tarefas domésticas e ao mesmo tempo cuidar de maneira quase exclusiva dos filhos, enfrentando uma jornada múltipla.

Mesmo com a crescente expansão do universo feminino associada às transformações que a sociedade vem experimentando, a reflexão de Caracciolo encerra um misto de tristeza e inquietação, tendo em vista que elucida a relação de desigualdade que se afirma socialmente. Sabemos que nem todas as relações humanas são governadas exclusivamente pelo dinheiro, embora conscientes da sua importância para o bom funcionamento da economia familiar, é importante priorizar o tempo necessário para uma boa qualidade de vida, traduzido em momentos destinados para se alimentar, dormir, estabelecer relações sociais e afetivas com os outros.

Costumeiramente ouvimos a expressão “tempo é dinheiro”, mas em outra direção sabemos que há tempo que não pode ser transformado em dinheiro, a exemplo do tempo de brincadeira de uma criança, o tempo dos idosos e dos doentes, o tempo daqueles que, não conseguiram ser incluídos no mercado de trabalho, como os mendigos e os presos, por exemplo (CARRASCO, 2003). Em detrimento das condições de sobrevivência, o trabalho remunerado passa a determinar de forma prioritária as principais esferas da vida, tornando-se um instrumento que regula e que controla o tempo.

De forma mais agravante, é válido mencionar, também, aqueles que nunca desfrutaram do emprego e, conseqüentemente, da aquisição de um salário, provocando no ser humano uma baixa autoestima, em decorrência da incapacidade de poder gerir suas próprias necessidades,

enfrentando diariamente múltiplas carências, frustrações e até a manifestação de doenças como a depressão, resultante da inutilidade produtiva e da desvalorização social pelo não acesso ao emprego.

Com a necessidade emergente de superar as desigualdades de gênero, mencionamos os resultados da pesquisa realizada recentemente pelo Fórum Econômico Mundial, ao revelar que, em média, daqui a 80 anos, apenas, é que haverá a igualdade salarial entre homens e mulheres, uma realidade triste e angustiante, que traduz no seu bojo a evolução lenta e gradual do processo de equidade tão desejado entre os sexos. Mesmo assim, diante de todos os obstáculos enfrentados, as mulheres vêm experimentando no panorama desse itinerário de lutas pela igualdade, profundas mudanças em seu cotidiano, servindo de base para questionar o modelo social vigente.

Em vista disso, consideramos relevante destacar também que as soluções disponíveis no mercado não atingiram todas as classes sociais indistintamente, apenas aquelas mulheres que têm o poder de compra, que dispõem de renda média ou alta e têm acesso ao mercado de trabalho. Estes aspectos fazem com que sua presença em casa seja menor, permitindo a busca de soluções privadas no mercado, tais como a aquisição de produtos e a contratação de serviços que lhes poupem tempo e mão-de-obra, ao transferir para outras mulheres pobres, (as empregadas domésticas), o trabalho doméstico.

A partilha do peso do trabalho familiar cotidiano com outras mulheres de classe sociais baixas reflete a sobrecarga vivida pelo sexo feminino numa sociedade de classes, reafirmando que ao retornar para seus lares no final do expediente, a rotina continua carregada dos mesmos serviços caseiros, acumulando uma jornada dupla, empreendendo esforços para os cuidados com a própria casa e com os membros de suas famílias.

As contradições de uma condição social aqui mencionadas, são questões que ainda precisam serem resolvidas, porque, de acordo com Saffioti (1987), mesmo que determinadas mulheres tenham acesso ao mercado de trabalho, o problema da exploração feminina seguramente continua alcançando outras dimensões, atenuando o trabalho monótono e exaustivo das mulheres de classe baixa nas cozinhas alheias.

Esse aspecto indica que a equidade está longe de ser adquirida, uma vez que a situação de pobreza acaba levando mulheres pobres a incorporar responsabilidades em jornadas exaustivas, tanto dentro, como fora de seus lares, como parte de suas funções de gênero e encargos de sobrevivência.

Pressupomos que o Programa Bolsa Família para as participantes de nosso estudo representa a *“possibilidade de melhorar um pouco de vida”*, diante das limitações e restrições

no acesso ao mercado de trabalho, configurando-se como “*uma via para ganhar dinheiro e garantir pelo menos a melhoria da segurança alimentar*” de suas famílias. Das seis entrevistadas, três nunca exerceram nenhum tipo de trabalho remunerado, nem mesmo em condições de informalidade. As outras três participantes do estudo estão distantes do mercado de trabalho há 10, 12 e 14 anos, respectivamente. Isto quer dizer que todas as mulheres da pesquisa estavam, no ato da entrevista, desempregadas.

No município de Teresina, 96% das mulheres participantes do PBF se apresentam como chefes de suas próprias famílias, segundo um levantamento realizado junto ao site do MDS. Esse dado/percentual encontrado na capital era até então por nós desconhecido, e manifesta-se com oposição ao percentual verificado no desenho empírico, quando as entrevistadas revelaram *serem os esposos, os chefes de suas famílias*, com exceção de apenas uma mulher ao relatar que juntamente com o seu esposo exercia essa função, embora o marido estivesse maior autonomia no poder de decisão.

É válido mencionar o quanto o país carece de medidas emergenciais que tenham como propósito promover o fortalecimento dos laços sociais que estão fragilizados, em decorrência da ausência de relações e condições tecidas no mundo do trabalho, como salários, direitos sociais e emprego, assim como a implementação de investimentos numa educação igualitária e democrática para a população de um modo geral.

Deduzimos que a expansão da oferta de serviços, quantitativa e qualitativa direcionadas, a partir do diálogo entre as políticas públicas, pode possibilitar uma articulação adequada entre os Sistemas de Saúde, a Educação e a Política de Trabalho e Renda, ainda muito desumanos no Brasil, de modo que suas ineficiências concorrem para o infortúnio e tortura da população.

Em plena idade ativa para o trabalho, muitos cidadãos encontram-se à margem do processo de conquista do emprego, que ainda é majoritariamente irregular ou instável, ocorrendo para a família as impossibilidades de independência e autonomia. Determina o Artigo 6º da Constituição Federal que:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (EC no 26/2000 e EC no 64/2010) (BRASIL, 1988, p. 18).

Neste sentido, a política social merece indiscutivelmente coerentes estratégias de desenvolvimento social, gerando a superação das desigualdades e das indignas condições de

vida, elevando o bem estar de um grande contingente da população brasileira que se encontra fora da esfera de produção, desprovido de trabalho e renda, e que equivocadamente recebe atendimento via serviços filantrópicos, como se esses fossem benesses e favores.

No concerne a essa discussão, Silva (2008) declara ser a pobreza mais que insuficiência de renda, é de natureza estrutural, decorrente, sobretudo, da exploração do trabalho; geradora da desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida, impedindo as pessoas de se conectarem aos serviços sociais básicos; à informação; ao trabalho de arrecadação estável, contribuindo inclusive para a não participação política da população.

Quando se discute participação política, Benevides (1994) é uma importante referência, porque considera que a educação política para a cidadania ativa é o ponto nevrálgico da participação popular. O modelo de educação proposto pela autora objetiva o estímulo à participação nas decisões, de modo que a educação política se revele como uma escola de cidadania, que possa garantir ao povo a informação e a consolidação institucional de canais abertos, capazes de transformar ações e movimentar novos pensamentos.

Essas questões, trabalhadas de forma adequada, contribuem para o descortinar de diferentes modos de compreensão, ao invés de estimular as condições de apatia e despreparo absoluto do cidadão, como alguém que é incapaz, submisso e ineducável.

3.2.2 O PRONATEC

O estudo do PRONATEC é tão relevante quanto o PBF para esta pesquisa. Discutivelmente, dizemos que se configura como uma proposta de formação desvinculada do ensino médio e surgiu como possibilidade de atender as necessidades da população de baixa renda, assegurando-lhe qualificação através da realização de cursos que possibilitem sua formação profissional, posto que este segmento possui acesso restrito à cobertura de cursos de nível técnico. Neste sentido, os usuários têm garantidos diplomas ou certificados, entregues pelas instituições ofertantes, como forma de enriquecer os currículos dos participantes dessa formação técnica.

A admissão nos cursos representa para muitas pessoas o alcance da realização de um sonho, além da busca de oportunidade de conquistar espaço no mercado de trabalho. Sonho este, que segundo uma integrante do grupo pesquisado, *“ficaria ainda mais difícil de se realizar se não fosse o PRONATEC, porque os cursos são caros e a gente não pode pagar”*.

Os rendimentos salariais das famílias das entrevistadas são baixos, este aspecto não difere do perfil geral da população brasileira, no qual geralmente o critério renda relaciona-se direto com a questão da escolaridade, pois no universo em que predomina a baixa renda, registra-se ainda um agravante, os ganhos das mulheres brasileiras são mais baixos, revelando as expressões de assimetria e suas negativas implicações frente às desigualdades econômicas.

Entretanto, pensar a educação profissional na sua totalidade a partir de uma perspectiva dialética, é que nos faz acreditar que o processo de formação humana, necessita ir além da formação de mão de obra visando somente o acesso ao mercado de trabalho, mas sobretudo, impetrar um modelo de educação que consinta, principalmente, na emancipação integral humana.

A Educação Profissional no Brasil inspira preocupações, pois tem se fundado como uma modalidade de ensino cômoda às propostas de incremento econômico-social, objetivando prover o processo de mão de obra técnica e especializada ao mercado de trabalho, criando nos jovens a expectativa de acesso a este mercado. Tal perspectiva tem provocado diversos debates no que se reporta às políticas públicas que consolidam as modalidades de oferta da Educação Profissional.

Neste caso, as políticas de educação voltadas para a concepção técnica e profissional são coesas com o estilo de produção capitalista e com as estruturas socialmente montadas. Assim, temos vivenciado uma mercantilização da educação, até mesmo na modalidade profissional, ressaltando os investimentos públicos em instituições privadas, intensificando a relação público-privada e culminando com um verdadeiro mercado de educação proporcionado pelo financiamento governamental.

Essa concepção conduz-nos a direcionar um olhar cauteloso ao discurso que conecta educação e empregabilidade, conceituando-a como a habilidade do indivíduo em manter-se empregável e ser responsável pela própria formação e obtenção de trabalho, apesar de termos consciência de que o campo educativo, isoladamente, não suscita emprego e renda, impetrando mudanças estruturais no sistema e políticas de redistribuição de renda.

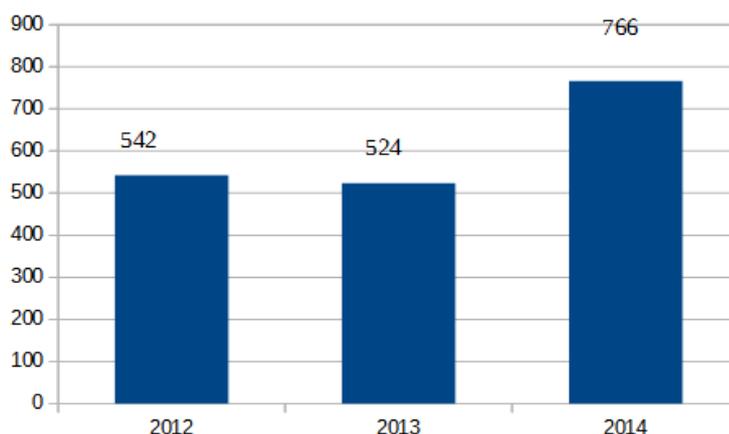
Assim, entendemos que o processo de ensino-aprendizagem será efetivamente rico, quando o educando utilizar seus saberes para a vida social, profissional e para o exercício da cidadania ao ser capaz de utilizar os conhecimentos adquiridos para modificar a própria realidade em que vive, assim como interferir nas decisões que influenciam os rumos do país.

Desse modo, um investimento real no funcionamento efetivo das escolas, contribuiria com o desenvolvimento de uma política educacional comprometida com o processo de formação e ensino, estimulando aos indivíduos maior tempo de permanência na escola. As

políticas educacionais articuladas às políticas de pleno emprego podem promover uma reforma no ensino que favoreça muito mais do que uma formação alicerçada na técnica, na qualificação ofertada através de cursos aligeirados, esgotando o tempo para a reflexão, necessário ao refinamento do processo do pensar, posto que somente o fato de o aluno frequentar a escola não garante a ele de maneira suficiente as condições exigidas para o trabalho.

Apresentamos, a seguir, o gráfico situando o número de pessoas que participaram dos cursos do PRONATEC no Piauí, no período compreendido entre 2012 e 2014.

Gráfico 1 - Participantes dos cursos do PRONATEC no Piauí, no período compreendido entre 2012 e 2014.



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Ao analisarmos o gráfico, percebemos que em 2012 estiveram inscritas no programa 542 pessoas; em 2013 houve um decréscimo em relação ao ano anterior, 524 participantes inscreveram-se; e em 2014 os números voltaram a crescer, registrando 766 alunos(as) matriculados nos cursos de qualificação profissional via PRONATEC. Observamos a partir dos dados constantes no gráfico em análise que o ano de 2014 se destacou em relação aos demais, por evidenciar maior procura da população pelos cursos. Do total geral de 4.036 integrantes, houve prevalência de participação para o gênero feminino: 3.212 alunas; sendo que para o gênero masculino os dados revelaram a participação de 824 homens aprendentes.

Acrescentamos que a ausência de alusão ao ano de 2015 ocorreu em razão de apenas no mês de outubro ter sido iniciada a discussão da oferta de vagas disponíveis para Teresina. Registramos, desse modo, que mesmo assim, na dinâmica dos Centros de Referência houve ampla procura espontânea da população pelas inscrições, podendo ter sido motivada pelas

expectativas da capacitação, ao apostar que a qualificação profissional funciona como possibilidade de reduzir o distanciamento que há entre esse público e o mercado de trabalho.

Ao considerar essa questão, qualificação profissional, Gentili (2015) assegura que a América Latina é o lugar mais injusto, mais desigual do planeta, pois possui o maior número de pobres de toda a sua dramática e colonial história. Mais de 210 milhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza. Pior ainda, mais da metade é composta por crianças ou jovens com menos de 20 anos. Os pobres brasileiros são mais pobres se são negros, índios, mulheres e nordestinos, uma região, podemos dizer que possui mais de 40 milhões de analfabetos absolutos, e onde as incidências de fragilidades sociais são contraditoriamente proporcionais à riqueza acumulada pelas elites, expressas pelo abismo social polarizado face à distribuição de renda.

3.2.2.1 Busca de Qualificação

Os dados oficiais revelam que a educação profissional e tecnológica vem se destacando na agenda de políticas públicas, revolvendo-se em estratégia para a concretização dos processos de inclusão social e de progresso dos índices de desenvolvimento do país como a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Através dele tem sido possível expandir, interiorizar e tornar mais democrática a oferta dos cursos de educação profissional e tecnológica disponíveis, como forma de ampliar os ensejos educacionais aos jovens e trabalhadores.

Nesse sentido, o discurso oficial propagandeia que a qualificação profissional é uma forma de melhorar as condições de trabalho e vida das pessoas, sendo ao mesmo tempo uma estratégia encontrada para ampliar e assegurar conhecimentos. Entretanto, inferimos que a possibilidade de qualificar-se profissionalmente não garante o acesso e a permanência no mercado de trabalho, uma vez que a educação não é o único fator de desemprego. O desemprego está atrelado a uma lógica estrutural do sistema político e econômico vigente que demandaria nesse caso, a implementação de políticas de emprego e renda.

O fato é que, as mulheres da pesquisa atribuem importância ao PRONATEC, considerando-o relevante para melhorar as condições de vida, ampliar o aprendizado e ampliar a qualificação profissional. Assim, para elas:

O PRONATEC é um programa que tem ajudado muitas pessoas, né, porque através dele a gente aprende, se qualifica e pode até conseguir um trabalho, né? E também no meu caso eu vi e aprendi coisas que antes eu não sabia. Por ser perto da minha

casa, o curso foi ainda melhor, sei que ele é muito importante (ANÊMONA, 56, 2015).

Os cursos que eles oferecem pra gente, ajuda muito. É que emprego é difícil viu? Quando a gente consegue, ainda não dá certo. Eu queria muito arrumar um emprego, mas sem nenhum curso fica muito difícil, eu nem sei bem o que é mesmo o PRONATEC, mas só sei que dão esses cursos aí pra nós e a gente aprende alguma coisa (COROA IMPERIAL, 37, 2015).

Para as Políticas de Estado, a criação do PRONATEC está vinculada ao ideal da capacitação para inclusão ao mercado, sendo este uma ferramenta de combate ao desemprego, nesse sentido a formação ao público participante possui como alvo o exercício de uma atividade profissional rentável e produtiva, colaborando para o alargamento econômico e social da população.

Por outro lado, compreendemos que a busca pela superação da defasagem que existe entre avanços tecnológicos e a capacidade dos trabalhadores vem originando um suposto apagão de mão de obra. Neste caso, a educação profissional se coloca como uma ferramenta central para suplantar essa discrepância e, ao mesmo tempo, relega para o âmbito da iniciativa pessoal a busca intensa pela qualificação como pré-requisito para a inserção no mercado de trabalho.

Tanto para Anêmona quanto para Coroa Imperial, a oportunidade de aprender permitiu-lhes ampliar a visão de mundo e ver além do conhecido, propiciando o surgimento de considerações importantes empreendidas sobre os problemas concretos da realidade. Diante dessa concepção, admitimos a participação nos cursos, como experiência formativa, que pode se configurar necessária ao processo contínuo de formação, ao favorecer diversos horizontes de possibilidades de aprendizagem.

As transformações ocorridas na década de 1990 contribuíram significativamente para que o mundo do trabalho se tornasse, ao mesmo tempo, mais excludente e competitivo. A reestruturação produtiva estabeleceu novas formas de reorganização do trabalho, com a introdução da informática, da robótica, da telemática e da mecatrônica nas indústrias e nos mais diversos setores empregáveis, o que concorreu para a intensificação do desemprego estrutural (HARVEY, 2010 *apud* FERREIRA, 2009, p. 43).

Mesmo o PRONATEC sendo, na opinião das entrevistadas “[...] *um programa que tem ajudado a muitas pessoas, importante para o aprendizado e principalmente por ser ofertado perto de casa*, gera a expectativa da conquista do emprego, causando nas participantes a esperança dessa conquista, porém, os resultados da pesquisa empírica revelaram que no momento da entrevista nenhuma mulher revelou possuir vínculo com o mercado de trabalho.

Oliveira (1995, p.82-83) considera ao analisar essa situação, que “[...] o quadro de desemprego aparece como forte agente disciplinador da força de trabalho, levando o trabalhador a sujeitar-se às formas mais precárias de emprego, a aceitar intenso ritmo de trabalho e comprometer-se com os fins da empresa”. Esse contexto desvela uma Educação Profissional reorientada para formar trabalhadores que tenham status de polivalente, ou seja, capazes de realizar uma multiplicidade de tarefas, capacitados para enfrentarem os imprevistos, além disso, devem estar abertos à inovação e ao desenvolvimento adequado para a gestão do próprio processo produtivo.

Ainda sobre esta questão, Dália Vermelha e Girassol assim consideram acerca do PRONATEC:

E um programa né, assim, que a pessoa às vezes, não tem condição de pagar um curso bom né? Assim, um curso técnico. Também às vezes, a pessoa sai de lá pra arrumar um emprego, diretamente pra empresa. Pros jovens é mais fácil. Queria melhorar meu currículo, vi nele uma oportunidade que ninguém tem, pois sei que é bom esse programa, porque ele ajuda as pessoas que não podem pagar um curso para arranjar um emprego. E eu ainda penso em ter meu curso superior, ainda (DÁLIA VERMELHA, 35, 2015).

É porque eu tenho vontade de aprender as coisas, para ver se consigo trabalhar e também porque eu sei que só com o dinheiro do meu esposo, no futuro não vai dar pra pagar uma escola particular para meu filho, mas eu não conheço a sigla PRONATEC e nem sei pra que ele foi criado. (GIRASSOL, 34, 2015).

Dália Vermelha aponta que o mundo do trabalho prioriza oportunizar os jovens. A sua afirmação é verdadeira? Teria o jovem esta facilidade para conseguir um emprego na atual conjuntura?

A juventude brasileira está adquirindo um status político e social cada vez mais considerável, pois embora em processo de consolidação, esse status vem contribuindo para que se organizem quanto às reivindicações sobre si e sobre a sociedade de modo geral, em prol de uma constituição cada vez mais efetiva e consciente dos direitos sociais.

Diferente do que mencionou a entrevistada Dália Vermelha em sua fala, afirmando que “*pros jovens é mais fácil*” arrumar emprego, as pesquisas atuais sobre a empregabilidade na juventude conflitam com este discurso, revelando através dos dados da Organização Internacional do Trabalho (2012) que, nos anos de 2008 e 2009, o percentual de jovens desempregados no mundo registrou um aumento sem precedentes, atingindo 4,5 milhões de pessoas desse segmento social (CARVALHO, 2004).

Dessa forma, compreendemos que a juventude tem sido de maneira drástica afetada pelas crises econômicas do capitalismo, resultando na exclusão de milhares de jovens do

mercado de trabalho que, não incorporados ao sistema de trabalho formal, têm suas expectativas frustradas. Reafirmando esta questão, os números da BBC Brasil evidenciam que:

A taxa de desemprego de jovens no Brasil deve ficar bem acima da média mundial, com tendência de agravamento por causa da piora do cenário econômico do país, afirma a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Nas previsões da OIT, o desemprego de jovens no Brasil com idade entre 15 e 24 anos atingiu 15,5% em 2015. A taxa média mundial nessa mesma faixa etária é estimada em 13,1% no ano de 2015 (FERNANDES, 2015, p.1).

Assim, observamos que nos jovens de escolaridade baixa, há o agravamento das taxas de desemprego e a ocupação das funções de menor remuneração. Acreditamos que a qualidade da educação recebida pode, em parte, justificar a dificuldade para encontrar emprego. Além disso, estamos cientes de que o ensino nas escolas públicas brasileiras pode não ser suficiente para promover o acesso a um mercado de trabalho muito competitivo.

Nesse sentido, é possível afirmar que as entrevistadas/egressas dos cursos do PRONATEC não foram contempladas do ponto de vista social e profissional, já que os dados da empiria nos levam a considerar que pode estar havendo uma relação inversamente proporcional entre as propostas de qualificação profissional e a empregabilidade, porque, conforme já mostramos, nenhuma delas conseguiu até o momento da entrevista, acessar o mercado de trabalho formal, o que deixa claro a emergência de se verificar o grau de relações e articulação existente entre as políticas de educação, trabalho, emprego e renda.

Das seis participantes do estudo empírico, duas possuem o Ensino Fundamental e quatro, o Ensino Médio. Destas, apenas uma mulher continua estudando e tem a pretensão de ingressar no Ensino Superior. Esses dados revelam uma carência educacional imensa na realidade pesquisada e a dificuldade de acesso ao mundo globalizado capitalista, onde a qualificação se coloca como um dos pré-requisitos exigidos para conquistar uma vaga no mercado de trabalho. Consequentemente, a inclusão alcançada favorece a geração de renda e autonomia às famílias, condição fundamental para o aprimoramento da dignidade humana e do exercício da cidadania.

Desta questão, depreendemos que as constatações registradas apontam notadamente que Girassol não acredita na confiabilidade da escola pública, ao admitir as limitações implicadas referindo-se à má qualidade do ensino oferecido. Daí expressou a vontade que tem de trabalhar para aumentar a renda da família e poder oferecer ao filho um ensino de boa qualidade, através da rede privada de educação, processando na sua fala as representações

simbólicas da mãe que deseja para o filho, um modo de vida diferente do seu, que vem experimentando as consequências do desemprego porque não conseguiu lograr êxito nos estudos.

Assim, carregada de códigos e valores, Girassol evidencia a preocupação em oferecer ao filho uma formação escolar mínima, mesmo que não seja em um nível de ensino mais elevado, almejando a espera de um futuro promissor e, conseqüentemente, o alcance do emprego.

Este contexto nos faz refletir sobre as contradições que emergem dessa proposta educativa, uma vez que a educação não deve ser entendida apenas como um suplemento econômico, visando o mercado de trabalho e descuidado da formação humana integral. Desse modo, Pochmann (2006) usa a expressão “apagão de mão de obra” para designar a carência de trabalhadores que venham a suprir a demanda do mercado, pois, mesmo nas situações em que há vagas disponíveis, não existem trabalhadores suficientemente qualificados que atendam às exigências de determinado setor.

Nesse sentido, os empregadores e o Estado tentam justificar os altos índices de desemprego com o argumento da falta de trabalhadores qualificados para a execução de trabalhos que exijam maior qualificação, principalmente, com o advento das novas tecnologias e automação dos processos produtivos.

Para esse autor, as políticas de educação profissional são organizadas de forma a proporcionar uma formação que objetiva a inclusão na lógica do capital, em um mercado de trabalho que, em si, é excludente, competitivo e desumano, transferindo ao indivíduo o seu sucesso ou fracasso profissional, conduzindo a Educação Profissional à lógica da mercantilização, restrita à formação linear/unilateral, direcionada ao atendimento das necessidades impostas pelo mundo do trabalho e da produtividade.

As empresas necessitam de mão de obra qualificada para afiançar a produção. Esse fenômeno que, na opinião deste mesmo autor é exatamente o contrário de uma educação que dialogue com as vivências dos sujeitos no processo de aprendizagem.

Acerca da qualificação como um meio para acessar ao mercado de trabalho, Harvey (2010 *apud* FERREIRA, 2009, p.43) registra que o acesso ao conhecimento científico e técnico sempre teve grande importância na luta competitiva, mas atualmente verifica-se uma renovação de interesse e de ênfase, posto que em um mundo de rápidas mudanças de gostos e necessidades, o conhecimento da última técnica, do mais novo produto, a mais recente descoberta científica, implica alcançar importante vantagem competitiva.

Esse retrato estimula a busca pela capacitação, fazendo com que esta seja uma constante na vida das pessoas, porque todos nós necessitamos de manter ou arrumar um emprego, condição básica para garantir a nossa sobrevivência.

A política de educação profissional por si só não dar conta de garantir um desenvolvimento absoluto aos seus usuários. Nesse sentido, a ideia de articulação intersetorial surge no bojo do debate das políticas públicas, na atualidade, como uma condição *sine qua non* para que cumpram seus objetivos, não permitindo, deste modo, ações isoladas da conjuntura socioeconômica, política e cultural.

Assim compreendida e perspectivada, a qualificação profissional deve compor uma política de educação que atenda aos diversos programas presentes nas políticas públicas, despertando nos indivíduos a capacidade para processar informações, possibilitando uma transformação em si mesmo e nos contextos de atuação em que estão inseridos.

Para que isso ocorra faz-se necessário, envolver conhecimentos de diversas ordens (contextuais, científicos, sociais, culturais, políticos, experienciais) tornando possíveis os argumentos, a participação em debates, discussões, como também qualificar as pessoas para as novas competências exigidas no mundo do trabalho, que de forma transversal possa associar metodologias de ensino a uma formação integral, abrangente e inclusiva.

4 INDÍCIOS DE AUTONOMIA FEMININA NOS PROGRAMAS SOCIAIS BOLSA FAMÍLIA E PRONATEC, NO BAIRRO SANTO ANTÔNIO

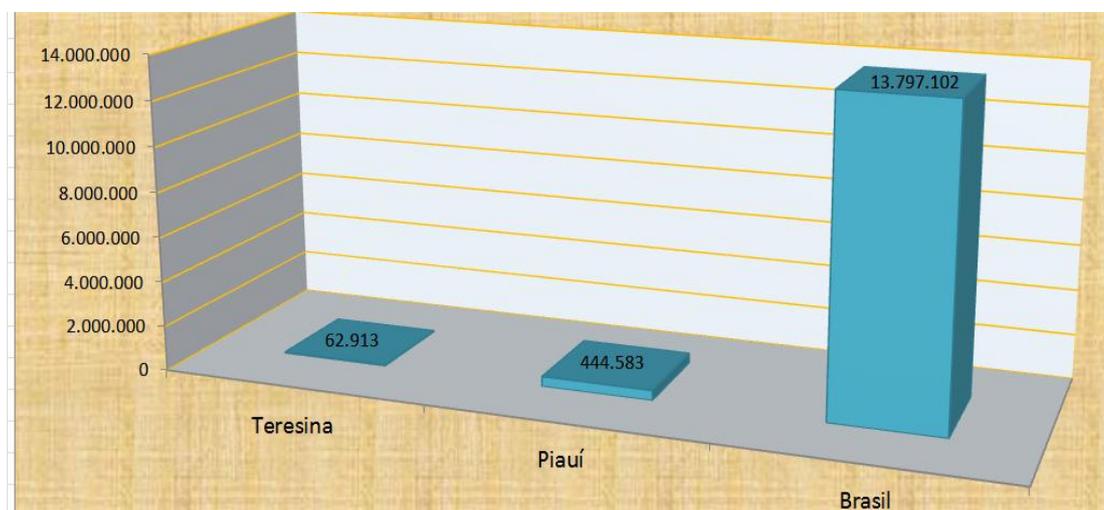
“Apesar do aumento de mulheres no mercado de trabalho nas últimas décadas, a equidade salarial com os homens pode levar até 80 anos, segundo o Relatório Global de Equidade de Gênero, do Fórum Econômico Mundial” (VIEIRA, 2015, p.1).

Neste capítulo, apresentamos as repercussões resultantes do impacto entre o Programa Bolsa Família e os cursos do PRONATEC na autonomia da mulher, domiciliada no bairro Santo Antônio, em Teresina-PI, mediante o movimento analítico das falas e das interpretações produzidas ao longo desta escrita.

Tecemos argumentos sobre o conjunto de obstáculos enfrentados pelas mulheres pesquisadas e sua relação com as condições de melhoria de vida vinculada aos Programas Sociais circunscritos que, ao serem destinados aos pobres, associam a transferência de recursos monetários à formação continuada de seus usuários, perspectivando a garantia dos direitos básicos à população. Dentre as prioridades estabelecidas para participar do PBF, reafirmamos a arrecadação e a administração do recurso por mulheres, exercendo o papel principal de Responsável Familiar. No município de Teresina, verificamos que a maioria delas se coloca nessa função, conforme mostrou o resultado da pesquisa produzida no site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

A dinâmica contemporânea do cotidiano das mulheres demonstra que suas vidas não se reduzem somente aos afazeres domésticos e aos cuidados com os filhos e com as filhas. Ao contrário, vem sendo marcada por um percurso de rompimento das relações de subordinação aos seus respectivos companheiros, do exercício de um esforço constante para a aquisição de um trabalho remunerado, assim como de reivindicações para participar ativamente do poder das instâncias administrativas e políticas da cidade, redesenhando uma nova história com menos opressão e mais justiça social.

Utilizamos as informações encontradas no site do MDS para construir o gráfico 2, que apresenta a sistematização do número de famílias participantes do PBF no Brasil, no Piauí e em Teresina, elaborado com base nos gastos empreendidos na folha de pagamento do mês de agosto de 2015.

Gráfico 2 - Famílias beneficiárias do PBF.

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Conforme explicita o gráfico 2, o governo brasileiro investiu em agosto de 2015, nas 13.797.102 famílias beneficiárias do PBF no país, o valor de R\$ 2.295.059.989,00 (dois bilhões, duzentos e noventa e cinco milhões, cinquenta e nove mil, novecentos e oitenta e nove reais). No estado do Piauí, para as 444.583 famílias atendidas, os investimentos constituem da ordem dos R\$ 83.456.127,00 (oitenta e três milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil e cento e vinte e sete reais). Os gastos na capital com as 62.913 famílias participantes importam da ordem dos R\$ 10.251.607,00 (dez milhões, duzentos e cinquenta e um mil e seiscentos e sete reais).

Registramos que dessa forma, em Teresina, das 62.913 famílias beneficiárias, 60.661 são chefiadas por mulheres, deixando claro, pelo menos simbolicamente, que os recursos recebidos são administrados e gastos por elas. Isso demonstra a taxa expressiva de mulheres chefes de famílias na capital, traduzido no percentual de 96,4%.

Nesse sentido, Silva (2008) assevera que as famílias têm liberdade na aplicação do dinheiro recebido e podem permanecer no Programa, enquanto houver a manutenção dos critérios de elegibilidade e cumpram as condições indicadas.

Para contextualizar a análise da pobreza no Brasil, não podemos deixar de mencionar Melo (2005), quem primeiro discutiu a pobreza associada ao enfoque de gênero, fomentada pelos dados divulgados pela PNAD do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2001. Sua pesquisa objetivava avaliar os indicadores de pobreza no Brasil, tendo como foco o sexo feminino. Os resultados encontrados no estudo expressam que a questão

racial representa um agravante maior, pois a pobreza brasileira tem um rosto “feminino e negro”.

Ampliando a discussão, como reforça Pearce (1978), a realidade da mulher pobre, também pode se agravar no momento em que esta passa a não ter mais marido ou companheiro morando no mesmo domicílio, dessa forma, ela mesma se responsabiliza sozinha pelo sustento da família, evidenciando-se com isto o alargamento da pobreza em relação ao sexo feminino.

O fato é que o índice de pobreza nas mulheres negras brasileiras é maior se comparado às mulheres de outras etnias, resultado de um contexto histórico decorrente de questões como classe social e grau de escolaridade. Para Souza (2014), de 10 casas que recebem o benefício do Bolsa Família, sete são chefiadas por negros, conforme o estudo intitulado “Retrato das desigualdades de gênero e raça” (IPEA). Sob o mesmo ponto de vista, o perfil dos domicílios das favelas brasileiras também reflete o abismo social que ainda persiste entre brancos e negros no Brasil, uma vez que, em dois terços das casas presentes nestas regiões, a chefia familiar fica restrita a homens ou mulheres negros (as).

Muitas lutas e discussões sobre essas barreiras necessitam, de fato, avançar, evidenciando-se a emergente expectativa de igualdade e de oportunidades que incluam também os negros de um modo geral, porque é fato considerável o número de negros que estão à margem da sociedade, quase sempre ocupando as posições menos qualificadas. É nessa condição marginalizada de inferioridade que o abismo social polarizado entre brancas e negras revela em seus indicadores que:

Os únicos espaços em que a mulher negra não é minoria são aqueles onde predominam os serviços domésticos e subalternos – como nos tempos da escravidão –, tanto na sociedade como nas mídias, nas novelas, os papéis a elas oferecidos são quase sempre os de serviçais; nas campanhas publicitárias, fazem propaganda de produtos de limpeza ou aparecem ao fundo, enquanto isso, em primeiro plano aparecem algumas pessoas brancas, representando uma família feliz (ARAÚJO, 2015, p. 1).

É interessante mencionar que as opiniões de Melo (2005) e Pearce (1978), citadas anteriormente, remetem à feminização da pobreza nas mulheres, uma realidade decerto que se harmoniza com os efeitos da pesquisa produzida a partir do site do MDS, quando o perfil caracterizado revelou que mais de 96% das famílias teresinenses participantes do PBF, atualmente, são chefiadas por mulheres. Todavia, um fato interessante é que o desenho da investigação empírica evidenciou um forte traço de oposição a esse aspecto, revelando uma particularidade importante, das seis entrevistadas do bairro Santo Antônio apenas uma se

considera chefe de família, ainda que parcialmente, pois junto com o marido ocupa esse papel, ao esclarecer “*ter ele maior autoridade*” em relação ao poder das decisões que afetam a família.

Assim, os achados da pesquisa revelam que no bairro estudado os homens são na maioria os chefes de família, dado este que difere dos encontrados na capital Teresina, através do site do MDS, quando concluímos em significativa maioria, que as mulheres é que são as responsáveis familiares.

Diane Pearce (1978) introduziu o conceito de feminização da pobreza tendo como foco analítico dois elementos importantes: as fontes de renda e as consequências das políticas públicas de redução da pobreza. Essa autora categoriza as fontes de renda em: salarial; transferência privada (pensão alimentícia); e transferência pública, que pode ser aquela recebida pelas mulheres em situação de licença ou aposentadoria, caso tenham direito à seguridade social e aquela recebida por mulheres pobres beneficiadas por programas de redução da pobreza, que fazem parte das políticas públicas do Estado.

De acordo com o Artigo 194 da Constituição Federal brasileira, “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (EC no 20/98)” (BRASIL, 1988, p.115). Essa questão retrata um grande avanço na área da proteção social, porém o que nos inquieta é que esse avanço, na prática, até o momento não beneficiou de forma igualitária todos os brasileiros.

A seguir, apresentamos por meio da terceira categoria analítica, a melhoria da qualidade de vida das interlocutoras expressas nos seus excertos de falas, associados à luz do marco teórico adotado.

4.1 Categoria 3: Melhoria na Qualidade de Vida

Nos últimos tempos, é frequente a discussão a acerca da expressão “qualidade de vida”, que, a princípio, nos remete a julgar determinadas ações ou atitudes que tenham como finalidade a busca pelo melhor para si. De forma recorrente, ouvimos das partícipes durante o estudo empírico, que “*o Bolsa Família melhorou minha qualidade de vida*”, justificando com esta frase as conquistas por elas alcançadas, a partir da liberdade na aplicação do dinheiro recebido. Mas, de onde vem a expressão “qualidade de vida”?

De acordo com Bodstein (1997), definir essa expressão é uma tarefa difícil, porque

cada um de nós, de forma bem particular, tem a impressão de que já *sabe* o que ela quer dizer, ou quando não, *sente* o que ela exprime. Isto se deve, provavelmente, ao fato de tratar-se de um conceito que remonta à Antiguidade e de ter sofrido, ao longo da História, várias transformações em seu sentido.

De forma a contribuir com a discussão, Bueno (1992) conceitua a expressão qualidade de vida como “aquilo que caracteriza uma coisa”, ou seja, que adjetiva, possibilita a designação de uma determinada particularidade. Assim, a busca pela melhoria da qualidade de vida faz parte das procuras incessantes de todos nós, decerto uma das características principais dos seres humanos é a necessidade constante de querer viver bem, vislumbrando novas perspectivas que influenciem o progresso do cotidiano, tentando superar ou mesmo enfrentar as adversidades encontradas no caminho, como também a procura pela conquista do que é melhor para cada um, para um grupo, para um segmento social.

Nesse sentido, questões muito privadas estão inegavelmente imbricadas ao adjetivo “qualidade”. A esse modelo, recorreremos novamente a Bodstein (1997), justificando que na *polis* da Grécia Antiga, o bem-estar humano não dependia somente de descobertas naturais e de artefatos técnicos, mas estava fortemente vinculado à participação na vida pública, espaço de liberdade e de igualdade entre os que eram designados cidadãos, isto é, para aqueles que participavam da dimensão social e política, claramente expressa, sobretudo nas cidades-estados. Assim, “[...] participar da vida pública adquiria nesse contexto um sentido preciso: uma realização, uma conquista e, portanto, uma ação que se projetava para além das necessidades biológicas do homem” (BODSTEIN, 1997, p.186).

Enfim, somados a esses aspectos, percebemos ser a boa qualidade de vida uma condição particular, apreendida de determinada forma para cada pessoa, vinculada aos aspectos históricos e sociais, uma vez que o ser humano, por certo, vai se constituindo através da cultura e da socialização. Com base nessas considerações, a seguir apresentamos as subcategorias construídas e analisadas nesta pesquisa.

4.1.1 Rompimento das relações de subordinação pelo PBF

Em relação às expectativas de aceleração da participação social das mulheres na esfera pública, Bruschini (1985) traz uma contribuição importante, informando que para a Organização das Nações Unidas (ONU), o ano internacional da mulher foi em 1975, momento em que uma análise da condição feminina foi realizada no México, envolvendo diversos

países.

Visando superar a desigualdade e a inferioridade comprovada no encontro, foi instituída a década da mulher (1975-1985) para enfrentar e superar, de modo geral, os entraves que limitam a contribuição e a plena cidadania feminina, em todas as esferas da vida.

Com essa perspectiva, ilustramos nos seguintes excertos de fala das interlocutoras a maneira como o dinheiro recebido, via Bolsa Família, possibilitou-as fazer algumas escolhas que influenciaram positivamente na melhoria da qualidade de vida:

Minha vida melhorou depois do PBF, porque eu já fiz até uma reforma na minha casa. Assim, eu fui recebendo o dinheiro de vários meses e economizando, não mexia nele de jeito nenhum. Antes, eu não podia comprar de uma vez só o material de construção, porque sem dinheiro não dar nem pra fazer planos, eu comprava meio saco de cimento, meia carrada de areia pra fazer um rebouco, a luta era pior. Mas eu posso contar também com meu irmão pra essas coisas. É pouco o que eu recebo, 182,00, mas serve é muito graças a Deus (ACÁCIA, 28, 2015).

Olha, o PBF melhorou em parte minha qualidade de vida, pois eu só recebo 79,00, mas serve. Com esse dinheiro todo mês já é certo, pago os dois talões: água e luz. Então, esse aí eu já não tiro da renda. Este mês não deu pra pagar o talão todo, porque agora já veio o talão de cem reais (DÁLIA VERMELHA, 34, 2015).

Em face das dificuldades de sobrevivência, as interlocutoras relatam utilizar seus benefícios para a melhoria do espaço físico da casa e também para quitar despesas com os talões de água e luz.

Percebemos que ambas recebem valores diferentes. Por que isto ocorre?

Os motivos para as diferenças existentes entre os valores das transferências de renda destinadas às famílias beneficiárias justifica-se, porque uma determinada família difere da outra na sua composição familiar, na idade dos membros, ou seja, há que se observar as peculiaridades existentes em seu cotidiano.

Conforme mencionado, o Programa Bolsa Família (criado em outubro de 2003, por meio da Lei Nº 10.836, de janeiro de 2004, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) compreende um programa com condicionalidades que visa beneficiar as famílias pobres e as extremamente-pobres, entre os que têm renda de R\$ 154,00 e R\$ 77,00, critérios principais de inclusão à renda familiar *per capita* mensal. Em junho de 2016 estes valores sofreram reajustes, conforme apresentamos no Quadro 8 a seguir.

O Programa Bolsa Família identifica dois tipos de benefícios: o básico, como Benefício da Família (BFA) e os variáveis, correspondendo ao Benefício Variável Jovem (BVJ) destinados às situações peculiares dos membros jovens. Há também as variáveis referentes à gestante e ao nutriz; além disso, ressaltamos a variável básica destinada

exclusivamente às famílias beneficiárias deste programa, a título de complementação do valor já concedido, para fins de superação da extrema pobreza (XIMENES; AGATTE, 2011).

Desse modo, construímos o Quadro 8, a fim de mostrar de forma melhor detalhada os valores disponibilizados para as famílias que se encontram na linha de pobreza e de extrema pobreza, assim como os vários tipos de benefícios que compõem o PBF de acordo com a situação socioeconômica, número de membros das famílias e as idades dos participantes. A soma dos benefícios apresentados é que vai gerar o valor total recebido pelas famílias.

Quadro 8: Variáveis do Programa Bolsa Família

	Até maio de 2016	A partir de junho de 2016
Linha de Extrema Pobreza (renda familiar mensal per capita)	77,00	82,00
Linha da Pobreza (renda familiar mensal per capita)	154,00	164,00
Benefício Básico (1 benefício por família, exclusivo para aquelas que estão na Linha de Extrema Pobreza)	77,00	82,00
Benefícios Variáveis: (até 5 por família) Para Crianças e Adolescentes: de 0 a 15 anos; Gestantes; Nutrizes;	35,00	38,00
Benefício Variável	42,00	45,00

Adolescente (até 2 por família) Para Adolescentes de 16 a 17 anos		
--	--	--

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

O critério da renda resultou no estabelecimento de padrões de acesso e no mecanismo da focalização, utilizados como forma de priorizar os marginalizados e garantir a inclusão destes nas políticas públicas (BRASIL, 2010). O PBF tem, portanto, um significado complexo, por representar uma medida positiva de superação, ou, pelo menos, de certo alívio da situação de pobreza de seus beneficiários, uma vez que nesse âmbito do combate à pobreza no Brasil, este programa tem sido um dos destaques pelo seu contributo no processo de inclusão social das comunidades locais.

Os relatos das entrevistadas revelam que os recursos provenientes do PBF corroboram com seus objetivos e assumem importante papel na vida de cada uma, na medida em que favorecem a superação da extrema pobreza. Ressalta-se, ainda, que foi observado no decorrer da presente pesquisa que o uso do provimento utilizado para quitar despesas com água e energia e melhorias habitacionais, constitui importante indício de autonomia e de melhoria da autoestima das famílias. Portanto, verificamos que o programa é capaz de atender a uma variedade de demandas e não somente àquelas que se referem às condicionalidades inerentes a ele próprio, mais também quanto ao acesso às políticas sociais dos segmentos da saúde, assistência social e educação.

No caso de Acácia, optar por empreender o dinheiro recebido na reforma da casa, pressupõe que viver em um lugar mais adequado e mais agradável faz parte das prioridades da mulher, mãe de família; evidencia também a labuta vivida e sofrida pelos mais pobres, exemplo da demora em fazer uma melhoria na casa. Outra dimensão ressaltada pela mesma mulher é a generosidade do seu irmão, o que reafirma os laços de solidariedade na família em prol do bem estar coletivo.

Não obstante a esses benefícios, a representação da casa revela-se contraditória, conforme Oliveira (2007, p.70):

Um elemento constituinte da identidade e referência para a cidadania. Também pode significar: refúgio, conforto, acolhimento, muito trabalho, prazer e desprazer, insegurança, aprendizagens, silêncio, construção de sonhos e mudanças. Todavia, o espaço da casa, tradicionalmente configurado por uma família patriarcal, é onde se

perpetuam também as relações de subordinação e poder, através da reprodução dos papéis de gênero fundamentados numa educação sexista, onde as meninas normalmente seguem o modelo de submissão semelhante ao da mãe.

Neste contexto, entendemos que a casa não se resume apenas a um espaço qualquer, mas a um lugar cheio de subjetividades, de valores, de sentido histórico-social, onde realizamos necessidades básicas como se alimentar, dormir, descansar o corpo, fortalecer os vínculos com os membros familiares, independente dos laços consanguíneos. A casa é também um lugar onde afloram muitos conflitos pessoais e interpessoais; um lugar de aprendizagens diversas que nos possibilitam enfrentar as frustrações da convivência social e diária, junto às pessoas com as quais convivemos, através da administração do nosso modo de ser, de pensar e de agir.

Ademais, observamos a seguir, através das falas de Girassol e Anêmona, que o dinheiro recebido via PBF, aponta para a possibilidade de uma alimentação adequada aos filhos, bem como para a compra de material escolar e roupas. Vejamos:

O dinheiro do PBF melhorou minha vida, com os 112,00 que eu recebo, dá pra comprar coisas para meu filho, compro também material escolar, roupa, brinquedo, calçado e principalmente, alimentação. Sabendo programar dá certinho (GIRASSOL, 35, 2015).

Mulher, assim... por exemplo, eu recebo 300,00 do Programa Bolsa Família, eu utilizo pra comprar caderno, lápis, farda, calçado pra eles, né? Melhorou em parte minha qualidade de vida. Eu compro também borracha, as coisa da escola, e assim, uma roupa pra meus filhos vestir, entendeu? Posso ir numa loja, faço uma prestação. Daí todo mês eu pago. Mas para a alimentação ele é fundamental, comprar merenda, uma fruta, verdura. Quando eu recebo, faço a festa. Eu não gasto com besteira, sou uma pessoa que aprendi a economizar as coisas, a dividir tudo no seu lugar e no seu tempo (ANÊMONA, 56, 2015).

Ao analisar as narrativas, percebemos de forma marcante que o programa em questão influenciou na melhoria da qualidade de vida das entrevistadas, mesmo que seja “essa melhoria” de forma parcial, porque o benefício recebido complementa alguma renda familiar auxiliando ou subsidiando outro rendimento maior, que é proveniente de fontes salariais de algum membro da família, repercutindo de forma positiva no orçamento. Para uma noção mais exata, das seis entrevistadas todas elas conjugam o dinheiro do PBF a outro rendimento, que é derivado de trabalho assalariado de algum ente da família, com ou sem registro em carteira profissional.

Tudo isso pode comprovar o que Bronzo (2008) assegura ser o PBF, um elemento positivo para melhorar a vida dos beneficiários, porque traz efeitos no reordenamento do

espaço doméstico, na melhoria da autoestima, no empoderamento e no acesso feminino ao espaço público (como a participação em conselhos comunitários e escolares), possibilitando às mulheres algum poder de barganha, certa capacidade de fazer escolhas e maior poder de decisão sobre o uso do dinheiro.

Uma característica marcante que nos chamou atenção nas falas mencionadas, foi a autonomia e a capacidade organizacional de planejar os gastos com o dinheiro do PBF, pressupondo que economizar e programar o uso do dinheiro é a “chave” para a manutenção de despesas que são essenciais à sobrevivência da família. Podemos inferir, ainda, que a boa capacidade de gestão se concretiza à medida que, determinadas famílias, aos poucos, vão manuseando o dinheiro de forma objetiva e fazendo planos que serão executados a curto ou a longo prazo.

Todavia, ainda retomando o posicionando desta autora, constatamos ambivalência nos seus modos de pensar, pois à medida que afirma que o PBF pode proporcionar a melhoria da qualidade de vida, também alerta sobre a existência dos questionamentos que existem em relação às transferências de renda, que poderiam perpetuar papéis de submissão de gênero, uma vez que a provisão de renda às famílias faria com que as mães se retirassem do mercado de trabalho e se dedicassem, exclusivamente, aos cuidados com os filhos, gerando um efeito contrário no alcance da ascensão feminina a novas representações sociais.

4.1.2 Retorno educacional pelo PRONATEC, vida e moradia urbana

A relação professor-aluno é marcada pela mobilização de saberes construídos por ambas as partes, porque, nesse jogo de relações, a aprendizagem permeia reciprocamente entre os envolvidos de um jeito único, singular, promovendo mudanças que repercutem tanto no âmbito pessoal quanto no profissional.

Nas falas das entrevistadas percebemos, de forma recorrente, o sentimento de entusiasmo resultante da participação nos cursos, da ampliação da aprendizagem, além da possibilidade de poder desfrutar de um ambiente externo ao convívio diário. Os conhecimentos adquiridos durante os cursos realizados, foram capazes de provocar mudanças em seus modos de viver, valorizando a importância de se aperfeiçoar, de intensificar a formação continuada e de adquirir um diploma, bem como de trabalhar, mesmo que seja aplicando os conhecimentos adquiridos dentro da própria casa, no seio da família, como evidenciam os relatos que seguem:

Promotora de vendas foi o curso que eu fiz no ano de 2014, que faz parte também do Bolsa Família, sabe? Uma coisa que eu tinha vontade era de saber conversar melhor, de ficar mais educada, aprendi muitas coisas, até a me relacionar melhor com o povo. Voltar para a escola foi uma coisa muito boa que me aconteceu.. Eu tô fazendo agora esse de cabeleireira, mas só tão ensinando a gente corte masculino e feminino. Pensei que ia ser um curso completo, mas já é alguma coisa né, aprender a cortar? Pelo menos corto o cabelo dos meus filhos, assim, não preciso mais pagar pros outros. Imaginava que não tinha paciência para estudar e fiquei surpresa com o que aprendi. (COROA IMPERIAL, 37, 2015).

Fiz o de operador de computador e com ele, ganhei mais conhecimento. Eu fiz em 2014 lá no SENAI. No ano passado não passei no ENEM porque zerei a redação, fugi do tema. Esse ano com fé em Deus vai dar certo pra mim. Eu sou muito ativa aqui no CRAS, participo de tudo aqui. Quando tem essas coisas eu faço, pois pra mim só em eu tá estudando, em contato com outras pessoas já me deixa satisfeita (DÁLIA VERMELHA, 34, 2015).

A possibilidade de formação continuada, dentre outros aspectos, promove uma aproximação entre o aluno e a escola, além de modificar as relações interpessoais, favorecendo a elevação da auto estima, ao reconhecer em si própria a capacidade de ter paciência para estudar e o quanto isto causou espanto e admiração! Foi o que ocorreu com Coroa Imperial. Para ela, “*o curso do PRONATEC faz parte do Bolsa Família*”. Constatamos um equívoco nesta fala, e ao mesmo tempo percebemos as fragilidades quanto às credenciais escolares, pois esta interlocutora demonstrou não conhecer as peculiaridades dos programas sociais em discussão.

Reafirmamos que o PRONATEC visa à educação profissional e tecnológica aos jovens e trabalhadores, tornando-se estratégia para processos de inclusão social. Enquanto isso, o PBF é o único programa de transferência de renda da Assistência Social, que é concedido aos pobres e extremamente pobres, objetivando o combate à subalimentação e ao pauperismo.

Segundo Brasil (2015), 63% dos matriculados no PRONATEC estavam inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais, dos quais mais da metade eram beneficiários do Programa Bolsa Família, aspecto que pode ter influenciado o entendimento da Coaroa Imperial de que um programa faz parte do outro, mas, de fato, não faz, logo a diferença está na possibilidade do usuário do PBF ter prioridade na aquisição das vagas do PRONATEC.

Observamos na fala de Dália Vermelha, que experiências como voltar à sala de aula e apreender novos saberes, implicam na alteração da rotina da interlocutora, evidenciando o quanto a ação de aprender é complexa e favorece a articulação de aspectos como motivação, reflexão, teoria e prática. Esses saberes podem ser classificados como conhecimentos específicos da formação profissional no que diz respeito às disciplinas, ao currículo e às

experiências, conforme define Tardif (2000). Para este autor, é nesse processo de ressignificação, que os saberes construídos entusiasma a vida das pessoas, provocando um efeito de mudança.

Recorrendo outra vez a opinião da Coroa Imperial, percebemos que, dentre outros benefícios mencionados, o curso do PRONATEC também lhe possibilitou a saída da rotina, oportunizando o contato com um momento de lazer em ambiente externo ao seu bairro:

Voltar para a sala de aula foi muito importante pra mim, porque além de ter me dado a oportunidade de conhecer bons professores, me deu também o prazer de ir no shopping pela segunda vez, pra gente ver na prática como funciona uma empresa. A primeira vez que eu fui passear lá, levei meu filho Thierry. No tempo do curso a gente saiu daqui duas horas da tarde e chegamos de volta aqui no bairro, às cinco horas. Demorou bem pouquinho lá. Risos! Fomos conhecer a loja do Paraíba, fazer uma visita e o gerente ensinou tudo sobre vendas, como faz pra vender, conquistar os clientes (COROA IMPERIAL, 37, 2015).

Pelas análises empreendidas, percebemos que o retorno à escola favoreceu a abertura para uma oportunidade de lazer, diferenciada das ocasiões que Coroa Imperial está acostumada a desfrutar, desvelando ao mesmo tempo a importância do passeio no shopping e a carência de momentos como este, ao afirmar ter ido ao shopping pela segunda vez. Esse aspecto torna claro que o universo simbólico das pessoas mais pobres e as ocasiões externas a elas são restritas e resumem-se, na maioria das vezes, à rotina da vida cotidiana. Nesse caso específico, revela o modo simples e restrito de viver, demonstrando ainda os reflexos das desigualdades sociais às quais estão submetidas à população pobre, pela negação dos direitos sociais.

De modo geral, qualquer deslocamento da maioria dos moradores do Bairro Santo Antônio para outras áreas territoriais da cidade, por menor que seja, necessita de uma antecedente programação, pois implica em gastos e, ao mesmo tempo, repercute na família como um amplo acontecimento que altera a rotina do cotidiano de seus membros. Lima (2003) define esses elementos de análise, como condições concretas para a sobrevivência familiar das pessoas pobres, que obedece a uma hierarquização para acontecer, girando primeiramente em torno das despesas necessárias e só depois em função dos outros desejos, como os momentos de lazer.

Dessa maneira, os moradores do bairro Santo Antônio não dispõem de variados meios de diversão na comunidade onde moram. Apesar de residirem na área urbana de Teresina, este fato retrata a aparente fronteira física que existe entre o mundo vivido e o mundo esperado por eles. Quase sempre os próprios moradores é que produzem seus momentos de lazer. A rotina

semanal é desfrutada com o descanso, em conversas com os vizinhos, visitas aos parentes, momentos estes considerados de renovação dos vínculos afetivos e também de fortalecimento dos laços de parentescos.

Nesta perspectiva, percebemos que a ideia de morar na cidade, traz a esperança de se equiparar aos demais indivíduos que nela habitam, de sonhar com o otimismo e a crença em um processo de ascensão social simbolizado pela ilusão de acreditar que o direito de existir e usufruir dos benefícios materiais e de acesso funciona em condições iguais para todos aqueles que residem na área urbana.

O crescimento desordenado da cidade de Teresina, com o avanço das vilas e favelas, trouxe para a população de baixa renda as expectativas de uma vida melhor, mais viável. Oliveira (1995, p. 91) traduz esse viés, ao dizer que “[...] as expectativas são tantas, que as pessoas se aventuram a vir para as grandes cidades, mesmo que isso ocorra em totais condições de vulnerabilidade social”.

Diante disso, as vulnerabilidades discutidas, expressam como a cidade reflete as incongruências e as instabilidades da estrutura urbana, traduzidas no seu alargamento e no empobrecimento da população, à medida que são negligenciadas as condições essenciais de sobrevivência para todos os seus habitantes indistintamente, como o acesso, aos serviços básicos de água, de energia, de infraestrutura ou a casa própria. É nesse tipo de espaço que as famílias pobres encontram e constroem suas subjetividades.

Reconhecendo a importância desse debate, novamente requisitamos as contribuições de Lima (2003, p. 40) ao evidenciar que:

São os olhares desesperançosos da população que nos fazem perceber as realidades sombrias, as identidades abaladas, que compõem o drama cotidiano de milhares de famílias brasileiras, que em busca de um lugar no mundo, elaborada a partir do seu modo de viver e de sentir parte da cidade, na maioria das vezes aceitam como naturais as suas expressões e desigualdades, ao conservar a pobreza nos subterrâneos da sociedade, amalgamando a trama urbana e tecendo as relações desordenadoras da vida social.

Nessa direção, estabelecemos um olhar atento e compreensivo para a dura realidade em que vivem, pois, na expectativa de conviver no meio urbano em busca de uma vida melhor, pessoas são concebidas como símbolo da miséria urbana e vistas pela ótica de preconceitos, sendo inclusive culpabilizadas pela desordem física, moral e social dos grandes centros urbanos. Confirmam Lima (2003) e Oliveira (1995), que os pobres trazem temores e preocupações, podendo ser vistos na condição de inimigos da sociedade, causando espanto às

classes dominantes, além de sofrerem as imagens da exclusão social.

Pelo exposto, concluímos este capítulo afirmando que seria de grande relevância se as autoridades políticas ampliassem suas preocupações de forma a contemplar a reformulação dos papéis públicos, tornando-os cada vez mais ativos e adequados, tanto à promoção do desenvolvimento econômico do país, como a manutenção do bem estar social dos indivíduos, articulando, assim, a demanda por trabalho e outras condições que estabeleçam a igualdade entre as pessoas, minimizando, questões que fortalecem a estratificação da sociedade brasileira.

REFLEXÕES FINAIS

Tomada de emoção é que chegamos ao início da última seção desta dissertação, um processo de escrita permeado por medo, angústias, inseguranças e descobertas, mas em maior escala balizou sem dúvida distintas lições de vida, nos constituindo uma nova pessoa, tanto na esfera pessoal, como acadêmica e profissional. Consciente que saímos do Mestrado diferente de quando entramos, é impossível mensurar os sentimentos de alegria e orgulho por ter resistido e chegado até aqui, conquistando a dádiva de continuar nosso percurso formativo, embora sabendo que é certo o seu inacabamento e a sua incompletude.

A epígrafe que inicia este capítulo retrata um pouco das nossas andanças no desenvolvimento da pesquisa. Nesse itinerário, visitamos diferentes obras literárias, propusemos encontros com as interlocutoras, verificamos limites e possibilidades de uma prática pautada na reflexão, sempre erguendo hipóteses. Inegavelmente, obtivemos alguns êxitos e também insucessos, ao tentar descortinar novos horizontes, assim sendo, não é possível calcular a medida exata que este processo formativo nos metamorfoseou, evoluindo nosso modo de pensar para a construção de saberes antes desconhecidos.

Ao propor este estudo, compomos um quadro teórico-empírico que contribuiu com a discussão do esboço de gênero para a sociedade, um campo de debate fértil e amplo, cuja importância vem colaborando para que homens e mulheres estejam abertos a experimentar profundas mudanças na vida cotidiana, questionando historicamente concepções ultrapassadas tanto da consciência, quanto da ação política.

Esses debates são originários da história de lutas e conquistas do movimento feminista contemporâneo, organizado a favor da visibilidade das mulheres e da igualdade de oportunidades entre o ser masculino e o ser feminino, revelando a resistência frente às desigualdades sexuais aprendidas, historicamente, com a prática do patriarcado. A autonomia feminina vem servindo de ferramenta analítica para rupturas nesse processo, marcado fortemente por opressão, desrespeito, preconceito, inferioridade e exclusão ao exercício do poder em instâncias decisórias, nas quais o bem estar humano redonda fragmentado.

O modelo patriarcal (ainda vigente) precisa ser visto como algo que necessita ser modificado numa escala maior, pois suas características de relações desiguais e hierárquicas, ameaçam a paz e a liberdade humana, provocando situações em que a figura do pai, na maioria das vezes, ainda se coloca como autoridade suprema, o detentor absoluto do poder econômico e da tomada de decisão em relação aos demais membros da família; a mãe fica restrita à responsabilidade pela manutenção da ordem doméstica, pela educação e cuidado

com os filhos e as filhas.

O primeiro modelo de relações entre as pessoas ocorre na família, instituição social básica que estrutura uma sociedade, no seu conjunto de valores, práticas, crenças e cultura. É nela que a espécie humana cultiva a sociabilidade nas mais variadas formas de viver. É na família que aprendemos o padrão “normal” sobre o que é comportamento de homem e de mulher. É através dessas vivências que a criança, o futuro adulto, vai formando a personalidade e assimilando o lugar de cada um no mundo, o que é aceito e o que não é. Assim, é que vamos construindo nossos valores.

A história recente da sociedade vem apontando as estratégias e os avanços do itinerário das lutas e das conquistas alcançadas pelas mulheres. O estudo de gênero é um grande desafio, porque engendra a superação das relações que corroboram com a estratificação da sociedade, na medida em que discute propostas de políticas de inclusão social que enfrentem as desigualdades, enquanto instrumento capaz de aguçar novos olhares sobre as vivências atuais, ao mesmo tempo fortalece a transformação de normas e práticas que assinalem a garantia do poder e da autonomia.

Indubitavelmente, com todos esses avanços mencionados ao longo do texto, somos testemunha de que ocorreram muitas mudanças positivas, entretanto, os resultados alcançados ainda não são suficientes para instituir a igualdade entre os sexos. Dessa forma, Araújo e Scalon (2005, p. 24) afirmam que:

Todas as análises longitudinais apontam para a existência de mudanças no grau (maior) de envolvimento de homens e (menor) de mulheres no trabalho doméstico, porém num ritmo bem lento e mediado por um conjunto de outros fatores que parecem exercer influência tão ou mais substancial sobre as chances de mudança. Embora o volume das atividades varie dependendo do país, é fato que permanece o padrão de divisão sexual do trabalho doméstico. Não se percebe, portanto, um processo de reorganização da vida nas suas dimensões pública e privada, que atenda à dinâmica predominante no período contemporâneo e, ao mesmo tempo, proporcione maior convivência e compartilhamento social.

Depreendemos que a pobreza, gerada pela ausência de ascensão educacional, política, social e econômica, colabora para a não participação da mulher no poder das decisões. Consequentemente, este aspecto representa um impedimento à promoção das relações de gênero.

Importaria muito para reverter as carências educacionais, sociais e políticas, a constituição de novas estruturas na pirâmide social pautadas em distintas relações de poder, em que os mais diversos segmentos sociais compreendessem que o homem obrigatoriamente

não deve se apresentar como o provedor chefe de família em tempo integral, e a mulher, com a conformidade ao lugar que lhe foi reservado, uma eterna dona de casa, papel que se concretiza no matrimônio tradicional.

Diante dessa realidade, Carvalho e Lima (2009) sublinham que a masculinidade hegemônica não tem um caráter fixo igual em qualquer tempo ou lugar. É uma masculinidade que ocupa a posição hegemônica em um dado padrão de relações de gênero, sendo esta posição sempre contestável.

Foi por acreditarmos que seria possível desafiar esta hegemonia construída, e sempre contestável como afirmou as autoras mencionadas, que fizemos a opção pela escolha do objeto deste estudo. Dentre as nossas motivações, estava compreender o porquê de em pleno século XXI a realidade brasileira e piauiense nos revelar ainda mulheres impelidas pelo sofrimento e pela ignorância, expressas nos padrões de domesticidade das práticas tradicionais de divisão sexual no trabalho e na família, necessitando com emergência de serem alterados.

O estudo de gênero, a saber, é relevante porque trata de aferir a igualdade na sociedade moderna. A interlocutora Dália Vermelha, durante uma roda de conversa fez o seguinte registro: “*E eu ainda penso em ter meu curso superior, ainda*”. Dessa fala, depreendemos dimensões imprescindíveis à mudança, evidenciando o desejo de alcançar outro nível de formação e o anseio de que as coisas não podem ficar como estão.

Nesse sentido, frente ao avanço educacional desejado, emerge um dado oficial que nos preocupa: um ranking educacional envolvendo 36 países, lastimavelmente marca o Brasil numa condição de desvantagem, ocupando a 35ª posição, perdendo apenas para o México, que alagou o último lugar (FUENTES, 2016). Esse escopo revela os desafios necessários para a construção de uma política educacional integralmente efetiva, comprometida com o processo de formação e ensino, capaz de modificar as condições sociais dos seres humanos, possibilitando-lhes o domínio da própria capacidade de pensar para, a partir daí, transformar a realidade em que vivem.

Os encontros previamente planejados e a instituição de diálogos que foram se articulando ao tema desta pesquisa, buscaram tracejar os núcleos de sentido e abalizar as categorias e subcategorias de análises visando alcançar com rigor os resultados da análise de dados. A interação com os autores que discutem a temática contribuíram para esquematizar uma síntese que retratasse as comprovações do estudo.

Assim, as análises realizadas nos permitiram constatar um pequeno salto qualitativo na

oferta do PBF, a partir do ponto de vista de autores que discutem o assunto e também com base nos resultados alcançados na empiria. Tal realidade evidenciou-se na medida em que as falas das mulheres entrevistadas revelaram os impactos positivos, traduzidos no alívio do sofrimento das usuárias desse Programa em decorrência do valor financeiro recebido, que entre outras finalidades, auxilia o melhoramento das suas fontes de renda, ao contribuir com a diminuição da fome e com a redução da pobreza.

Não obstante ao exposto, temos consciência de que há muito ainda a ser discutido, pois os Programas de Transferência de Renda (PTR) não foram capazes, até agora, de abolir a pobreza de cidadãs e cidadãos brasileiras(os). Outro aspecto importante a mencionar é que a possibilidade de inclusão da população nos programas está condicionada à alíquota de cada município, dessa forma, limita-se à inserção de novas famílias que também necessitam do benefício, não sendo possível garantir o direito de participação a todos aqueles que se encontram no perfil socioeconômico exigido.

Em tese, dizemos que por um lado, aos PTR ergueu-se uma estrutura de caráter assistencial destinada aos não inseridos no mercado de trabalho e, por isto, são merecedores de “proteção”. Por outro lado, esse direito de “proteção” não é universalmente garantido, como já relatamos, pois não inclui toda a população pobre que está dentro de um recorte de renda exigido para o ingresso no programa; ademais, apontamos ainda, que mesmo àqueles que conseguem ser incluídos, não tem garantida a transformação da realidade em que estão inseridos, pois a transferência recebida via PBF constitui um valor muito baixo, insuficiente para promover a emancipação dos participantes. Isto nos leva a crer que a sua proposição pode estar mais vinculada às questões como: o controle e a administração da pobreza (elementos de manutenção da lógica capitalista), aspecto gerador de controle social aos pobres, do que à própria superação.

Sobre o PRONATEC, um importante achado do estudo pontua que este programa oportunizou as interlocutoras o retorno à sala de aula, a melhoria da autoestima, uma vez que possibilitou o contato com novos conhecimentos, gerando um conceito novo e positivo de si mesmas ao estarem aprendendo saberes antes desconhecidos. Além disso, a participação nos cursos abriu espaço para ampliar a sociabilidade de uma das participantes com outro ambiente da cidade de Teresina, externo ao bairro Santo Antônio. Percebemos, também, que esse programa causou a expectativa de inclusão no mercado de trabalho para o conjunto empírico, mas de fato não foi o que ocorreu, pois no momento da entrevista todas as participantes estavam desempregadas.

Por fim, realçamos que esta pesquisa registrou nossas reflexões sobre a vivência como pesquisadora, as transformações pessoais e profissionais alcançadas, que se materializam no encontro dos verbos contribuir e enriquecer: pois contribuímos tornando mais rico este estudo; ao mesmo tempo nos tornamos mais ricas em nossa experiência porque nos descortinamos para outra dimensão formativa de aprendizagem, ao conhecer, de fato, as propostas objetivadas pelos dois programas em questão e compreender a sua repercussão na vida da população de baixa renda beneficiária.

Nessa direção, sabendo da certeza do inacabamento de qualquer trabalho científico, ao apresentar verdades que contemplem um dado período, suscitamos as inseguranças desta escrita que repleta de hipóteses desafiadoras, mesmo assim nos possibilitou aprender, resistir, criar vínculos e participar do dia-a-dia de mulheres, que muito nos ensinaram a refletir numa dimensão mais crítica.

Em tese, é nosso desejo contribuir para a ampliação dos debates de gênero, porque acreditamos ser esta uma condição indispensável para a construção de um mundo onde as pessoas sejam mais conscientes.

A violência contra a mulher não é um fato atual, ao contrário, é tão antigo quanto à existência da humanidade, o que é novo e muito recente é a inquietação para superar esta aflição. Assim, esperamos que esta dissertação engendre a conquista de novos estudos, ao sinalizar horizontes distintos que tenham como convergência a igualdade, a paz e a valorização das pessoas, do modo singular ao geral, possibilitando o protagonismo nos espaços sociais, excepcionalmente nas escolas, no aprimoramento da ideia de que todo espaço público é um espaço de poder, capaz de transgredir as limitações aqui evidenciadas e estimular o rompimento do padrão excludente e regressivo cristalizado na fundamentação das normas socialmente consolidadas em estruturas específicas, como o caso do Bairro Santo Antônio.

REFERÊNCIAS

ABREU, Jânio Jorge Vieira. Família, escola e relações de gênero: aspectos históricos e conceituais. In: BONFIM, Maria do Carmo Alves et al. **Gênero e Diversidade na Escola**. Teresina: EDUFPI, 2011. p. 91- 137.

AFONSO, M. L.; ABADE, F. L. **Para reinventar as rodas**: rodas de conversa em direitos humanos. Belo Horizonte: RECIMAM, 2008.

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ALMEIDA, Vanessa Sievers de. **Educação em Hannah Arendt**: entre o mundo deserto e o amor ao mundo. São Paulo: Cortez, 2011.

ARAÚJO, Clarice Fortunato. **Por que as mulheres negras são minoria no mercado matrimonial**. São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra, 2015. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/por-que-as-mulheres-negras-sao-minoria-no-mercado-matrimonial/>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. (Orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 304.

ARENDRT, Hannah. **Elemente und Ursprünge totaler Herrschaft**: antisemitismus, imperialismos, totale herrschaft. Muncher: Piper, 2003.

AZERÊDO, Sandra. **Preconceito contra a “mulher”**: diferenças, poemas e corpos. São Paulo: Cortez, 2007.

AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura**. 5. ed. São Paulo, Melhoramentos; Brasília, 1976.

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Brasília: Líber Livro, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania e Democracia. **Lua Nova**, São

Paulo, n. 33, Ago. 1994.

BODSTEIN, R. C. A. A cidadania e modernidade: emergência da questão social na agenda pública. **Cadernos de Saúde Pública**, 7, v. 13, n. 2, p. 185-204, 1997.

BOMFIM, Maria do Carmo Alves do; GONÇALVES, Marli Clementino. O “ser feminina”, e “o ser masculino”: dimensões fundamentais da pessoa humana. In: BONFIM, Maria do Carmo Alves et al. **Gênero e Diversidade na Escola**. Teresina: EDUFPI, 2011. p. 139- 165.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Participant Objectivation. **The Journal of the Royal Anthropological Institute**, v. 9, n. 2, p.281-294, Jun. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações sobre a assistência estudantil para transporte e alimentação dos estudantes**. Brasília: FNDE, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004**. Brasília: MDS, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Guia para acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, Guias e Manuais**. Brasília: MDS, 2010.

_____. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pronatec: Brasil sem Miséria**. Brasília-DF, 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Relatórios de Informações Sociais**. Brasília: SAGI, 2015. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php>>. Acesso em: 10 set. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**,

Brasília, n. 24, 2005.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação. **Teresina: perfil dos bairros**. Teresina: SEMPLAM, 2015.

_____. Portal da Cidadania. Cidadania e Justiça. **Mulheres na política**: representação feminina no poder não acompanha emancipação observada em outras áreas da sociedade. Brasília: Portal Brasil, 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/mulheres-na-politica>>. Acesso em: 2 jan. 2016.

BRITO, Antônia Edna; SANTANA, Marttem Costa de. A roda de conversa na pesquisa em educação. In: CABRAL, Carmem Lucia de Oliveira; NASCIMENTO, Eliana Freire; MELO, Patricia Sara Lopes. (Orgs.). **As trajetórias de pesquisas em educação: perspectivas formativas do professor pesquisador**. –Teresina: EDUFPI, 2014.

BRONZO, Carla. **Vulnerabilidade, empoderamento e proteção social**. Reflexões a partir de experiências latino-americanas. In: XXXII Encontro da ANPAD, 32., 2008, Rio de Janeiro. Resumos... Rio de Janeiro: [s. n.], 2008. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-B967.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2015.

BRUSCHINI, Cristina. **Mulher e trabalho**: uma avaliação da década da mulher. São Paulo: Nobel:, 1985.

BUENO, F. S. **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: FAE, 1992.

BUSSEY, Janean Monroe. On the nature of research in education. **Research Intelligence**, n. 36, p. 16-18, 1990.

CANES, Michéle. **Donas de casa também podem ter aposentadoria**. Brasília: Agência Brasil, 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-04/donas-de-casa-tambem-podem-ter-aposentadoria>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

CARACCILO, Clivia. **Aumenta a pobreza das mulheres na América Latina**. [s.l.: s.n.], 2005. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/06/321435.shtml>>. Acesso em: 8 set. 2015.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (Orgs.). **A Produção do Viver**: ensaios de economia

feminista. São Paulo: SOF, 2003.

CARVALHO, Joari Aparecido Soares de. **Alguns aspectos da inserção de jovens no mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: USP, 2004. Disponível em: <<http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/146.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

CARVALHO, Luciene Ferreira Mendes; LIMA, Antônia Jesuíta. O Sistema de Proteção Brasileiro e a Política de Assistência Social. In: GUIMARÃES, Simone de Jesus; CONNELL, Robert. **Educação e realidade**. São Paulo: 2009, p. 183 - 206.

CARVALHO, M. C. B. A. A reemergência das solidariedades microterritoriais na formatação da política contemporânea. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 4, out./ dez. 1997.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Salvador: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim/Ufba), 2000.

CRUZ NETO, Otávio. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS- DIEESE. **A mulher chefe de domicílio e a inserção feminina no mercado de trabalho**. [s.l.:s.n.], 2004. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/ped/ped_estudos_especiais/mulher_chefe>. Acesso em: 21 Set. 2015.

DIAS, Magda Núcia Albuquerque; SILVA, Maria do Rosário de Fátima. O Programa Bolsa Família no Município de Bacabal-MA: avaliação do processo de implementação com o foco nas condicionalidades. In: GUIMARÃES, Simone de Jesus; FERREIRA, Maria D'Alva Macedo (Org.). **Cadernos de Políticas Públicas: Estado e Sociedade**. Teresina: EDUFPI, 2009. p. 65-76.

DUVERGER, Maurice. **Ciência política: teoria e método**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, Daniela. **Desemprego de jovens no Brasil deve superar média mundial, diz OIT**. São Paulo: BBC Brasil, 2015. Disponível em: <

http://www.bbc.com/portuguese/institucional/2011/06/000001_sobreabbc>. Acesso em: 26 jan. 2015.

FERREIRA Maria D'Alva Macedo; GUIMARÃES, Simone de Jesus (Orgs.). **Avaliação do plano territorial de qualificação**: PLANTEQ/PI- 2004. Teresina: EDUFPI, 2007.

FERREIRA, Maria D'Alva Macedo (Org.). **Cadernos de Políticas Públicas**: Estado e Sociedade. Teresina: EDUFPI, 2009. p. 51-63.

FERREIRA, Maria D'Alva Macedo. A Realidade Brasileira e Piauiense dos jovens na relação com o trabalho. In: LIMA, Solimar Oliveira; BARROS JUNIOR, Francisco de Oliveira; ARAÚJO, Valdenia Pinto de Sampaio (Orgs.). **Trabalho e Desigualdades**. Rio de Janeiro: Booklink, 2009. p. 39- 55.

FERRETI, Celso João. Empresários, Trabalhadores e Educadores. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José Luís (Orgs.). **Capitalismo, Trabalho e Educação**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2005. p. 97- 118.

FIGUEIREDO, Alessandra Aniceto Ferreira de; QUEIROZ, Tacinara Nogueira de. A utilização de rodas de conversa como metodologia que possibilita o diálogo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2014, Florianópolis. **Anais Eletrônicos...** Florianópolis, 2012. Disponível: <www.fazendogenero.ufsc.br/10/site/anaiscomplementares>. Acesso em: 15 fev. 2015.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2007.

FREITAS, H. M. R.; CUNHA, M. V. M., Jr.; MOSCAROLA, J. Aplicação de sistemas de software para auxílio na análise de conteúdo. **Revista de Administração da USP**, v.32, n.3, p. 97-109, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. 12 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um re (exame) das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo, Cortez, 1984.

FONSECA, Ana Maria Medeiros da. **Família e política de renda mínima**. São Paulo: Cortez, 2001.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli. Programas de Combate à Pobreza: “o poder das mulheres às avessas”. In: KOGA, Dirce; FÁVERO, Teresinha; MARSIGLIA, GIFFONI, Regina. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, SP: Cortez Editora, 2008. p. 49- 64.

FUENTES, André. **Gráficos, estatísticas e curiosidades nada lisonjeiros sobre o Brasil**. São Paulo: Abril, 2016. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/blog/impavido-colosso/em-ranking-da-educacao-com-36-paises-brasil-fica-em-penultimo/>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

GALVÃO, Cecília. Narrativas em Educação. **Ciência & Educação**, v. 11, n. 2, p. 327-345, 2005.

GENTILI, Pablo. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In. LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, Hstedbr, 2015. p. 45- 59.

GIL, Antônio Carlos. **Metodologia do Ensino Superior**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, M.G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 20-31, ago. 2004.

GÓIS, João Bosco Hora. et al. Avaliação do Benefício de Prestação Continuada: características sociais, proteção social e seus efeitos. In. _____. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 65-92.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla- São Paulo: EditoraWMF Martins Fontes, 2013.

HUBERMAN, A. Michael; MATTHEW, Milles B. **Analyse des données qualitatives**: recueil de nouvelles méthodes. Bruxeles: De Boeck Université, 1991.

HYMAN, Garuge S. et al. A prevenção primária da violência contra as mulheres. **Women's Health Issues**, n. 10, 2000, p. 288-293.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 4. ed. Rio de

Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

KUENZER, Acacia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José Luís (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2005. p. 77- 59.

KURZ, Robert. “**Não rentáveis, uni –vos**”. Alemanha: Carta Capital, 22 de outubro de 2003.

LEAL, L. N.; PARAGUASSÚ, L. P. **Para atingir meta de beneficiados, valor do Bolsa-Família caiu 19% 31 de julho de 2006**. [s.l.: s. n.], 2006. Disponível em: <<http://www.estado.com.br/editorias/2006/07/31/pol-1.93.11.20060731.2.1.xml>>. Acesso em: 12 set. 2014.

LEGENBRE, Renald. **Dictionnaire actuel de l'éducation**. 2. ed. Montreal: Guér, 1993.

LEON, Magdalena. "Empoderamiento: relaciones de las mujeres con el poder". **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 191-205, 1997.

LIMA, Antônia Jesuíta de. **As multifaces da pobreza**: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos. Teresina: Halley, 2003. 396 p.

LIMA, Antônia J. de. A constituição dos direitos do homem e sua dimensão simbólica: uma análise lefortiana. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, v. 18, n. 53, p. 46-66, 1997.

LOBO, Elisabeth S. Caminhos da sociologia no Brasil: modos de vida e experiência. **Tempo Social**. São Paulo, v.4, n. 1-2, p. 7-16, 1994.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MAGESTE, G.S.; MELO, M.C.O.L.; CKAGNAZAROFF, I.B. Empoderamento de Mulheres: uma proposta de análise para organizações. In: V ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 5.,2008, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas S.A., 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. São Paulo: Centauro,

2004.

MATOS, Maria. de F. A. Localização e caracterização da pobreza urbana na Grande Teresina. **Carta Cepro**. Teresina. v. 16, n. 1, p. 9-31, 1995.

MELO, Hildete Pereira de. **Gênero e pobreza no Brasil**. Brasília: Cepal, 2005.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos Sociais. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 3-1, 1997.

MENEGHEL, Stela Nazareth; FARINA, Olga; RAMÃO, Silvia Regina. Histórias de resistências das mulheres negras. **Estudos feministas**, Florianópolis, v.13, n.3, p. 567-583, Set./Dec. 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MOORE, C. **Nicaragua's Red de Protección Social: an exemplary but short-lived conditional cash transfer programme**. International Policy Centre for Inclusive Growth, UNDP Country Study number 1, 2009. Disponível em: <www.ipcundp.org/pub/IPCCountryStudy17.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2010.

MOREIRA, Herivelton; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MOREIRA, Nathalia Carvalho et al . Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro v. 46, n.2, p. 403-423, Mar./Abr. 2012.

MUCCHIELLI, Alex (Org.). **Dictionnaire des méthodes qualitatives en sciences humaines**. Paris: Armand Colin, 1996.

NASCIEMNTO, Guilherme Hermes Slva. **Informações do IBGE**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <lisiandyantas1@hotmail.com> em 7 dezembro 2015.

NEVES, Tatsch Neves; CABRAL, Ivone Evangelista. Empoderamento da mulher cuidadora

de crianças com necessidades especiais de saúde. **Texto Contexto Enferm**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 553- 560, Jul./Set. 2008.

NOBRE, Miriam. As mulheres e as políticas de combate à fome. **Folha Feminista**. São Paulo, n. 29, p. 3. Nov. 2002.

OLIVEIRA, Maria Lúcia Lopes de. **Transformações das Desigualdades de Gênero?** Narrativas da vida cotidiana e empoderamento de mulheres de Assentamentos do Cariri Paraibano. 2007. 169f. Dissertação (Mestrado em Educação) UFPB, João Pessoa, 2007.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. A questão do Estado: vulnerabilidade social e carência de direitos. **Cadernos ABONG**, São Paulo, v. 9, n. 8, p. 9-19, 1995.

PASSEGGI, Maria da Conceição; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; DELORY-MOMBERGER, Chistine. Reabrir o passado, inventar o devir: inenarrável condição biográfica do ser. In._____. **Dimensões epistemológicas e metodológicas da pesquisa (auto) biográfica**: tomo II. Natal: EDUFRN; Porto Alegre: EDIPUCRS; Salvador: EDUNEB, 2012. p. 29- 57.

PINEAU, Gaston. A tríplice aventura (auto) biográfica: a expressão, a socialização e a formação. In. ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; PASSEGGI, Maria da Conceição. **Dimensões epistemológicas e metodológicas da pesquisa (auto) biográfica**: tomo I. Natal: EDUFRN; Porto Alegre: EDIPUCRS; Salvador: EDUNEB, 2012. p. 29- 57.p. 139- 158.

PEARCE, Diane. **The feminization of poverty**: women, work and welfare. *Urban and Social Change Review*, 1978. p. 28-36.

POCHMANN, M. Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

POIRIER, Jean; VALLADON, Simone Clapier; RAYBAUT, Paul. **Histórias de vida**: teoria e prática. 2. ed. [s.l.]: Celta, 1999.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. 2015? O que é um loteamento? Porto Alegre: [s. n.], 2015?. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/pgm/default.php?reg=6&p_secao=29>. Acesso em: 10

jan. 2015.

RIBEIRO, Matilde. "Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing". **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 446-457, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16459/15033>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

RIBEIRO, Matilde. Feminismo em novas rotas e visões. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 272, set-dez, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v14n3/a12v14n3.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, Ruth; PIRES, Hindenburg da Silva. **Minidicionário da língua portuguesa**. São Paulo. Scipione, 2005.

ROCHE, Cris. **Avaliação de impacto de trabalhos de ONG**. São Paulo: Cortez/ Oxfam, 2000.

RODRIGUES, Almira. Participação política das mulheres é cada vez maior. **Revista Mátria: a emancipação da mulher**. Brasília, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, Ana Célia Sousa. O espaço da "casa" como possibilidades de construção e reconstrução das relações de gênero In: BOMFIM, Maria do Carmo Alves do; BOAKARI, Francis Musa; ARAÚJO, João Evangelista das Neves. **Educação, Diversidades e Políticas de Inclusão**. Teresina: EDUFPI, 2013. p. 49- 61.

_____. **Relações de gênero e empoderamento de mulheres: uma experiência de Pesquisa-ação**. Teresina: EDUFPI, 2010.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SCHIAVO, Marcio Ruiz; MOREIRA, E. L. N. **Glossário Social**. Rio de Janeiro: Comunicarte, 2005.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. (Org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo, Ed. UNESP, 1992. p. 63- 95.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Mulher e realidade: mulher e educação**. Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul/dez . , 1990.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Sob as asas do desejo: filosofia e paixão em cumplicidade na arqueogenealogia. In:_____. **A filosofia contemporânea no Brasil: conhecimento, política e educação**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 196- 226.

SIGNIFICADOS. [s.l.:s.n.], 2016. Disponível em: <<https://www.significadosbr.com.br/sobre>>. Acesso em: 7 abr. 2016.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Bolsa Família: apresentando e problematizando sua proposta. In:_____. **O Bolsa Família no Enfrentamento à pobreza no Maranhão e Piauí**. São Paulo: Cortez; Teresina: Editora Gráfica da UFPI, 2008. p. 23-55.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; LIMA, Valeria Ferreira Santos de Almada. **Avaliando o bolsa família: unificação, focalização e impactos**. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, Beatriz. **8 dados que mostram o abismo social entre negros e brancos**. São Paulo: Abril, 2014. Disponível em: < <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/8-dados-que-mostram-o-abismo-social-entre-negros-e-brancos>>. Acesso em: 2 abr. 2016.

SOUZA, Elizeu Clementino de (Org.). **Autobiografias, história de vida e formação: pesquisa e ensino**. Salvador: EDUNEB, EDIPUCRS, 2006.

TARDIF, Michel. Saberes Profissionais dos professores e conhecimentos universitários. **Revista Brasileira de Educação**, n. 13, Jan/Fev/Mar/Abr., 2000.

TELLES, Vera da Silva. Pobreza, movimentos sociais e cultura política: notas sobre as difíceis relações entre pobreza, direitos e democracia. In: DINIZ, Eli (org.). **O Brasil no rastro da crise**. São Paulo: Hucitec, 1994.

TERESINA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal do Trabalho e da Assistência Social. **Censo de Vilas e favelas de Teresina**. Teresina: PMT, 1996.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

THIOLLENT, Michell. **Metodologia da pesquisa ação.** 18 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VALOURA, Leila de Castro. **Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo Empoderamento, em seu sentido transformado.** Belo Horizonte: UFMG, 2010?. Disponível em: <http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/Comportamento_organizacional/empowerment_por_paulo_freire.pdf>. Acesso em: 5 out. 2015.

VIEIRA, Isabela. **Equidade de gênero no mercado de trabalho vai demorar 80 anos, indica estudo.** Rio de Janeiro: Agência Brasil, 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-04/equidade-de-genero-nomercado-de-trabalho-vai-demorar-80-anos>>. Acesso em: 21 set. 2015.

XIMENES, Daniel de Aquino; AGATTE, Juliana Picoli. A gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família: uma experiência intersetorial e federativa. **Inc. Soc.**, Brasília, DF, v. 5 n. 1, p.11-19, jul./dez. 2011.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto; SILVA, Marina da Cruz. O Programa Bolsa Família em comparação com a experiência da Alemanha. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 84, dezembro/2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A- Carta de Encaminhamento ao Comitê de Ética em Pesquisa

Teresina, _____/_____/2014

Ilma Sra.

Prof.^a MSc^a Adrianna de Alencar Setubal Santos.

Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPI

Cara Prof.^a,

Estou enviando o projeto de pesquisa intitulado “O Programa Bolsa Família e o Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego em Teresina Piauí: Contribuem para a Autonomia de Mulheres do Bairro Santo Antônio?” para apreciação por este comitê.

Confirmando que todos os pesquisadores envolvidos nesta pesquisa realizaram a leitura e estão cientes do conteúdo da resolução 466/12 do CNS e das resoluções complementares à mesma (240/97, 251/97, 292/99 e 340/2004).

Ainda sobre esta pesquisa, confirmo que:

Até o presente não foi iniciada,

2- Que não há participação estrangeira,

3- Que comunicarei ao CEP-UFPI quaisquer eventos adversos ocorridos com o voluntário,

4- Que apresentarei relatório anual e final desta pesquisa ao CEP-UFPI,

5- Que retirarei por minha própria conta os pareceres e o certificado junto à secretaria do CEP-UFPI.

Atenciosamente,

Pesquisadora responsável:

Nome: Maria do Carmo Alves do Bomfim.

CPF: Nº 014.528.273-20.

Instituição: Universidade Federal do Piauí – UFPI/ Programa de Pós Graduação em Educação da UFPI- PPGED

Área: Centro de Ciências da Educação – CCE.

Departamento: Departamento de Fundamentos da Educação – DEFE.

APÊNDICE B - Autorização Institucional

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
 Coordenadoria Geral de Pesquisa – CGP
 Programa de Pós Graduação em Educação da UFPI-PPGED
 Campus Universitário Ministro Petrônio Portela – Bairro Ininga
 Pró Reitoria de Pesquisa- PROPESC
 Cep: 64049-550 – Teresina-PI – Brasil – Fone (86) 3237 –2332
 E-mail: cep.ufpi@ufpi.br

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, _____ RG:796.609/SSP- PI; CPF 347.418.606.53, Secretária de Assistência Social do município de Teresina, declaro, para os devidos fins, que a estudante Lisiany Dantas Lopes Teixeira RG: 1.763.763 / SSP- PI; CPF 811.374.003-15, sob orientação da Prof. Dr^a. Maria do Carmo Alves do Bomfim, RG: 70469 / SSP- PI; CPF 014.528.273-20, está autorizada a realizar a pesquisa intitulada “O Programa Bolsa Família e o Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego em Teresina Piauí: Contribuem para a Autonomia de Mulheres do Bairro Santo Antônio?

O objetivo primeiro da pesquisa é analisar as possibilidades de autonomia da mulher assistida pelos Programas Bolsa Família e PRONATEC na área de abrangência do Cras Sul III de Teresina. Os objetivos específicos são: Caracterizar o perfil das mulheres no contexto histórico, político e social do Bairro Santo Antônio de Teresina; Compreender as motivações que as impulsionaram a ingressar nos Programas Bolsa Família e PRONATEC; Identificar indícios de autonomia das mulheres pesquisadas ao participarem destes Programas.

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária a Autorização Institucional da representante legal da Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social (SEMTCAS), para a participação neste estudo.

Teresina, _____ de 2014.

Assinatura da pesquisadora responsável:

_____.

APÊNDICE C - Declarações das Pesquisadoras

Ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP
Universidade Federal do Piauí

Eu, Maria do Carmo Alves do Bomfim e Lisiany Dantas Lopes Teixeira, pesquisadoras responsáveis pela pesquisa intitulada “O Programa Bolsa Família e o Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego em Teresina Piauí: Contribuem para a Autonomia de Mulheres do Bairro Santo Antônio?” declaramos que:

Assumimos o compromisso de cumprir os Termos da Resolução nº 466/12, de 12 de Dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde e demais resoluções complementares à mesma (240/97, 251/97, 292/99 e 340/2004).

Admitimos o compromisso de zelar pela privacidade e pelo sigilo das informações, que serão obtidas e utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa;

Os materiais e as informações obtidas no desenvolvimento deste trabalho serão utilizados apenas para se atingir os objetivos previstos nesta pesquisa e não serão utilizados para outras pesquisas sem o devido consentimento das voluntárias;

Os materiais e os dados obtidos ao final da pesquisa serão arquivados sob a responsabilidade de Prof. Dr^a. Maria do Carmo Alves do Bomfim da área de Fundamentos Educação da UFPI; que também será responsável pelo descarte dos materiais e dados, caso os mesmos não sejam estocados ao final da pesquisa.

Não há qualquer acordo restritivo à divulgação pública dos resultados;

Os resultados da pesquisa serão tornados públicos através de publicações em periódicos científicos e/ou em encontros científicos, quer sejam favoráveis ou não, respeitando-se sempre a privacidade e os direitos individuais das sujeitas da pesquisa;

O CEP-UFPI será comunicado da suspensão ou do encerramento da pesquisa por meio de relatório apresentado anualmente ou na ocasião da suspensão ou do encerramento da pesquisa com a devida justificativa;

O CEP-UFPI será imediatamente comunicado se ocorrerem efeitos adversos resultantes desta pesquisa com as voluntárias;

Esta pesquisa ainda não foi total ou parcialmente realizada.

Teresina, _____ de _____ de 2014.

Pesquisadora responsável:

Maria do Carmo Alves do Bomfim. CPF nº 014.528.273-20

Demais pesquisadores:

Lisiany Dantas Lopes Teixeira CPF nº 811.374.003-1

APÊNDICE D - Instrumentos de Coleta de Dados

Título do projeto: “O Programa Bolsa Família e o Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego em Teresina Piauí: Contribuem para a Autonomia de Mulheres do Bairro Santo Antônio?”

Pesquisadora Responsável: Maria do Carmo Alves do Bomfim.

Instituição/Departamento: Universidade Federal do Piauí (UFPI) / Centro de Ciências em Educação (CCE) / Departamento de Fundamentos da Educação (DEFE) / Programa de Pós Graduação em Educação-PPGED.

Telefone para contato: (86) 8825-5604 / (86) 3215-5821 / (86) 3237-1214.

Os instrumentos básicos para a coleta de dados deste trabalho serão: a Entrevista Narrativa Semi-Estruturada e as Rodas de Conversa.

O propósito é analisar as possibilidades de autonomia da mulher assistida pelos Programas Bolsa Família e PRONATEC na área de abrangência do Cras Sul III de Teresina. Será elaborado um roteiro previamente estabelecido, para acompanharmos as rotinas das mulheres partícipes da pesquisa. Os encontros serão marcados com antecedência e de acordo com a disponibilidade das participantes. Também será necessário contar com o auxílio de um gravador para captar as falas das sujeitas. Em seguida, as falas serão transcritas para posterior análise. As técnicas de pesquisa utilizadas servirão para abordar os seguintes aspectos: Descrever os fatores que levaram as mulheres neste estudo a procurar inclusão no Programa Bolsa Família e no PRONATEC; Caracterizar a repercussão existente entre o Programa Bolsa Família, os cursos do PRONATEC e o “empoderamento” de mulheres egressas deste programa. .

Teresina, _____ de _____ de 2014.

Pesquisadora Responsável

Prof^a. Dr^a Maria do Carmo Alves do Bomfim

CPF n^o 014.528.273-20

APÊNDICE E - Termo de Confidencialidade

Título do projeto: “O Programa Bolsa Família e o Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego em Teresina Piauí: Contribuem para a Autonomia de Mulheres do Bairro Santo Antônio?”

Pesquisadora responsável: Prof. Dr.^a Maria do Carmo Alves do Bomfim.

Instituição/Departamento: Universidade Federal do Piauí – UFPI / Centro de Ciências da Educação – CCE / Departamento de Fundamentos da Educação – DEFE.

Telefone para contato: (86) 8825-5604 / (86) 9939-9873 / (86) 3215-5821 / (86) 3237-1214.

Local da coleta de dados: O campo da pesquisa será a área de abrangência do CRAS Sul III de Teresina, a Unidade de Assistência Social KM 7.

As pesquisadoras do presente projeto se comprometem em preservar a identidade dos sujeitos cujos dados serão coletados através do roteiro de entrevista narrativa semi-estruturada aplicadas às participantes da pesquisa e do diário de campo. As informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto e somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas nos arquivos do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero e Cidadania – NEPEGECEI, do Centro de Ciências da Educação – CCE da Universidade Federal do Piauí – UFPI, por um período de no mínimo cinco anos sob a responsabilidade da Prof. Dr.^a Maria do Carmo Alves do Bomfim. Após este período, os dados serão destruídos.

Teresina, _____ de 2014.

Pesquisadora responsável

Prof. Dr.^a Maria do Carmo Alves do Bomfim

CPF nº 014.528.273-20

APÊNDICE F - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título de Estudo: “O Programa Bolsa Família e o Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego em Teresina Piauí: Contribuem para a Autonomia de Mulheres do Bairro Santo Antônio?”

Pesquisadora responsável: Prof. Dr^a Maria do Carmo Alves Bonfim.

Instituição/Departamento: Universidade Federal do Piauí – UFPI / Centro de Ciências da Educação – CCE / Departamento de Fundamentos da Educação – DEFE.

Telefone para contato: (86) 8825-5604 / (86) 9939-9873 / (86) 3215-5821 / (86) 3237-1214

Local de coleta de dados: A pesquisa empírica ocorrerá no território de abrangência do Centro de Referência da Assistência Social- CRAS Sul III de Teresina, no Núcleo de Atenção Intergeracional KM 7, de acordo com a base territorial delimitada pela Prefeitura.

Prezada Senhora:

Você está sendo convidada a responder as perguntas contidas nos instrumentos desta pesquisa de forma totalmente **voluntária**. É muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. As pesquisadoras deverão responder todas as suas dúvidas antes de você se decidir a participar. Você tem direito de **desistir** de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito. **Objetivo do estudo:** Analisar as possibilidades de autonomia da mulher assistida pelos Programas Bolsa Família e PRONATEC na área de abrangência do CRAS Sul III de Teresina.

Procedimentos: Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder as questões propostas no roteiro de entrevista narrativa semi-estruturada, assim como participar das discussões nas rodas de conversas.

Benefícios: Esta pesquisa poderá contribuir para a mudança nas relações entre homens e mulheres, oportunizando uma nova reflexão que aponte para a efetivação de construções sociais distintas. A partir da oportunidade das mulheres conhecerem estratégias de autonomia, será possível evidenciar diferentes olhares sobre si mesmas e imaginários sociais que serão revelados por meio da linguagem e das mudanças comportamentais.

Riscos: A participação nas entrevistas e nas rodas de conversa poderá implicar em rememoração de vivências passadas causadoras de traumas psicológicos nessas mulheres. No entanto, caso ocorra, não implicará em grandes prejuízos, pois será encaminhada para acompanhamento psicológico.

Sigilo: As informações declaradas por você terão sua privacidade garantida pelas pesquisadoras responsáveis. As sujeitas da pesquisa não serão identificadas em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu

_____estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Local e data:

Assinatura:

N. identidade

Pesquisadora responsável:

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato:
Comitê de Ética em Pesquisa-UFPI-Campus Universitário Ministro Petrônio Portela-Bairro Ininga/ Centro de Convivência L09 e 10 – CEP: 64.049-550- Teresina-PI/ Tel. (86)3215-5734-email: cep.ufpi@ufpi.edu.br web: www.ufpi.br/cep-Campus Universitário.

APÊNDICE G - Cronograma de execução da pesquisa

1º CONTATO	19/12/2014
2º CONTATO	29/04/2015
ENTREVISTAS	13/05/2015
1ª RODA	20/05/2015
2ª RODA	27/05/2015
3ª RODA	10/06/2015
VISITA INSTITUCIONAL À SASC	09/06/2015 e 17/06/2015
VISITA INSTITUCIONAL À SEMTCAS	12/08/ 2015 e 25/ 08/ 2015
DEFESA DA DISSERTAÇÃO	12/ 07/ 2016
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA PESQUISA AO GRUPO IMPLICADO	04/08/2016

APÊNDICE H – 1º Roda de Conversa – Ponto de partida/mobilização

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS MINISTRO PETRONIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
TÍTULO DA PESQUISA: “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O PROGRAMA
NACIONAL DE ENSINO TÉCNICO E EMPREGO EM TERESINA PIAUÍ:
CONTRIBUEM PARA A AUTONOMIA DE MULHERES DO BAIRRO SANTO
ANTÔNIO?”**

OBJETIVOS:

- Conhecer a pesquisa e suas particularidades;
- Aderir, como voluntária, à participação na pesquisa.

PAUTA:

1. Acolhida: dinâmica “A Teia” para apresentação do grupo e da pesquisadora.
2. Exibição de vídeo: “Mulheres e Direitos”. Discussão, abordando as peculiaridades da história narrada, articulada às histórias de vida das mulheres.
3. Apresentação da pesquisa de forma sucinta e do cronograma de execução.
4. Fundamentação teórico-metodológica baseada no movimento socioeducativo das histórias de vida em formação e da pesquisa autobiográfica, conforme orientam: PASSEGGI, Maria da Conceição; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; DELORY- MOMBERGER, Chistine. Reabrir o passado, inventar o devir: inenarrável condição biográfica do ser. In._____. **Dimensões epistemológicas e metodológicas da pesquisa (auto) biográfica**: tomo II. Natal: EDUFRN; Porto Alegre: EDIPUCRS; Salvador: EDUNEB, 2012. p.29- 57. (2012).
FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
5. Convite ao grupo para participação e adesão a pesquisa.
6. Assinatura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido.
7. Avaliação da roda: apresentamos palavras chaves em targetas que retratem a realidade da pesquisa. Cada participante deverá se posicionar e relatar suas impressões. Tudo será gravado. Ao mesmo tempo, de forma complementar também passamos um instrumento contendo uma avaliação escrita para aquelas que desejarem preencher.

APÊNDICE I – Dinâmica da 1ª Roda de Conversa: a teia

Tempo de aplicação

30 minutos

Número de pessoas

06

Objetivos

Promover as apresentações do grupo, promovendo a construção de novos relacionamentos pessoais e autoconfiança.

Materiais

Um rolo de barbante.

Procedimento

1. Distribuir as participantes pela sala em círculo;
2. Pegar o rolo de barbante, amarrar a ponta em seu dedo indicador, apresentar-se ao grupo e pegar uma pergunta na “caixinha do conhecimento” para ler em voz alta e responder (Leia essa primeira pergunta em primeira pessoa “eu”);
3. Escolher uma pessoa e, avisando-a para segurar, arremesse cuidadosamente para ela o rolo de barbante. Não se esqueça de pegar novamente uma pergunta na “caixinha do conhecimento” antes de arremessar e ler para a pessoa que receberá o barbante responder;
4. Pedir, agora, para que dê uma volta com o barbante no dedo indicador e fazer o mesmo que o pesquisador, ou seja, que se apresente, responda a pergunta, escolha outra pessoa para arremessar o barbante, não se esquecendo de antes de arremessar, pegar uma nova pergunta na “caixinha do conhecimento” para ela responder;
5. Deverá arremessar o rolo para outra pessoa, mantendo o fio firme. O jogo prosseguirá nessa dinâmica, até que o ultimo jogador faça a sua apresentação.
6. A partir desse momento, pedir para que todas visualizem o emaranhado que o barbante provocou. Reforce que são vários os fios que tecem a rede simbólica, a teia emaranhada da experiência e das relações humanas e que todo o progresso humano no pensamento e na experiência aperfeiçoa e fortalece esta rede.

Sugestões de Perguntas:

Quais são seus sonhos? Quais são suas expectativas para esse grupo? O que mais gosta de fazer? O que menos gosta de fazer? Uma qualidade sua é... Um defeito seu é... Pretende chegar a ser... Qual seu time favorito? É casada (o)? Tem filhos? Qual seu hobbie?

APÊNDICE J - Avaliação da 1ª Roda de Conversa

O que motivou você a participar desta pesquisa?

Quais são suas expectativas para esse grupo?

Como você avalia a metodologia do encontro:

()Boa ()Regular ()Ruim

Sugestões:

Os temas discutidos contribuíram de alguma forma para reflexões sobre sua vida pessoal?

Ainda em relação à temática, em algum momento do encontro se sentiu desconfortável ou angustiada?

OBRIGADA POR SUA PARTICIPAÇÃO!!

APÊNDICE K – 2º Roda de Conversa – Elucidação

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS MINISTRO PETRONIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
TÍTULO DA PESQUISA: “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O PROGRAMA
NACIONAL DE ENSINO TÉCNICO E EMPREGO EM TERESINA PIAUÍ:
CONTRIBUEM PARA A AUTONOMIA DE MULHERES DO BAIRRO SANTO
ANTÔNIO?”

OBJETIVOS:

- Entender as técnicas de produção dos dados da pesquisa.
- Estimular, discutir os meios ou as soluções possíveis que conduzam às mulheres a projetar-se frente às mudanças de modo consciente e transformador.

PAUTA:

Acolhida: dinâmica “A troca de um segredo”.

Palestrante da Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres

Apresentar por meio de slides o que é uma entrevista semi-estruturada, suas características e sua importância para a pesquisa. Explicar como acontecerão os encontros individuais.

Fundamentação: AFONSO, M. L.; ABADE, F. L. **Para reinventar as rodas**: rodas de conversa em direitos humanos. Belo Horizonte: RECIMAM, 2008.

Discussão e elucidação de possíveis dúvidas que poderão surgir durante o encontro seguinte, que será a entrevista individual.

6. Avaliação da roda: Em que essa experiência vivenciada pode ajudar na sua auto-estima, na sua autonomia como mulher, como esposa, como cidadã e como participante do Programa Bolsa Família e egressa do PRONATEC? Neste momento também apresentamos uma avaliação escrita, com a finalidade de arrecadar mais informações quanto ao desvelamento desta pesquisa.

APÊNDICE L – Dinâmica da 2º Roda de Conversa: a troca de um segredo

Participantes: 06 pessoas.

Tempo Estimado: 30 minutos.

Objetivo: Trocar experiências; fortalecer relações interpessoais; trabalhar a empatia.

Material necessário: pedaços de papel e lápis.

Descrição:

O pesquisador distribui um pedaço de papel e um lápis para cada integrante que deverá escrever algum problema, angústia ou dificuldade por que está passando e não consegue expressar oralmente. Deve-se recomendar que os papéis não sejam identificados a não ser que o integrante assim desejar. Os papéis devem ser dobrados de modo semelhante e colocados em um recipiente no centro do grupo. O coordenador distribui os papéis aleatoriamente entre os integrantes. Neste ponto, cada integrante deve analisar o problema recebido como se fosse seu e procurar definir qual seria a sua solução para o mesmo. Após certo intervalo de tempo, definido pelo coordenador, cada integrante deve explicar para o grupo em primeira pessoa (“eu”) o problema recebido e solução que seria utilizada para o mesmo. Esta etapa deve ser realizada com bastante seriedade não sendo admitidos quaisquer comentários ou perguntas. Em seguida é aberto o debate com relação aos problemas colocados e as possíveis soluções apresentadas.

Compartilhar: a importância de levarmos a cargas uns dos outros e ajudarmos o nosso próximo.

Possíveis questionamentos:

- Como você se sentiu ao descrever o problema?
- Como se sentiu ao explicar o problema de um outro?
- Como se sentiu quando o seu problema foi relatado por outro?
- No seu entender, o outro compreendeu seu problema?
- Conseguiu pôr-se na sua situação?
- Você sentiu que compreendeu o problema da outra pessoa?
- Como você se sentiu em relação aos outros membros do grupo?
- Mudaram seus sentimentos em relação aos outros, como consequência da dinâmica?
- Esclarecer, registrar em que as vozes das partícipes tem relação com o tema.

APÊNDICE M - Avaliação da 2º Roda de Conversa

Como você avalia a metodologia do encontro:

()Boa ()Regular Ruim()

Sugestões:

O conteúdo exposto foi entendido de forma clara?

Em sua opinião, qual seu nível de entendimento em relação ao tema exposto?

- () Fraco
() Regular
() Bom
() Ótimo

OBRIGADA POR SUA PARTICIPAÇÃO!!!

APÊNDICE N - 3º Roda de Conversa – Ponto de chegada/encerramento

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS MINISTRO PETRONIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
TÍTULO DA PESQUISA: “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O PROGRAMA
NACIONAL DE ENSINO TÉCNICO E EMPREGO EM TERESINA PIAUÍ:
CONTRIBUEM PARA A AUTONOMIA DE MULHERES DO BAIRRO SANTO
ANTÔNIO?”**

OBJETIVOS:

- Identificar aprendizagens desenvolvidas durante a pesquisa.
- Caracterizar mudanças na prática a partir da experiência adquirida.
- Descrever a vivência como partícipe na pesquisa.

PAUTA:

Acolhida – Responder, oralmente, ao questionamento: Como você está emocionalmente chegando a esta roda de conversa?

Apresentação dos slides sobre a pesquisa, seus objetivos, bem como da metodologia utilizada em cada momento.

Discussão sobre a evolução do papel da mulher na sociedade contemporânea. Esclarecer/registrar/articular elementos da vida das partícipes com o conteúdo em debate.

Fundamentação:

MINAYO, Maria Cecília (Org.). **Pesquisa social**: teoria método e criatividade. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

FIGUEIREDO, Alessandra Aniceto Ferreira de; QUEIROZ, Tacinara Nogueira de. A utilização de rodas de conversa como metodologia que possibilita o diálogo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2014, Florianópolis. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis, 2012. Disponível: <
www.fazendogenero.ufsc.br/10/site/anaiscomplementares>. Acesso em: 15 fev. 2015.

Avaliação da roda: escrita;

Agradecimentos.

APÊNDICE O - Avaliação da 3º Roda de Conversa

Sua expectativa foi cumprida? Se não foi, o que faltou?

Você acha que as rodas de conversa possibilitaram alguma mudança significativa em sua vida? Se sim, qual?

De modo geral, como você avalia nossos encontros?

Bom Regular Ruim

Você acredita que essa pesquisa teve um impacto positivo em sua vida?

Sim Não

Por quê?

OBRIGADA POR SUA PARTICIPAÇÃO!!

APÊNDICE P - Roteiro de entrevista narrativa semiestruturada

1. IDENTIFICAÇÃO/ PERFIL

Nome: _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Número de filhos: _____

Estado Civil: Casada () Solteira() Viúva() Outra Denominação()

Qual? _____

Estudou até que série? _____

Quantas pessoas moram com você? ()

Quem são elas?

Quem é o (a) chefe de sua família? _____

Todos os membros da família estão inscritos no Cadastro Único?

() SIM () NÃO

Sua casa é própria?

() SIM () NÃO

Possui casa por meio do acesso ao Programa Minha Casa Minha Vida?

() SIM () NÃO

Possui vínculo com o mercado de trabalho atualmente?

() SIM () NÃO

Já trabalhou em momento anterior?

() SIM () NÃO

Há quanto tempo?

Exerceu que tipo de atividade?

Qual era a remuneração recebida?

Qual a sua renda individual atualmente?

Qual a sua renda familiar? _____

Possui inscrição no cadastro único de programas sociais há quanto tempo?

2. SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O que motivou você a se inscrever no Programa Bolsa Família?

Há quanto tempo você é beneficiária deste programa?

Qual a renda que ele lhe garante?

O acesso ao programa melhorou sua qualidade de vida em algum aspecto?

SIM NÃO Em parte

Explique:

3. SOBRE O PRONATEC (PROGRAMA NACIONAL DE ENSINO TÉCNICO E EMPREGO)

Quanto ao PRONATEC, o que você sabe sobre esse programa?

O que motivou você a se inserir nesse programa?

Qual(is) curso(s) você já participou?

Você recebeu bolsa-incentivo pela participação no programa?

SIM NÃO

Se sim, qual o valor? _____

Você fez algum investimento com esse valor que recebia?

() SIM () NÃO

Caso sim, em quê? _____

Em que ano você participou do PRONATEC? _____

O curso lhe trouxe que aprendizado?

O que mais você gostou durante a realização do curso?

E o que menos gostou?

Antes da realização do(s) curso(s) você estava incluída no mercado de trabalho?

() SIM () NÃO

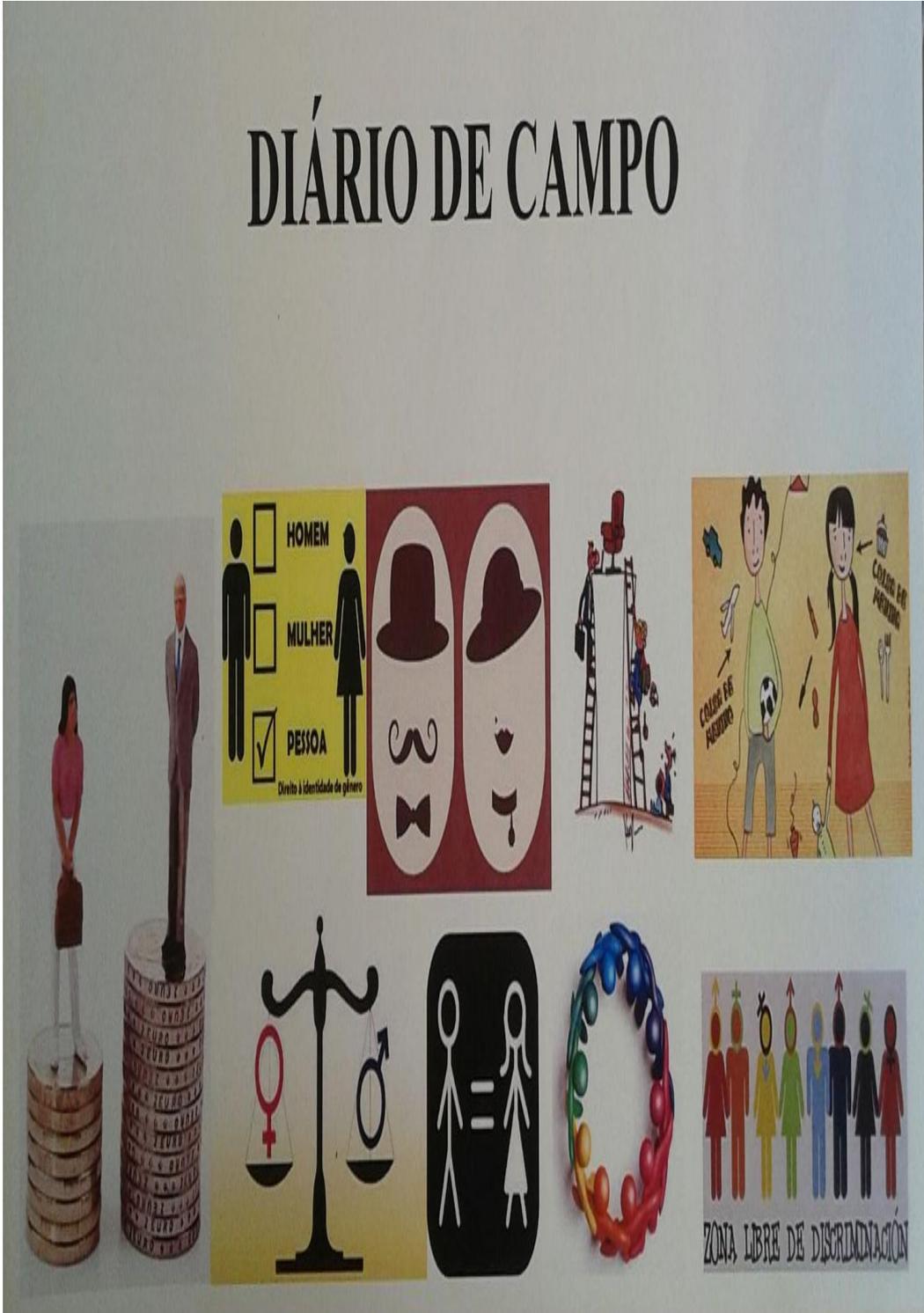
Se sim, em qual ramo você atuava? _____

A realização do(s) curso(s) do PRONATEC possibilitou a sua inclusão no mercado de trabalho:

() SIM () NÃO

Em qual área?

APÊNDICE Q - Diário de Campo



Teresina, 19 de Dezembro de 2014.

Após combinar a pesquisa com os funcionários da unidade, excepcionalmente a coordenadora, realizamos nosso primeiro encontro com o conjunto das mulheres participantes da empiria. Inicialmente nos apresentamos, lançamos mão da proposta da pesquisa em um momento informativo no qual explicitamos os objetivos, a metodologia a ser executada e o cumprimento dos compromissos mútuos. Foi a ocasião em que estabelecemos o primeiro contato, visando estabelecer a criação de laços afetivos e sociais com o grupo. Em meio às conversas informais e prazerosas, discutimos sobre a elaboração de um cronograma de atividades que contemplasse da melhor forma a rotina de todas as participantes, assim como a dinâmica para os próximos encontros, planejando a seleção do melhor espaço, datas e horários, para a realização das entrevistas e das rodas de conversas.

Teresina, 29 de Abril de 2015.

Hoje foi para nós um dia de muitas expectativas. Passamos uma semana preparando para o 2º encontro com o grupo da pesquisa. Fomos para a unidade ansiosa demais. Se estivesse acontecido mesmo a atividade programada, teria sido em grande estilo, mas não foi dessa vez, pois apareceu apenas uma única mulher das sete que haviam se comprometido para participar do encontro.

É com tristeza que resumimos as frustrações sentidas, já chorei, mas bem sei que o desafio continua. Espero que a dor e angústia de hoje sirvam para ampliar a grandeza da nossa determinação, porque estamos cientes do quanto é delicada a fase da coleta de dados, não será fácil, aliás, não está sendo!!

Teresina, 13 de Maio de 2015.

Diferente do encontro anterior, o dia de hoje revelou-se bastante especial. Fomos ao NAI Km 07 novamente e, dessa vez, realizamos as entrevistas individuais, através do preenchimento do roteiro de entrevista semiestruturada. Ao final, reunimos com as mulheres para combinar a realização da 1ª roda de conversa. Agendamos para 20/05. Também estivemos no CRAS Sul III, localizado no bairro Promorar para entrevistar mais uma participante. Todos os momentos foram gravados.

É com a sensação de confiança que fazemos este registro. Ademais vale ressaltar que nesta tarde as partícipes assinaram o TCLE, na oportunidade reforçamos a importância do compromisso de cumprir com a execução do cronograma que prevê os encontros, afim de que pudessemos dar celeridade ao andamento da coleta de dados.

Teresina, 20 de Maio de 2015.

Às 14h desta tarde interessante nos reunimos com todas as participantes da pesquisa no NAI Km 07. Realizamos a 1º roda de conversa. Fizemos inicialmente a dinâmica de acolhimento ao grupo.

No 2º momento assistimos ao documentário “Mulheres e Direitos”. Logo após, entramos na discussão do assunto tratado no vídeo articulando-o com a história de vida de cada participante do grupo.

Um fato nos chamou atenção, foi o choro de uma das participantes durante a exposição do vídeo apresentado, demonstrando bastante emoção durante as discussões e com apenas um gesto “balançando a cabeça” revelou não querer falar. Ela é a participante mais jovem do grupo.

Por outro lado, as demais mulheres se expressaram muito bem; falaram sobre suas histórias de vida, sobre igualdade de direitos, sobre a impossibilidade de frequentar a escola por causa da não autorização dos companheiros. Outrossim, falaram as suas percepções sobre a diferença salarial entre homens e mulheres.

Sob a perspectiva de aprofundar a exposição das nossas impressões, lembramos também que logo no início desta roda, no momento em que houve a apresentação do grupo, algumas mulheres afirmaram ser tímidas e que tinham medo de falar sobre si. Ao final do encontro, percebemos através das narrativas o quanto esta realidade foi modificada, denotando o crescimento de algumas participantes, ao expressarem seus pontos de vista; houve também aquelas que permaneceram caladas; o certo é que ficou claro que o tema proposto nas discussões, provocou sensações de desafio e inquietação.

Teresina, 27 de Maio de 2015.

No dia 27 de maio de 2015, realizou-se a 2ª roda de discussão com as mulheres beneficiárias do PBF e egressas do PRONATEC no NAI KM 07.

Neste encontro fizemos uma dinâmica de grupo que possibilitou favorecer o diálogo, estreitar os vínculos, exercitar a habilidade de empatia, bem como favorecer a capacidade de abertura para debater os conflitos vivenciados pelas participantes; foi um momento rico e satisfatório, de troca de experiências, exercitando conjuntamente a capacidade de tratar questões muito específicas de maneira mais aberta, compreendendo que os problemas de cada interlocutora não ocorriam de forma isolada ao restante do grupo, ao contrário, eram vivenciados por outras pessoas ali presentes.

Ao final do encontro, o grupo evidenciou a satisfação ao participar das discussões, mencionando que se sentiam mais fortes e confiantes para enfrentar a dura realidade cotidiana, uma vez que todos os problemas trabalhados, de maneira direta ou indireta, são vivenciados na dinâmica familiar de todas elas, mudando apenas a intensidade em que ocorrem.

Partindo desta questão, debatemos sobre as possíveis estratégias a serem inseridas em suas rotinas, perspectivando ampliar seus horizontes, e o enfrentamento às situações desafiadoras.

Ressaltamos o crescimento do grupo, revelando a sua desenvoltura, tornando-se as entrevistadas cada vez mais desinibidas através de diálogos abertos. Assim, sinto-me bastante feliz e satisfeita com o trabalho realizado, porque o objetivo previsto para o momento foi alcançado.

Teresina, 10 de Junho de 2015.

No dia 10 de junho realizou-se a 3ª roda de discussão no NAI Km 07. Esse encontro, assim como os demais, revelou-se de grande importância para a pesquisa empírica, pois através do *feedback* estabelecido pelas participantes, pôde-se avaliar o impacto das ações propostas pela pesquisadora junto ao grupo pesquisado. Assim, foram colocados por elas os aprendizados e as mudanças significativas ocorridas no decorrer dos encontros, relatando a satisfação pelas discussões envolvendo as temáticas trabalhadas.

De forma a contemplar as nossas expectativas enquanto pesquisadora, o grupo ressaltou ainda que os momentos de debate contribuíram para uma nova reflexão dos papéis da mulher na sociedade contemporânea, compreendendo que os padrões sociais foram construídos ao longo da história da humanidade, e que seu rompimento é necessário e urgente. Observamos as interlocutoras neste momento com a autoestima mais elevada e com o desejo e a esperança de poderem sair da condição de submissão e opressão.

Sentimo-nos privilegiada e muito contente em participar desse processo tão relevante de aprendizado mútuo, pois suas histórias de vida nos fizeram refletir em outras dimensões, nos constituindo também uma mulher com uma nova forma de pensar e de atuar em todas as esferas de nossa vida.

Portanto, considero ter logrado êxito nesse estudo, porque muito mais do que ter alcançado os objetivos teóricos e práticos previamente estabelecidos, impetramos a satisfação pessoal que desejava.

Teresina, 09 e 17 de Junho 2015.

Concluída a pesquisa empírica com as mulheres no bairro Santo Antônio, agora estamos iniciando a fase de visitas institucionais. Iniciando pela Secretaria de Assistência Social do Estado do Piauí (SASC), onde fomos procurar informações sobre a execução do PRONATEC. Fomos muito bem atendidas pela psicóloga e assistente social Adriana Moura, também aluna do mestrado da UFPI/ CCHL.

Hoje, fizemos muitas descobertas. Conhecemos o PRONATEC que é executado pela Secretaria Estadual de Educação; pelo sistema S; e pelo MDS. Ficou mais clara a forma como ocorre a sua execução nos diferentes âmbitos. Objetivando aprofundar esse estudo, nos enviaram por e-mail material contendo informações importantes e que servirá como base para ampliar a discussão.

Em 17/07 retornamos à SASC para continuar coletando os dados institucionais, só que desta vez o nosso foco estava voltado para o acesso à base de dados da quantidade de mulheres inscritas no Cadastro Único e no PBF. Foi muito proveitosa essa visita, porque tivemos acesso às informações do site do MDS que irão nos possibilitar a construção de gráfico ou tabela para a dissertação.

Teresina, 12 e 25 de Agosto de 2015.

Alcançada a meta das informações da SASC, iniciamos nesta manhã as visitas na SEMTCAS. Para o recolhimento dessas informações foram necessárias duas manhãs trabalhando no levantamento dos dados.

O atendimento foi orientado pelo Senhor Lisboa, pessoa que trabalha com a gestão do PBF no município de Teresina, através do site do MDS, fazendo o levantamento da quantidade de

usuários deste programa, em nível de Brasil, do estado do Piauí e por fim do município de Teresina.

Consideramos irrestrito o apoio da SEMTCAS na disponibilização das informações relevantes disponibilizadas, que serviram para enriquecer o nosso texto, assim como nos conduzir com mais segurança ao delineamento dos próximos passos a serem traçados.

Os dados adquiridos através do MDS evidenciaram como é relevante a transferência de renda via PBF no país e que 96% das pessoas inscritas no programa como titular são mulheres.

APÊNDICE R - Fotos da Pesquisa Empírica

Foto 1- Aplicação do Roteiro da Entrevista Narrativa Semi- Estruturada



Fonte: Próprio autor

Foto 2- Roda de Conversa



Fonte: Próprio autor

Foto 3- Exibição do vídeo “Mulheres e Direitos”



Fonte: Próprio autor

APÊNDICE S - Contexto da Pesquisa

Foto 1- Placa de reinauguração da unidade em 2012, momento em que o prédio passou por uma grande reforma.



Fonte: Próprio autor.

Foto 2- Entrada da unidade com rampa de acessibilidade, para garantir acesso a todas as pessoas que procuram os serviços ofertados.



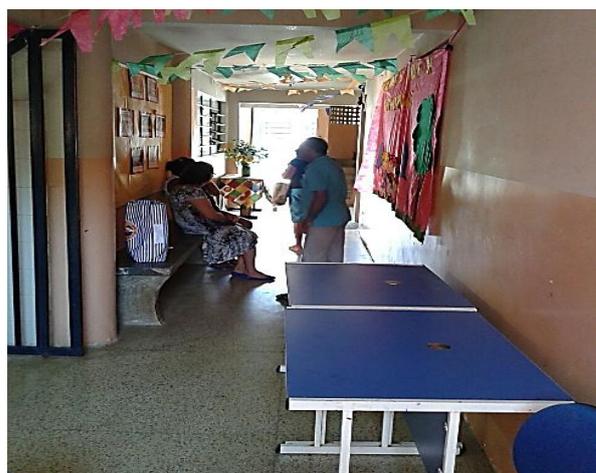
Fonte: Próprio autor.

Foto 3- Refeitório, um espaço frequentado em média por 140 usuários da PNAS (dados referentes ao mês de julho de 2015), onde fazem suas refeições ou lanches diariamente.



Fonte: Próprio autor.

Foto 4- Corredor principal que dá acesso às salas onde se realizam as atividades sócio educativas.



Fonte: Próprio autor.

APÊNDICE T- Dados Pessoais

DADOS PESSOAIS								
NOME (FICTICIO)	IDADE	Nº DE FILHOS	ESTADO CIVIL			ESCOLARIDADE		Nº DE MEMBROS DA FAMÍLIA
			CASADA	SOLTEIRA	VIÚVA	FUNDAMENTAL	MÉDIO	
Anêmona	56	3	X				x	5
Acácia	28	3	X				x	5
Coroa Imperial	37	2	X			x		4
Girassol	35	1	X				x	3
Dália Vermelha	34	0		X			x	5
Glicínia	56	4	X			x		7

APÊNDICE U- Dados Familiares

CHEFE DA FAMÍLIA	TODOS OS MEMBROS DA FAMÍLIA INSCRITOS NO CADÚNICO		RESIDÊNCIA PRÓPRIA		PROGRAMA MCMV		VÍNCULO COM O MERCADO DE TRABALHO		TRABALHO ANTES		SE TRABALHOU HÁ QTO TEMPO	ATIV. DESENVOLVIDA	RENDA FAMILIAR ATUAL
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO			
Esposo	X		X			X		X	X		14 anos	cabeleireira	778,00
Esposo		X	X			X		X	X		10 anos	vendedora	778,00
Esposo		X	X			X		X	X		12 anos	auxiliar de produção	778,00
Esposo		X		X		X		X		X			1.200,00
Tia	X		X			X		X		X			500,00
Esposo	X		X			X		X		X			1.600,00

ANEXOS

ANEXO A - Parecer Consubstanciado do CEP



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O CRAS E O EMPODERAMENTO DAS MULHERES: UM ESTUDO COM BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E EGRESSAS DO - PRONATEC

Pesquisador: Maria do Carmo Alves do Bomfim

Área

Temática

: Versão:

2

CAAE: 42824615.3.0000.5214

Instituição Proponente: Universidade Federal do Piauí – UFPI

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.022.972

Data da Relatoria: 23/04/2015

Apresentação do Projeto:

O projeto apresenta uma proposta de pesquisa intitulada: O CRAS E O EMPODERAMENTO DAS MULHERES: UM ESTUDO COM BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E EGRESSAS DO - PRONATEC. Tem como objeto de estudo analisar como as experiências contemporâneas das mulheres vêm contribuindo com o empoderamento feminino ao longo da história, ao articular nessa trajetória desde as experiências de violência até a sua superação.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

- Analisar o processo de autonomia e independência da mulher assistida pelos Programas Bolsa Família e PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) em qualquer dos CRAS da zona Sul de Teresina-PI.

Objetivos Secundários:

- Identificar o perfil das mulheres dentro de uma dimensão histórica, política e social;
- Descrever os fatores que levaram essas mulheres a procurar a inclusão em programa de ensino e capacitação;
- Caracterizar a repercussão existente entre o Programa Bolsa Família, os cursos do PRONATEC e o

“empoderamento” das mulheres egressas dos programas circunscritos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A participação nas entrevistas, nos questionários, nas rodas de conversa, poderá implicar na rememoração de vivências passadas causadoras de traumas psicológicos nas interlocutoras. No entanto caso ocorra, não implicará em grandes prejuízos, pois será feito encaminhamento para acompanhamento psicológico.

Benefícios:

Esta pesquisa poderá contribuir para a mudança das relações entre homens e mulheres, fazendo com que estes apreendam em sua dinâmica, novas construções e imaginários sociais. A partir da oportunidade de discutir sobre estratégias de empoderamento, será possível evidenciar diferentes olhares sobre si mesmas, que serão revelados por meio da linguagem e das mudanças comportamentais.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de campo de natureza qualitativa, cujo propósito é compreender o processo de autonomia e independência da mulher assistida pelo Programa Bolsa Família e pelo PRONATEC (Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego), tendo como lócus qualquer dos CRAS da zona Sul de Teresina, unidades de Assistência Social onde as famílias são atendidas. A população será constituída por 7 mulheres que voluntariamente possam aderir à pesquisa. Será levado em conta os seguintes critérios de participação: ser beneficiária do programa Bolsa-Família, ser egressa do PRONATEC, ter baixo nível instrucional e ser acompanhada pela equipe do CRAS. Como instrumentos de produção de dados, utilizaremos a entrevista semiestruturada, para caracterizar o perfil das mulheres; roda de conversa a fim de identificar os fatores que as motivaram a fazerem os cursos do Pronatec e o diário de campo. Para análise e discussão dos dados optamos pela técnica de análise de conteúdo, seguindo as orientações de Bardin (2011).

Considerações sobre os termos de apresentação obrigatória:

A proposta apresenta os componentes básicos exigidos por uma pesquisa acadêmica como: o referencial teórico, que dará sustentação ao estudo, os aspectos éticos, o cronograma da pesquisa, bem como o orçamento com os gastos previstos, afirmando ser esta financiada com recursos próprios. Os objetivos estão coerentes com a proposta de estudo. O coordenador é docente da UFPI com experiência na temática evidenciada e se compromete em cumprir os termos da Resolução CNS nº 466/12 - e zelar pela privacidade e confidencialidade dos dados.

Recomendações:

Sem recomendações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Pendências sanadas, desse modo, o projeto encontra-se apto para aprovação.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

ANEXO B - Instituições mapeadas que compõem a rede de atendimento à mulher vítima de violência em Teresina:

ABRIGO FEMININO “NOSSA CASA”: Espaço de acolhimento a meninas vítimas de 04 a 17 anos em situação de vulnerabilidade encaminhadas pelo Juizado da Infância e Conselho Tutelar. O atendimento é realizado 24 horas por dia.

CASA ABRIGO “MULHER VIVA”: É um lugar de caráter silencioso, oferece moradia temporária com segurança às mulheres com risco de morte ou risco à sua integridade física. Os encaminhamentos ocorrem por ordem judicial.

CASA MARIA MENINA: Serviço Socioassistencial de Proteção Especial de Média Complexidade. Atende a adolescentes grávidas em situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social. A casa funciona de segunda à sexta feira de 8:00 às 16:00 horas.

CASA SAVINA PETRILLI: Casa de acolhimento de 4 a 17 anos, desde que sejam encaminhadas pela 1ª vara da criança e do adolescente, ofertam serviços psicológicos, pedagógicos e serviço social, fortalecimento de vínculos, inserção no programa menor aprendiz, atividades físicas como natação, capoeira e balé.

CASA DE ZABELÊ: Recebem demandas dos CREAS, CRAS, Conselho Tutelar, Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente (DPCA) e demanda espontânea; ofertam serviços como arteterapia, atenção e fortalecimento de vínculos familiares, cursos profissionalizantes a partir dos 16 anos e assistência psicopedagógica.

CENTRAL DE ATENDIMENTO À MULHER/DISQUE DENÚNCIA/TELEFONE 180: Serviço público, gratuito e sigiloso, funciona 24 horas viabiliza denúncias de violência, reclamações sobre os serviços da rede de atendimento à mulher e orienta sobre direitos das mulheres.

CENTRO DE REFERÊNCIA PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA: Espaço de atendimento psicológico, social e jurídico às mulheres vítimas de violência, realizado por equipe multiprofissional.

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL-CREAS: Unidade pública municipal que faz parte da rede socioassistencial, oferta serviços especializados a indivíduos e famílias com direitos violados, vítimas de negligência e abandono, ameaças e maus tratos, violações físicas, trabalho infantil, abuso e exploração sexual e situação de mendicância.

CONSELHO DOS DIREITOS DA MULHER: É uma instância paritária deliberativa, fiscalizadora, formuladora de políticas públicas para a mulher, instituídas a partir das Conferências de políticas públicas para mulher.

CONSELHO TUTELAR: Órgão definitivo, não jurisdicional e autônomo incumbido pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, ou seja, um órgão provedor da garantia de direitos da criança e do adolescente.

DELEGACIA ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO À MULHER (DEAM): Departamento da polícia civil específica para atender mulheres vítimas de violência, tem como características prevenir, investigar os aparatos legais para enquadrar o agressor, de acordo com a Lei Maria da Penha.

DELEGACIA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE: Compete fiscalizar, investigar, instaurar inquérito e procedimentos policiais nos casos de infração penal praticada contra crianças e adolescentes, sendo responsável por crimes em que as crianças e adolescentes são vítimas.

DELEGACIA DE PROTEÇÃO AO IDOSO: Compete fiscalizar, investigar e instaurar inquérito e procedimentos policiais nos casos de infração penal praticada contra o idoso.

DELEGACIA DE DEFESA E PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS E REPRESSÃO ÀS CONDUTAS DISCRIMINATÓRIAS: Atua na prevenção e na repressão aos crimes contra os direitos humanos e às condutas discriminatórias, instauração de inquéritos policial, visando à apuração de crimes como discriminação racial e tortura, além de outros capazes de ferir a dignidade da pessoa humana.

JUIZADO DE INFÂNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NÚCLEO MULTIDISCIPLINAR LEI MARIA DA PENHA: Órgão da justiça com competência criminal e civil, criados pela União e pelos Estados para julgamento e execução de causas oriundas da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

NÚCLEO DE DEFESA DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ: Órgão estadual que tem como objetivo dar assistência jurídica, orientação e encaminhamento às mulheres em situação de violência que não tenham condições de contratar um advogado.

NÚCLEO DELEGACIA DO FEMINICÍDIO: Órgão responsável pela apuração da violência intitulada “feminicídio”, como por exemplo, o assassinato de meninas, mulheres, travestis e mulheres transexuais baseado na relação de gênero.

NÚCLEO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR- NUPEVID: Espaço de garantia dos Direitos

Humanos das Mulheres, por meio da fiscalização da aplicação de Leis voltadas ao enfrentamento das desigualdades de gênero e da violência contra as mulheres em consonância com a Lei 11.340/2006 e da fiscalização de serviço de atendimento à mulher.

SAMVVIS-SERVIÇO DE ATENÇÃO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL- MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA: Serviço de assistência médica, de enfermagem, sociopsicológico às mulheres vítimas de violência sexual, interrupção de gravidez prevista em Lei nos casos de estupro.

ANEXO C - Telefones e endereços das instituições mapeadas

ABRIGO FEMININO “NOSSA CASA”	Rua Dr. Luís Pires, s/n, bairro Saci	(86) 3220-6500
CASA ABRIGO	De caráter sigiloso	De caráter sigiloso
CASA MARIA MENINA	Quadra 76, casa 02, bairro Dirceu, próximo ao 8º Distrito Policial	(86) 3231-9580
CASA SAVINA PETRILLI	Rua Governador Artur de Vasconcelos, Nº 4771, bairro Itaperu	(86) 2106-2676 (86) 21062672
CASA DE ZABELÊ:	Av. Pedro Freitas, s/n, bairro Vermelha, cep 64018-000	(86) 3215-9320 (86) 3215-9321
CENTRAL DE ATENDIMENTO À MULHER/DISQUE DENÚNCIA		180
CENTRO DE REFERÊNCIA PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA “FRANCISCA TRINDADE”	Av. Joaquim Ribeiro, Nº835. 3º andar, bairro Centro/ Sul	(86) 3225-1607
CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA “ESPERANÇA GARCIA”	Rua Lisandro Nogueira, Nº 1796, Centro/Norte	(86) 3223-3798
CREAS LESTE	Rua Tabelaão José Basílio, Nº 2056, Bairro de Fátima	(86) 3215-9330
CREAS SUDESTE	Rua Assis Iglesias, Nº 2390, Bairro São João	(86) 3237-4115
CREAS SUL	Rua João Virgílio, Nº 1414, bairro Vermelha	(86) 3223-0712
CREAS NORTE	Rua Sergipe, Nº 1174, bairro Aeroporto	(86) 3213-6144
CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER	Rua Nogueira Tapety, Nº 138, Bairro dos Noivos	Sem número
CONSELHO MUNICIPAL	Rua Desembargador Freitas, Nº	(86) 98806-7333

DOS DIREITOS DA MULHER	1599. Edifício Paulo VI, Centro/Norte	
CONSELHO TUTELAR I	Rua 1º de Maio, Nº 109, Marquês	(86) 3215-9313
CONSELHO TUTELAR II	Rua Nova, Nº 2539, bairro Dirceu Arcoverde I	(86) 3215-9360
CONSELHO TUTELAR III	Rua João Virgílio, Nº 1414, bairro Vermelha	(86) 3227-6714
COORDENADORIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	Rua Joaquim Ribeiro, Nº 835, 3º andar, bairro Centro/Sul	(86)3216-2625 3223-7214
COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES	Rua São Pedro, Nº 1775, Centro	(86) 3233-3512
DEAM-NORTE	Rua Bom Jesus Oscar Clack, s/n, bairro Buenos Aires	(86) 3225-4597
DEAM-SUDESTE	Quadra 66, bairro Dirceu I (atrás do 8º DP)	(86) 3216-1517
DELEGACIA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE-DPC	Rua Otto Tito, s/n, bairro Redenção	(86) 3216-2676
DELEGACIA DE PROTEÇÃO AO IDOSO	Rua 24 de Janeiro, Nº 500, bairro Centro/Norte	(86) 3216-5251
DELEGACIA DE DEFESA E PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS E REPRESSÃO ÀS CONDUTAS DISCRIMINATÓRIAS	Rua 24 de Janeiro, Nº 500, bairro Centro/Norte	(86) 3216-5256
ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA AMOR DE TIA: EMPODERANDO MULHERES E ACOLHENDO SUAS CRIANÇAS	Rua Antônio Pedro, s/n	(86) 3213-9611
JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR-NÚCLEO MULTIDISCIPLINAR LEI MARIA DA PENHA	Rua Governador Tibério Nunes, s/n, bairro Cabral (prédio do Fórum Civil e Criminal “Desembargador Joaquim Sousa”)	(86) 3230-7800 Ramais: 7947/7951

NÚCLEO DELEGACIA DE FEMINICÍDIO	Quadra 66, bairro Dirceu I (atrás do 8º DP)	(86) 3216-1517
NÚCLEO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR-NUPEVID	Rua 19 de Novembro, Nº 195, Centro/ Norte	(86) 3221-1902
SERVIÇO DE ATENÇÃO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL-MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA-SAMVVIS	Av. Higino Cunha, Nº 1552, bairro Ilhotas	(86) 3228-1605 3228-1053